



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH), CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
(PGDR)

EDJANICE COSTA ALMEIDA

POLÍTICAS PÚBLICAS E POBREZA RURAL: análise do Programa de Combate a Pobreza Rural (PRODUZIR) no semiárido da Bahia.

SALVADOR
2011

EDJANICE COSTA ALMEIDA

POLÍTICAS PÚBLICAS E POBREZA RURAL: análise do Programa de Combate a Pobreza Rural (PRODUZIR) no semiárido da Bahia.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR) do Departamento de Ciências Humanas (DCH) Campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Professor Doutor Celso Antonio Favero

**SALVADOR
2011**

A 447

Almeida, Edjanice Costa.
Pobreza Rural: análise do Programa de Combate a
Pobreza Rural (Produzir) no semiárido da Bahia./ Edjanice
Costa Almeida. Salvador, 2011.
179 f.

Orientador Profº Drº Celso Antonio Fávero

Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Departamento de Ciências Humanas (DCH), Campus I Programa
de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento
e Desenvolvimento Regional (PDGR)

1. Pobreza (rural). 2. Políticas públicas de combate à
pobreza. 3. Associativismo. I. Título

CDD 339.46

EDJANICE COSTA ALMEIDA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E POBREZA RURAL: análise do Programa de
Combate a Pobreza Rural (PRODUZIR) no semiárido da Bahia.**

Dissertação apresentada à banca examinadora
da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
como requisito necessário à obtenção do título
de Mestre em Políticas Públicas, Gestão do
Conhecimento e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em: Salvador, 26 de Outubro de
2011.

Orientador Celso Antonio Favero
Professor Doutor (PhD) em Sociologia
Universidade do Estado da Bahia

Stella Rodrigues dos Santos
Professora Doutora em Psicologia
Universidade do Estado da Bahia

Francisca de Paula Santos da Silva
Professora Doutora em Educação
Universidade do Estado da Bahia

Elizabeth Matos Ribeiro
Professora Doutora em Ciências Políticas e da Administração
Universidade Federal da Bahia

SALVADOR
2011

Este trabalho é dedicado a Deus, Mestre dos
Mestres, e a todas as pessoas que lutam por um
ideal e transformam oportunidades em vias de
acesso para a concretização de seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Professor Orientador Dr. Celso Antonio Favero pela dedicação e contribuição a minha formação como pesquisadora e pelo o incentivo para que realizasse uma pesquisa de qualidade. Mais que um Mestre, um amigo, compreendendo cada dificuldade e me ajudando a vencer todas as barreiras que surgiram ao longo deste caminho.

A todos os professores do Programa de Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR) que contribuíram direta ou indiretamente para a construção do conhecimento epistemológico.

Agradeço a Professora Leliana pela amizade e por ter me iniciado no caminho do conhecimento epistemológico, contribuindo sobremaneira para minha opção pela linha de pesquisa de políticas públicas. Agradecimentos extensivos à Professora Stella pela contribuição no campo epistemológico desta Pesquisa.

As amigas Solange Marinho e Marcia Leal pelo apoio incondicional no decorrer do processo de construção desta pesquisa.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Quixabeira, principalmente ao Senhor José Modesto mais conhecido como “Zé Homem” pelo apoio logístico durante minha estada no município e pelo acolhimento em sua residência durante visita ao Povoado de Jaboticaba.

Aos meus amigos do Produzir, principalmente, Greice Povoas e José Carlos Santana, pela amizade, pelo incentivo e por disponibilizar dados imprescindíveis para a elaboração desta pesquisa.

A Vanusia pela revisão do conteúdo do capítulo II que trata da implementação do Programa Produzir; a Mary Vânia e a Maria de Lourdes Novaes Scheffler (Lurdinha) pelas valorosas contribuições a este trabalho.

A minha família pelo apoio incondicional nas horas mais difíceis e por compreender as minhas ausências, mesmo quando fisicamente presente. E a minha mãe pelas orações e pelo incentivo nas horas de desânimo.

RESUMO

Este estudo trata de políticas públicas de enfrentamento à pobreza rural no Estado da Bahia e, especificamente, do Programa de Combate a Pobreza Rural (PRODUZIR). A pobreza é aqui concebida como um problema multidimensional e que se expressa nos âmbitos socioeconômico, cultural, político, étnico e territorial, afetando as dinâmicas de desenvolvimento e resultando na manutenção de um panorama marcado pela crescente desigualdade social. A pobreza não se reduz, portanto, à desigualdade: ela é a sua exacerbação transformada em iniquidade. O Semiárido do Nordeste, espaço que contextualiza esta pesquisa, é percebido como um lugar profundamente marcado por essas iniquidades. Neste contexto, pretendeu-se investigar, além do Programa Produzir enquanto instrumento do Estado para o enfrentamento da pobreza rural, o modo como as associações comunitárias rurais se apropriam deste instrumento e o integram a sua vida cotidiana; objetivou-se ainda, saber quais são os efeitos dessa apropriação em termos de redução da pobreza, que é a finalidade maior do Programa. Se, por um lado, buscou-se olhar o PRODUZIR na perspectiva do Estado, por outro buscou-se olhar como a comunidade beneficiária o apropria e o integra a sua vida cotidiana, com o intuito de enfrentar a pobreza. Dessa forma, dada a complexidade do fenômeno, em termos metodológicos, optou-se pela realização de uma pesquisa documental cruzada com um estudo realizado no próprio chão, onde este Programa vem sendo implantado. Além do exame de documentos relativos ao Programa, foram analisadas experiências de comunidades rurais do município de Quixabeira, recorte empírico deste estudo, integrante do Território de Identidade Bacia do Jacuípe (TIBJ), no semiárido da Bahia. Com base nessa abordagem metodológica, o estudo pretende contribuir com o conhecimento a respeito de possíveis encontros-desencontros entre as comunidades envolvidas e o Estado, fatos aqui expressos através das vivências cotidianas dessas organizações associativas.

Palavras-chave: pobreza (rural), políticas públicas de combate à pobreza, associativismo.

ABSTRACT

This study deals with public policies for poverty reduction in rural Bahia, and specifically Programme to Combat Rural Poverty (PRODUZIR). Poverty is here conceived as a multidimensional problem and that is expressed in areas socioeconomic, cultural, political, ethnic and territorial dynamics affecting the development and maintenance resulting in a landscape marked by growing social inequality. Poverty is not reduced, so the inequality: it is transformed into its exacerbation iniquity. The Semi-arid Northeast, a space that contextualizes this research, is perceived as a place deeply marked by such inequities. In this context, we sought to investigate, in addition to the program as a tool for dealing with the state of rural poverty, the way rural community associations appropriated this tool and integrate into your everyday life, aimed to also know what are the effects this appropriation in terms of poverty reduction, which is the main purpose of the program. If, on the one hand, we tried to look at the program from the perspective of the state, on the other sought to look at how the community benefited from this program and the appropriate part of the everyday life, in order to address poverty. Thus, given the complexity of the phenomenon in terms of methodology it was decided to carry out a desk study with a cross on the same floor, where the program is being implemented. In addition to examination of program documents, analyzed the experiences of rural communities in the municipality of Quixabeira, cut empirical study, part of the Territory of Identity Basin Jacuípe (TIBJ) in semi-arid region of Bahia. Based on this methodological approach, the study seeks to contribute to knowledge about possible meetings, disagreements between communities and state facts here expressed through the daily experiences of these organizations.

Keywords: poverty (rural), public policies to combat poverty, associations.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO CONTRATO 3917-BR, ESTÁGIOS DOS SUBPROJETOS CONCLUÍDOS – POR LINHA DE AÇÃO BAHIA – 2001	63
TABELA 2 - INVESTIMENTOS REALIZADOS NA BAHIA NO PERÍODO 2001 A 2005	71
TABELA 3 - INVESTIMENTOS REALIZADOS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DE JACUÍPE NO PERÍODO 1996 A 2010	84
TABELA 4 - INVESTIMENTOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA NO PERÍODO 1996 A 2010	98
TABELA 5 - MAPEAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE QUIXABEIRA-BA	99

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - COMPARATIVO DE METAS PREVISTAS VERSUS REALIZADAS –
BAHIA – 1999.....62

QUADRO 2 - METAS PREVISTAS VERSUS REALIZADAS - BAHIA – 200369

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXA DE ANALFABETISMO QUIXABEIRA-BA.....86

GRÁFICO 2 – ANOS DE ESTUDO – QUIXABEIRA – BA – 2000.....87

GRÁFICO 3 – PRODUTO INTERNO BRUTO –QUIXABEIRA – 2008.....88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCONSOL - Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária

APCR – Apoio a Pequenas Comunidades Rurais

APAEB-Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BPC - Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DESENBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia

DI – Desenvolvimento Institucional

FUMAC - Fundo Municipal de Apoio Comunitário

FUMAC-P - Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

MOP - Manual de Operações do Projeto

PAC - Programa de Apoio Comunitário

PBF - Programa Bolsa Família

PCPR - Programa de Combate a Pobreza Rural

PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PIB – Produto Interno Bruto

PGDR - Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas Gestão do
Conhecimento e Desenvolvimento Regional

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do
Nordeste

PPV - Pesquisa sobre Padrões de Vida

PROCANOR-Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do
Nordeste

PROHIDRO - Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste

PROJETO SERTANEJO - Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da
Região Semiárida do Nordeste

SEDIR - Secretaria da Integração e Desenvolvimento Regional

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNICAFES - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia
Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - POBREZA, POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSOCIATIVISMO

RURAL – ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	25
1.1 A ESCALADA DA POBREZA	26
1.1.1 A Disseminação dos Conceitos e Medidas da Pobreza.....	28
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS – DEBATE CONCEITUAL.....	34
1.2.1 Clientelismo Político.....	
1.3 ASSOCIATIVISMO NO SEMIÁRIDO.....	38
1.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	42

CAPÍTULO II – FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO PELO ESTADO DO

PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA RURAL (PRODUZIR	47
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	47
2.2 O PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA RURAL (PCPR).....	54
2.2.1 PCPR (Produzir I)	54
2.2.2 PCPR (Produzir II – 1ª Etapa).....	64
2.2.3 PCPR (Produzir III – 2ª Etapa).....	75

CAPÍTULO III – OS NÚMEROS DO PRODUZIR NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

BACIA DO JACUÍPE	80
3 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE.....	81
3.1 MAPEANDO O PRODUZIR NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE	83
3.2 O MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA.....	85
3.2.1 As ações do Produzir no Município de Quixabeira.....	98
3.2.2 Perfil das Associações Comunitárias de Quixabeira.....	99
3.2.2.1 Associação dos Pequenos Produtores de Alto do Capim	100
3.2.2.2 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado de Baixa Grande	101

3.2.2.3 Associação Comunitária de Trabalhadores Rurais da Fazenda Capitão	102
3.2.2.4 Associação dos Pequenos Produtores de Jaboticaba	102
3.2.2.5 Associação Comunitária Beneficente do Povoado de Ramal	104
3.2.2.6 Associação dos Pequenos Produtores de Várzea Dantas/Alagadiço	105

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	107
4 O PROCESSO DE REALIZAÇÃO DO PRODUZIR EM QUIXABEIRA	107
CONCLUSÃO	126
REFERÊNCIAS.....	131
ANEXOS	142
APÊNDICES	144

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata de políticas públicas de enfrentamento a pobreza rural no Estado da Bahia, especificamente, do Programa de Combate a Pobreza Rural (PRODUZIR) em comunidades rurais do Município de Quixabeira, localizado no Território de Identidade Bacia do Jacuípe (TIBJ), no Semiárido da Bahia. O objetivo principal do estudo é conhecer o processo de realização do Programa, para o que concorre, ao mesmo tempo, o Estado, que é o seu produtor oficial, e as comunidades beneficiárias, que se apropriam do Programa e o assimilam à sua vida cotidiana, e os efeitos desta apropriação na redução da pobreza. Entende-se, assim, que o Programa, na sua efetividade, resulta dessa tensão entre esses dois atores. Não se quer, desse modo, com base no estudo, derivar quaisquer dados que possibilitem algum tipo de mensuração, seja da pobreza ou do grau de importância desses dois atores na efetivação do programa; o que se quer, essencialmente, é conhecer processos, tensões e, ao mesmo tempo, algumas mudanças que esses processos vêm produzindo nas comunidades e que contribuem senão para diminuir, pelo menos para mudar o significado da pobreza rural.

A pobreza é um problema multidimensional que envolve dimensões socioeconômicas, culturais, políticas, étnicas, regionais e territoriais que são determinantes nos processos (BRONZO, 2007; CODES, 2008), quer para a promoção do desenvolvimento, quer para a manutenção do panorama de desigualdade. A pobreza não é, no entanto, apenas desigualdade; é a exacerbação da desigualdade, traduzida em termos de iniquidade social, mas afetando a totalidade da vida dos pobres. O caráter multidimensional é reconhecido pelo meio acadêmico e científico, compartilhando desse entendimento, autores como (CODES, 2008; BRONZO, 2007; SILVA e BARROS, 2006). No entanto, é inegável a concentração de estudos que ainda contemplam o caráter unidimensional onde a pobreza é tratada como sinônimo de insuficiência de renda.

Nas últimas décadas, não só no Brasil, o tema da pobreza – assim percebido - tem despertado uma grande preocupação por parte de governos, Instituições Internacionais, ONG's e do meio acadêmico. Além de problema científico e social, tornou-se um problema político. Mas, em virtude da complexidade do tema, existem

atualmente nos cenários de debates, recorrentes controvérsias que envolvem desde o modo de compreensão do fenômeno, até os procedimentos a serem adotados na perspectiva de mensurá-lo e de enfrentá-lo social e politicamente. A literatura especializada (CODES, 2008) aponta que nas principais concepções de pobreza estão imbricadas às ideias de subsistência, das necessidades básicas, de privação relativa e de privação de capacidades. Recentemente, os debates em torno de “capacitações” reforçaram o enfoque multidimensional de estudo da pobreza, por permitir contemplar aspectos da pobreza que se situam para além da renda, como a saúde, a educação, a habitação, os direitos econômicos e sociais, a igualdade entre os sexos, a participação econômica e política (CODES, 2008).

O fato é que o problema da pobreza tem afetado o Brasil como um todo, e cada vez mais o mundo urbano; mas é no Semiárido Nordeste que se observa, senão a sua forma mais crítica, uma das suas expressões mais iníquas. Segundo (COIROLO; BARBOSA, 2002), o Nordeste brasileiro pode ser considerado como o maior bolsão de pobreza rural na América Latina, tendo em vista que de um total de 45 milhões de pessoas que ali habitam, 5,4 milhões vivem com cerca de US\$1,00/dia e 10,7 milhões com US\$1,6 ou menos por dia.

Historicamente, o espaço Semiárido do Nordeste brasileiro apresenta um cenário desfavorável de vulnerabilidade social econômica e política com elevados índices de desnutrição, mortalidade infantil, analfabetismo, condições de saúde e moradias precárias. Inserido nesse contexto o Estado da Bahia abriga em seu território cerca de 2/3 dos municípios que compõem o Semiárido Nordeste assim como 50% de sua população.

Não obstante isso, estudos recentes de Instituições como a Superintendência de Estudos Econômicos (SEI), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisas Aplicada (IPEA), indicam uma trajetória de redução dos números da pobreza no país nos últimos anos. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelaram que, em 2010, existia no Brasil 5,7 milhões de miseráveis e que na Bahia 30% da sua população (em torno de 4,3 milhões de pessoas) vivia na faixa da pobreza¹. Com base nesses dados é possível afirmar que as políticas públicas adotadas para o combate a pobreza não foram tão eficazes

¹ Jornal A Tarde, Salvador, 12/12/2010.

como o pretendido, ou são insuficientes para retirar essa parcela da população desse estado de pobreza e miséria.

Na literatura consultada, as Políticas Públicas de redução ou de alívio da pobreza no Semiárido do Nordeste, são inevitavelmente, remetidas aos planos, programas, projetos e ações governamentais criados ao longo do último meio século, cujas análises evidenciam que, ao contrário do que se propunham, conseguiram, na verdade, fomentar a indústria da seca e da miséria pela malversação de recursos públicos. Essas intervenções, segundo Cerqueira; Meneses; Favero (2000), ocorreram em cinco fases distintas, a saber: 1) a hidráulica marcada por intensas ações de combate a seca com a construção de açudes e projetos de irrigação sob a orientação de órgãos como o IOCS, IFOCS e DNOCS (até os anos 50); 2) a transição para o desenvolvimento no período entre a década de 40 e final da década de 50); 3) a modernização reformista caracterizada pelo planejamento regional; 4) a modernização conservadora (1964 a 1985) com enfoque no desenvolvimento rural integrado, configurados na prática por programas como o POLONORDESTE, o Projeto Nordeste e o PAPP; 5) a quinta fase marcada pelo desenvolvimento sustentável (1990) com ênfase na descentralização, participação e privatização de instituições.

Desses programas, é relevante destacar a importância do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) para o processo de descentralização das ações governamentais, tendo como foco principal o produtor rural. Foi a partir do seu componente de Apoio a Pequenas Comunidades Rurais (APCR) que o Governo do Estado celebrou, em 1995, o Contrato de Empréstimo nº 3917-BR, que deu origem ao Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR), o qual será objeto de estudo neste trabalho.

O PCPR é parte integrante de uma ampla proposta regional de combate à pobreza rural, desenvolvida pelo Banco Mundial e governos estaduais do Nordeste (Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). Em 2005, foram incorporadas ao Programa as Regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais. Todos os PCPR's possuem o mesmo desenho, ou seja, os objetivos, estratégias e público-alvo seguem as diretrizes estabelecidas pelo Banco Mundial. Importa ressaltar, que o PCPR adotou em cada Estado um nome fantasia, a saber:

Bahia (PRODUZIR), Ceará (Projeto São José), Maranhão (PCPR-MA), Paraíba (Projeto COOPERAR), Pernambuco (PROJETO RENASCER), Piauí (PROGERE), Rio Grande do Norte (Desenvolvimento Solidário), Sergipe (PRONESE – SANTA MARIA) e Minas Gerais (PCPR-MG).

O acesso do público – alvo, a esse Programa se dá por meio de associações comunitárias rurais e urbanas², com forte predominância das associações rurais, formadas majoritariamente, por pequenos produtores rurais. Essa forma de organização difundida no Semiárido nos últimos trinta anos foi promovida pelo Estado brasileiro – para atender as exigências de organismos internacionais, financiadores de programas dessa natureza, apropriando-se de experiências tradicionalmente desenvolvidas na região por igrejas, principalmente a católica, com as Comunidades Eclesiais de Base. A partir da fundação das associações comunitárias, operou-se uma ruptura na trajetória das comunidades rurais, que passaram a combinar, desde então, relações tradicionais baseadas na reciprocidade, com relações formais ou técnico-jurídicas.

A institucionalização dessas associações foi motivada pela necessidade de obter uma representação jurídica das comunidades ou para atender as exigências de órgãos públicos para a concessão de financiamentos de projetos associativos ou comunitários, a exemplo do Programa Produzir, que têm estimulado a proliferação dessas instituições, investindo, desde a década de 1990 em projetos de naturezas diversas em 407 dos 417 municípios que compõem o Estado da Bahia. Mas, apesar do volume de recursos investidos e da existência de alguns projetos coletivos considerados exitosos, observa-se em todo o território baiano a existência de inúmeros projetos abandonados, por motivos que vão desde a ausência de matéria-prima até dissolubilidade da associação. Para se ter uma ideia do problema no período 2007- 2008 a CAR iniciou um processo que ela chamou de “concertação”³, com o objetivo de construir a intersetorialidade entre os programas da Empresa; uniformizar as ações do Produzir; estabelecer parcerias como estratégia de

² O Produzir trabalha também com associações comunitárias, na sede, de municípios com população de até 7.500 hab.

³ Segundo Arns et. Al o processo de concertação consiste na busca de consenso e soluções para conflitos por meio de negociações “articulação institucional”, ou seja, estabelecer parcerias de compartilhamento de recursos humanos ou materiais como estratégia de apoio ao desenvolvimento do território.

desenvolvimento local, assim como o levantamento da situação dos projetos financiados pelo Programa para, na medida do possível, recuperar/revitalizar esses projetos. Nesse período foram visitados 35 municípios sendo detectados 24 projetos fechados.⁴

Esse conjunto de problemas vem se arrastando ao longo dos anos, gerando insatisfação, críticas e questionamentos do tipo: como reverter esse quadro de abandono? Como reduzir a pobreza, se grande parte desses projetos não funciona? Diante de um cenário tão desfavorável, é racional continuar investindo? Esses projetos são, efetivamente, de interesse das comunidades? Por que ainda se constrói casa de farinha onde não se planta mandioca, ou por que se financia equipamento elétrico onde não há energia? Qual é a responsabilidade da comunidade e do Estado nesses processos? As associações estão aptas para gerir esses projetos? Ou, o modelo dos projetos é adequado para as associações? Quais são as estratégias desenvolvidas para o fortalecimento dessas instituições? e/ou para a sua adequação à cultura associativa local? Essa pesquisa se situa no quadro dessas inquietações. Sendo assim, a questão central deste trabalho é: como as associações comunitárias rurais do Território de Identidade Bacia do Jacuípe – e, especificamente, do município de Quixabeira - se apropriam do Programa Produzir e quais são os efeitos dessa apropriação em termos de redução da pobreza, que é a finalidade maior do Programa? Por um lado, pretende-se estudar como os “beneficiários” se tornam “sujeitos” que, apropriando-se dos recursos transferidos, realizam projetos; por outro, se quer saber se são efetivamente atendidas as finalidades propostas pelo Estado para o desenvolvimento dessas políticas.

A motivação e relevância da pesquisa estão ancoradas no fato de a pobreza se constituir em um fenômeno de massa, que afeta parcela significativa da população, merecendo atenção de todos os níveis de governo (federal estadual e municipal). No Estado da Bahia, mais especificamente, os índices de pobreza são preocupantes, em que pese os investimentos em programas, projetos e ações governamentais para o seu enfrentamento. Ademais, a convivência diária com o público-alvo do

⁴ Inicialmente foram selecionados 20 municípios dos Escritórios Regionais de Feira de Santana, Serrinha e Juazeiro, cuja área de abrangência houvesse interseção com os demais programas da CAR (Gente de Valor e Crédito Fundiário). Esses municípios se constituíram um Piloto objetivando experimentar a nova metodologia de trabalho. Posteriormente esta metodologia foi aplicada em 15 municípios dos Escritórios Regionais de Euclides da Cunha e Itabuna.

Programa Produzir, oportunizada pelo exercício de atividades profissionais a serviço da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), tem se encarregado de dar a devida proporção ao problema. Desse modo, pretende-se estudar o fenômeno da pobreza com a finalidade de compreender e contribuir com o Programa Produzir para o seu enfrentamento no Estado.

Em termos sociais esta pesquisa poderá contribuir para a compreensão das inter-relações e dos processos de apropriação de programas dessa natureza pelas comunidades rurais; e, na medida do possível, deverá servir de base para a definição, pelo Estado, da alocação de recursos em projetos que, efetivamente, possam recolocar ou colocar de modo novo na sua agenda o problema da pobreza evitando o desperdício de recursos públicos em financiamento de projetos fadados ao fracasso, e em termos científicos, contribuir para os debates já em curso.

Complementarmente, essa pesquisa poderá evidenciar dados da realidade que permitam descortinar aspectos singulares e plurais da pobreza nas áreas rurais pesquisadas, assim como difundir o conhecimento sobre o Programa Produzir para interessados no assunto, haja vista a ausência de estudos mais detalhados sobre o Programa.

O objetivo principal dessa pesquisa, situada nesse contexto, é conhecer o processo de realização do Programa, para o que concorre, ao mesmo tempo, o Estado, que é o seu produtor oficial, e as comunidades beneficiárias que se apropriam do Programa e o assimilam à sua vida cotidiana e os efeitos desta apropriação na redução da pobreza.

Mais especificamente, pretende-se: 1) apresentar as linhas gerais do programa, considerando sua abrangência no estado da Bahia; 2) traçar as principais linhas que demarcam as especificidades do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, no semiárido baiano, destacando informações sobre o município de Quixabeira; 3) fazer um mapeamento das associações comunitárias nesse município e, particularmente, dos participantes das associações beneficiárias do programa que é objeto deste estudo; 4) mapear o conjunto das intervenções do Programa Produzir no Território, considerando as suas diversas finalidades específicas, principalmente com relação ao enfrentamento do problema da pobreza; 5) identificar as estratégias e as ações

das associações e das famílias beneficiárias do programa no âmbito da apropriação e uso dos recursos recebidos.

Três hipóteses estruturam a pesquisa. Primeiramente, os recursos do Programa de Combate a Pobreza Rural – PRODUZIR são pulverizados em todo o Estado da Bahia por meio de ações pontuais, conforme orientação do Banco Mundial que prevê o enfrentamento da pobreza por meio de políticas públicas focalizadas em clientelas específicas. Do ponto de vista multidimensional, no entanto, a solução do problema da pobreza requer ações estruturantes cujos efeitos só seriam percebidos no longo prazo. Desse modo é possível inferir que o Programa Produzir não dá conta de um problema social dessa magnitude.

Em segundo lugar os investimentos de infraestrutura contribuem para minimizar os efeitos da pobreza, uma vez que proporcionam o acesso a bens primários como água, saneamento básico e energia, considerados escassos nas áreas rurais do Estado. Esses investimentos possibilitam, a partir do atendimento de serviços públicos essenciais, a introdução dessas famílias em um novo patamar de existência, com novos requerimentos em termos de demandas de consumo e, portanto, também de renda.

Finalmente, com relação ao elevado número de projetos desativados ou mal gestados e geridos, a hipótese central dessa pesquisa reside no fato de que a proliferação das associações comunitárias, que servem como passaporte para acesso ao Programa, do modo como são criadas, compromete o sucesso desses projetos, uma vez que o objetivo principal das mesmas torna-se a captação de recursos públicos, e não a elaboração de uma estratégia social de enfrentamento de determinados problemas. A inobservância e/ou a ausência de princípios e valores como ética, reciprocidade, confiança, solidariedade e sentimento de pertencimento, além de tornar essas organizações frágeis, impede que esses grupos se tornem parte integrante desses projetos.

Três conceitos estruturam a abordagem que se tentará desenvolver ao longo deste trabalho: pobreza, políticas públicas para o enfrentamento da pobreza e associativismo. Na perspectiva de conhecer melhor o objeto do estudo e de responder a questão central da pesquisa, foram consultadas obras de expoentes

dedicados ao estudo desses temas. Dessa forma, a pobreza aqui é entendida como multidimensional, com base na definição adotada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para conhecer o processo de apropriação do Produzir pelas comunidades rurais será utilizada, por um lado, a definição defendida por Celina Souza de política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação” e, por outro, a definição de associação sob a ótica proposta por Eric Sabourin, para quem as associações são organizações formais de direito associativo, fundamentadas pela adesão voluntária e constituídas com o propósito de defender os interesses e o manejo de bens comuns (2009, p.89).

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro é desenhado o arcabouço teórico-metodológico que norteou a pesquisa. Para tanto, serão elencados os principais conceitos de pobreza, caminhando da abordagem da subsistência até a multidimensional; os principais conceitos de políticas públicas apontando os pontos considerados relevantes para o entendimento das vias percorridas por essas políticas; definições e considerações sobre associações rurais, tipo de organização associativa mais disseminada no Nordeste rural nos últimos 30 anos. Na sequência, apresenta-se a metodologia utilizada para a apreensão do objeto de estudo, onde se combina Pesquisa documental e Pesquisa de campo.

No segundo capítulo são traçados os principais marcos para se entender o que é o PRODUIR, elencando as mais relevantes intervenções governamentais destinadas ao combate à pobreza rural no semiárido até a concepção do Produzir. São apresentadas, também, as características do Programa enquanto política pública e o modo como ele é executado: a escolha das comunidades, o processo de implantação dos projetos, ou seja, como esse programa sai do papel para entrar no cotidiano das comunidades rurais.

No terceiro capítulo, aborda-se de modo genérico as especificidades do semiárido por ser o lócus onde está situado o Território de Identidade Bacia do Jacuípe e o Município de Quixabeira. Posteriormente são detalhadas as ações do Produzir no Território, no Município e nas comunidades rurais pesquisadas.

No quarto capítulo, finalmente, são apresentados os resultados das pesquisas e realizada a sua análise.

Conclui-se, finalmente, que as Políticas Públicas para o enfrentamento da Pobreza são incipientes para retirar parcela significativa da população do estado de pobreza em que vivem. No máximo estas políticas conseguem contribuir para a sobrevivência e/ou para a satisfação de necessidades primárias com a oferta de serviços públicos essenciais como (energia, acesso à água e saneamento básico).

CAPÍTULO I

POBREZA, POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSOCIATIVISMO RURAL ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGICA

Durante muito tempo, a questão da pobreza foi abordada como um problema dos pobres, em razão do seu caráter quase residual nos chamados países desenvolvidos. Segundo Milton Santos (2009, p.70), nesse contexto, a pobreza era “identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanha o próprio processo econômico”. Indubitavelmente, esse pensamento era compatível com a realidade de uma sociedade capitalista, e a pobreza continuaria sendo um problema dos pobres se não ganhasse, mesmo naqueles países, a proporção de um fenômeno de massa. Nos países subdesenvolvidos, por exemplo, o tema vem, progressivamente, ganhando espaço na agenda de instituições públicas e privadas, organismos internacionais e diversos segmentos da sociedade. Na verdade, o que mais preocupa são os efeitos nocivos gerados por esse fenômeno, quer seja sob a forma de vulnerabilidade social ou de comprometimento da expansão do sistema capitalista.

Analisar a pobreza não é tarefa fácil, pelo contrário, é preciso levar em conta a sua amplitude e o seu caráter multidimensional. Ademais, é necessário compreender a pobreza como fruto de uma produção histórica, econômica e social, que, apesar de alguns discursos políticos,⁵ vem se agravando nos últimos anos pela expansão do sistema econômico capitalista e pela introdução de políticas neoliberais que visam à redução do papel do Estado, enquanto regulador das atividades econômicas e trabalhistas.

Nos últimos anos, alguns especialistas vêm desenvolvendo mecanismos para compreender, definir e mensurar quem e quantos são os pobres. Nessa direção, a literatura aponta como principais abordagens da pobreza: da sobrevivência, da

⁵ De acordo com a Fundação Getúlio Vargas o Governo brasileiro conseguiu reduzir a pobreza em 50,64% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010, ou seja, o Brasil vem cumprindo com a meta estabelecida pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) de reduzir a pobreza no país em 50% até 2015.

privação de renda, das necessidades básicas, da privação relativa, e da privação de capacidades. Nota-se certa tendência de alguns teóricos em analisar a pobreza como um fenômeno unidimensional, se utilizando, na maioria das vezes, apenas da variável renda. No entanto, existe uma vasta literatura que, de modo crescente, vem incorporando outras variáveis ao conceito de pobreza. De acordo com Mendonça (1991, p.7), por exemplo, a pobreza é “um problema multidimensional, no qual confluem e se inter-relacionam aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais”. Nessa perspectiva serão elencadas as principais definições em torno do assunto, ou seja, da evolução da abordagem da sobrevivência até os autores que tratam da abordagem multidimensional.

Além dos conceitos de pobreza, nesse capítulo, serão apresentados, também de modo sintético, os principais conceitos de políticas públicas, ressaltando os processos que envolvem a formulação e a implementação dessas políticas, e as principais definições e considerações sobre o associativismo rural considerado como a organização associativa mais difundida no semiárido nos últimos trinta anos.

Por fim, será desenhada a metodologia que se pretende adotar para a elucidação do principal objetivo do estudo que é conhecer o processo de realização do Programa Produzir, para o que concorre ao mesmo tempo, o Estado, que é o seu produtor oficial, e as comunidades beneficiárias, que se apropriam desse Programa e o assimilam à sua vida cotidiana.

1.1 A ESCALADA DA POBREZA

O Brasil tem sido visto internacionalmente como um país desigual e contraditório. Mas, também, nos últimos anos, está sendo apresentado como o país com o melhor desempenho no combate à pobreza. Só para ter uma ideia, o país se encontra entre as dez maiores economias mundiais, mas se mantém entre as quatro nações com pior distribuição de renda. Com relação à exportação de alimentos, ocupa a sexta posição como maior exportador; contudo, possui 51 milhões de miseráveis (IBGE/2010). Ademais utiliza apenas 1/3 do total de suas terras agriculturáveis. No campo da saúde é destaque no combate a AIDS e nas técnicas de cirurgia plástica, mas a sua população convive com um sistema de saúde precário e uma parcela

significativa da população é analfabeta (POCHMANN, 2004). Essas contradições refletem um quadro de desigualdade social cuja forma mais iníqua é a pobreza.

O estudo da pobreza, no Brasil, vem se intensificado há algum tempo. Identificar quando se começou a fazer esses estudos no Brasil não é tarefa fácil, principalmente quando se trata de determinar a sua origem. Autores como (IVO, 2008; SOUZA, 2008), afirmam que esse processo teve início com a quebra do estatuto colonial e a importação de um padrão civilizatório, baseado no racionalismo ocidental moderno europeu, que foi disseminado para países periféricos como o Brasil. A importação desses conteúdos valorativos e institucionais implicou a incorporação, por um lado, de um arcabouço técnico e material de um mercado capitalista em expansão e, por outro, do poder disciplinador de um Estado racional, com a instauração de novos padrões de comportamento humano, exigidos para a adequação desse modelo ao contexto social (FAVERO, 2009).

O processo de modernização brasileiro promoveu a apropriação diferenciada dos capitais cultural e econômico o que resultou na precarização de parte significativa da sociedade. A essa parcela de indivíduos que, além da ausência de capital cultural e econômico é desprovida das condições sociais, morais e culturais para a sua apropriação, Souza, J. (2009) denomina *ralé estrutural*. A *ralé estrutural* descrita pelo autor nada mais é do que a representação material da população brasileira que vive nos domínios da pobreza e da miséria, desprovida de “capacidades” para transporem as barreiras impostas por um mercado capitalista em expansão.

De acordo com Rocha (2003), no Brasil, é na década de 1970 que a pobreza começa a ser reconhecida pelo meio acadêmico e por instituições de financiamento do desenvolvimento como um problema de relevância social. De acordo com a autora, a constatação ocorre a partir da percepção de que as desigualdades sociais e a pobreza não se equacionavam com o crescimento econômico, e que o produto nacional bruto não se difundia na sociedade. Caía, então, por terra, a ideia de que era necessário esperar o bolo crescer para depois repartir. A esse respeito, Pochmann (2004, p. 79) afirma que na prática, “o bolo cresceu sem distribuição justa da renda nacional gerada, aprofundando a herança escravista de elevadas diferenças entre ricos e pobres”.

Esse quadro se agravou entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, quando a economia brasileira passou por uma séria crise, com registros de estagnação econômica, altos níveis de inflação e aumento significativo da dívida externa. Obviamente, os níveis de pobreza também se elevaram e, conseqüentemente, a partir de 1989, o país passou a seguir um receituário político proposto no Consenso de Washington por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Este receituário, dentre outras coisas, propunha definição para a pobreza e modos de combatê-la. No início da década de 1990, no seu relatório anual, o Banco Mundial já propunha medidas para a caracterização da pobreza e políticas destinadas à proteção e à inserção social e econômica dos mais pobres (ROCHA, 2010).

É com base nesse contexto que se propõe trazer para o debate alguns conceitos utilizados desde então com a finalidade de compreender, definir, mensurar e enfrentar a pobreza no Brasil; entende-se, assim, que não obstante a literatura apresentar uma ampla lista de conceitos, é indiscutível a fragilidade e a arbitrariedade dos mesmos quando se trata de quantificar e identificar quem são os pobres e não pobres.

1.1.1 A Disseminação dos Conceitos e Medidas da Pobreza

O enfoque da pobreza na perspectiva da sobrevivência predominou nos séculos XIX e XX, até a década de 50. A ideia de pobreza como sobrevivência surge na Inglaterra em dois momentos distintos. O primeiro, em 1890 como resultado de estudos desenvolvidos por nutricionistas que apontavam a renda dos mais pobres como insuficiente para garantir o mínimo necessário à sua manutenção do ponto de vista físico; ou a insuficiência da quantidade de itens alimentares que garantissem a ingestão mínima de energia e nutrientes capazes de assegurar a vida do ser humano (CODES, 2008). O segundo momento ocorre após a segunda guerra mundial, por meio de relatório sobre segurança social apresentado por William Beveridge ao Parlamento Inglês, no qual o autor defendia a ideia da necessidade do pleno emprego, propondo ao Estado assumir a responsabilidade por investimentos capazes de gerar emprego para todo o potencial humano e de, por meio do pleno emprego, produzir a coesão social. Importa destacar que, anteriormente, o padrão

de subsistência adotado pelos ingleses tinha como base o tratamento destinado aos pobres no âmbito da “Poor Laws”⁶ cujas necessidades eram medidas por quantidade de pão, farinha de pão ou o equivalente em dinheiro.

Townsend apud Codes (2008) apresenta argumentos contrários a esta abordagem. Primeiro, as pessoas são seres sociais que desempenham diversos papéis na sociedade (trabalhadores, cidadãos, pais, vizinhos, amigos, etc.) e, portanto não podem ser vistas como organismos individuais que necessitam de reposição de energias corporais. Segundo, por colocar esses indivíduos na condição de meros consumidores de bens materiais, e não como produtores e participantes do contexto social. Rocha (2003) também se opõe a essa definição por considerar uma simplificação analítica, uma vez que deixa de levar em conta as características e as condições de vida dos indivíduos, como aspectos culturais. Crespo; Gurovitz (2002) acrescentam que essas medidas faziam parte de uma estratégia para justificar os baixos índices de assistência e, com isso, manter os indivíduos em um “aceitável” nível de sobrevivência.

Por volta da década de 1970, a pobreza ganhou a conotação de necessidades básicas, sendo acrescidas novas exigências à dimensão da sobrevivência, como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura, itens considerados básicos ao consumo da família. De acordo com Rocha (2003) definir a pobreza com base nos padrões mínimos de satisfação dessas necessidades abre um leque de possibilidades. Por exemplo, aprender a ler e escrever se constitui em uma necessidade básica, no entanto em uma sociedade onde a alfabetização é generalizada o critério de necessidades básicas não permitirá distinguir os pobres. A autora chama a atenção para o componente relativo dessa abordagem e assevera:

Existe, portanto, amplo escopo para julgamentos de valor associados à definição das necessidades básicas, à forma de ordenar os pobres em função do número de necessidades não atendidas e à ponderação relativa atribuída a cada uma das necessidades consideradas (ROCHA, 2003, p.19).

A concepção da pobreza como relativa ou absoluta é uma abordagem de cunho macroeconômico. Segundo Rocha (2003, p.11) a “pobreza absoluta está

⁶ A “Poor Law” ou Lei dos Pobres foi criada na Inglaterra para dar assistência aos pobres. Nesse contexto os pobres eram pessoas doentes ou velhas demais para trabalhar. Os “impotentes pobres” como eram chamados recebiam itens de alimentação como o pão, farinha de pão ou o equivalente em dinheiro.

estritamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital”. Sob essa concepção os indivíduos padecem de insuficiência de renda e ausência de bens de consumo indispensáveis à satisfação das necessidades básicas como: alimentação, habitação, vestuário, além de serviços públicos como saúde, educação e saneamento básico (SILVA JR., 2004; LEMOS, 2008). A pobreza absoluta está relacionada, desse modo, à fixação de padrões para a obtenção de um nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza. Nessa perspectiva a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível é considerada pobre. Esse padrão de vida mínimo pode ser calculado sob os aspectos (nutricional, de moradia ou de vestuário) e o valor fixado com base na renda necessária para custeá-los (CRESPO e GUROVITZ, 2002).

Entretanto, Ivo (2008) apresenta algumas limitações desse conceito para a análise da pobreza, tais como: não permitir a comparação da riqueza de um país com outro; não considerar a evolução geral do nível de renda; nem levar em conta a repartição da renda entre grupos distintos no âmbito nacional. Em face das limitações que esse conceito oferece e da necessidade de estabelecer um comparativo do crescimento e da pobreza entre países, algumas instituições internacionais estimularam o desenvolvimento de indicadores como o de pobreza relativa para permitir tais comparações (IVO, 2008).

Na década de 1980 formulou-se o conceito de “pobreza relativa”, que (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.4) definem como a “situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder”. Para esses autores, a abordagem da pobreza relativa perpassa a questão da desigualdade na distribuição de renda; ou seja, a partir de um padrão de vida existente em determinada sociedade, as pessoas que se encontram na camada inferior da distribuição da renda são consideradas pobres, quando comparadas as que se encontram melhores posicionadas. Rocha (1997) acrescenta que, nesse caso, ser pobre é não dispor dos meios necessários para agir de modo satisfatório no contexto social em que se vive.

Conforme (SALAMA ; DESTREMAU apud CODES, 2008), no entanto, a origem do termo privação relativa nasceu em meados do século XX como forma de explicar o

descontentamento de soldados americanos, que apesar de possuírem boas condições objetivas, demonstravam descontentamento no retorno à sua pátria. A partir de então, psicólogos, sociólogos e cientistas políticos desenvolvem estudos onde foram detectadas diferenças de sentimentos intergrupais e diferenças entre sentimento e realidade, constatando que a pobreza pode ser ao mesmo tempo fato e sentimento; ou seja, que o caráter subjetivo ligado ao sentimento de privação é uma variável importante para a questão.

Seguindo nessa linha de raciocínio, Miranda Brochado retoma Carneiro (2010, p.6), que estabelece uma ligação da pobreza a aspectos intangíveis como, por exemplo, baixa estima, resignação, apatia e subalternidade, que dificultam a apropriação da vida e reduz a capacidade dos indivíduos de encontrarem soluções para os seus problemas. Conforme assevera:

Baixa-estima, resignação, apatia, ressentimento, subalternidade, baixa expectativa quanto ao futuro, são expressão de natureza não material que acabam por limitar as possibilidades de as pessoas pobres se apropriarem de sua vida e acharem saídas para situações em que se encontram. É importante ter claro, entretanto, que tais expressões de natureza psicossocial são construídas nas interações com os vizinhos, família, comunidade e instituição (CARNEIRO, 2010, p.6).

Townsend apud Codes (2008) compreende que não é possível avaliar a privação subjetiva independentemente da privação efetiva (carência material e social). Segundo os autores, essa dimensão é considerada fundamental para a compreensão dos fenômenos social e psicológico. Nessa perspectiva, é possível inferir que a pobreza também é multifacetária e que a sua análise carrega um certo juízo de valor determinado pela cultura e pelos costumes de uma sociedade.

Importa destacar, que não obstante os argumentos ora elencados, essa abordagem apresenta limitações de cunho operacional, em razão das dificuldades encontradas em estudos estatísticos, de grande escala, no momento de ampliar as diversas percepções individuais, de caráter subjetivo, para toda a população. Lock Dessallien apud Codes (2008) assinala que somente em anos recentes a comunidade internacional passou a analisar a pobreza pelo viés subjetivo, utilizando-se para tanto da metodologia participativa.

Na década de 1990, o indiano Amartya Sen (2000) expandiu o conceito de pobreza relativa, relacionando-a com a privação das capacidades básicas de um indivíduo. Nesse contexto, o termo “capacidades” se refere às combinações alternativas de “funcionamentos” de possível realização, ou seja, à capacidade associada à liberdade para escolher o tipo de vida que se quer ter. Para maior clareza, toma como exemplo a situação em que uma pessoa abastada resolve jejuar por sua livre e espontânea vontade e, em oposição, uma pessoa pobre que é forçada a passar fome por não possuir o rendimento necessário para aquisição do alimento. Nesse contexto, a primeira pessoa apresenta um conjunto capacitário diferente da segunda. Ainda de acordo com Sen, a privação de capacidades elementares pode conduzir o indivíduo à morte prematura, subnutrição, morbidez persistente, analfabetismo e outras deficiências. Para o autor, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas. Partindo desse pressuposto, ele assevera:

Vivemos um mundo de opulência sem precedentes, mas também de privação e opressão extraordinárias. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadão (SEN, 2000, p.10).

Deepa Narayan, (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.8) a partir dos resultados da pesquisa denominada “Avaliações Participativas sobre a Pobreza (APP’s)”, realizada durante sua gestão à frente do Banco Mundial, amplia o conceito de pobreza desenvolvido por Sen, apresentando em seu relatório aspectos da pobreza cuja percepção não seria possível pelo viés absoluto, como por exemplo, o sentimento de vulnerabilidade associado ao risco e volatilidade da renda, isto é, o medo de perder o pouco que se tem. Essa vulnerabilidade social se traduz por meio da definição de pobreza elaborada sob a ótica dos pobres:

Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade (NARAYAN apud CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.11).

A partir da década de 1990, a literatura especializada aponta algumas iniciativas para criação de indicadores multidimensionais (IDH, IPH), se tornando mais intensas

a partir do Relatório do Banco Mundial de 2000/2001. De acordo com CODES (2008), o enfoque multidimensional permite contemplar aspectos para além da renda como saúde, educação, habitação, direitos econômicos e sociais, igualdade entre os sexos, participação econômica e política.

No Brasil, em que pese o enfoque multidimensional ser reconhecidamente o mais apropriado para capturar o fenômeno da pobreza, é indiscutível o grau de dificuldade para a sua mensuração, em razão do grau de subjetividade que esse conceito carrega. Salama e Destremau apud Pizzio (1999, p.96) complementam: “os limites dos indicadores e medidas surgem porque os mesmos eliminam uma grande parcela da experiência humana e da subjetividade ligada a uma situação social”.

Para Rocha (1995) embora a pobreza seja reconhecida como uma “síndrome de carências diversas”, em um país como o Brasil onde grande parcela da população não tem acesso a bens e serviços essenciais a noção de pobreza absoluta é a que mais se aplica. Contudo, e não obstante os diversos conceitos de pobreza aqui elencados, nesse estudo, utilizar-se-á o conceito de pobreza multidimensional, por possibilitar uma maior compreensão do tema, na medida em que extrapola os critérios de renda e da linha da pobreza, levando em consideração as especificidades de cada sociedade; principalmente pelo fato de não se pretender aplicar nenhum mecanismo de mensuração da pobreza. O que se pretende, com base na noção de pobreza, é perceber como ela se apresenta na localidade pesquisada. Ademais, essa perspectiva dispõe de instrumentos consolidados como o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Pobreza Humana (IPH), disponibilizados por instituições como o IBGE, SEI e IPEA, que permitem quantificar os pobres no Município em estudo. Cabe ainda ressaltar, que a definição do conceito de pobreza é de suma importância para a formulação de políticas de enfrentamento da pobreza.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS - DEBATE CONCEITUAL

A disciplina política pública nasce como uma subárea da ciência política para compreender como e porque os governos optam por determinadas ações. Segundo Souza (2006), a política pública como ferramenta das decisões de governo é um produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. Enquanto área do conhecimento e disciplina acadêmica, ela surge nos EUA, rompendo com a tradição europeia, cujos estudos se concentravam na análise do Estado e em suas instituições, muito mais que na produção dos governos; na Europa a área de política pública surge como desdobramento de estudos que buscam explicar o papel do Estado e do governo como instituição produtora de políticas públicas; nos EUA, ao contrário, ela brota no campo acadêmico sem estabelecer vínculos com teorias sobre o papel do Estado. Nessa perspectiva, os estudos sobre políticas públicas partiam do pressuposto de que “em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2006, p.22).

Celina Souza (2006) aponta como fundadores da área de políticas públicas, na perspectiva norte-americana, H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell introduz na década de 1930 a expressão *policy analysis* (análise de política pública) visando à conciliação do conhecimento científico com a produção empírica dos governos, assim como o estabelecimento do diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesses e o governo. De forma análoga, na década de 1950, Simon apresenta o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*). De acordo com o autor a racionalidade dos tomadores de decisão era limitada pela ausência de conhecimento racional, e acrescenta:

a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc., [...] pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios (SIMON apud SOUZA, 2006, p.23).

A ênfase no racionalismo é contestada por C. Lindblom que propõe agregar outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas, como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo de decisão, ou seja, não haveria necessariamente um fim ou um princípio. Esse argumento justifica a necessidade de que as políticas públicas incorporem elementos, tais como: o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Ainda de acordo com Souza (2006) na década de 1960, Easton contribui para o debate definindo política pública como um sistema em que há uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Para Easton apud Santos (2006, p.24) “políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesses, que influenciam seus resultados e efeitos”. Complementarmente, Easton apud Rua (2007) esclarece que as políticas públicas são o resultado do processamento, dos inputs pelo sistema político, e de *withinputs* que são demandas geradas no interior do sistema político.

Partindo de uma ampla revisão literária de especialistas nessa temática Souza (2006), elenca algumas definições sobre políticas públicas, a saber: Mead, define política pública como “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”; Para Lynn é “um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”; Peters compreende política pública como “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. De modo sintético Dye define política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. E arremata com a definição de Laswell considerada pela autora como a mais conhecida segundo a qual “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz”. Por fim Celina Souza expõe, de forma resumida, o seu entendimento sobre o tema:

política pública é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, C., 2006, p.26).

Com base na exposição de Souza (2006), é possível perceber que as definições de políticas públicas giram em torno do papel dos governos, deixando de contemplar o aspecto conflituoso e os limites que circundam as decisões dos governos, assim como as possíveis relações de cooperação que podem ser realizadas entre os governos, outras instituições e grupos sociais. Para a autora, o processo de formulação de políticas públicas é extremamente complexo, pois envolvem grupos de interesses diversos, cujo grau de influência depende do tipo de política e de coalizões que integram o governo.

Corroborando com esse entendimento, Boneti (2007, p.74) define políticas públicas como “o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, [...] constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil”.

Com vistas a compreender como esses grupos interferem no processo político de decisão e implementação de políticas públicas, Frey (2000) introduz a concepção de “*policy arena*” que trata dos processos de conflitos e de consenso no âmbito das diversas áreas de políticas que se distinguem quanto ao seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo.

As políticas distributivas apresentam como características um baixo grau de conflito dos processos políticos, tendo em vista que de um modo geral distribuem vantagem e não acarretam custos (FREY, 2000). Segundo Souza (2006) as decisões são tomadas pelo governo, sem levar em conta a limitação dos recursos, cujos impactos são mais individuais que universais por privilegiar grupos sociais ou regiões sem considerar o todo.

Diferentemente, têm-se as políticas redistributivas que são orientadas para o conflito com o intuito de desviar e/ou deslocar de modo consciente recursos financeiros, direitos e outros valores entre grupos sociais (FREY, 2000). Essas políticas atingem um número maior de pessoas impondo perdas no curto prazo para determinados grupos sociais e ganhos incertos no longo prazo para outros (SOUZA, C., 2006).

As políticas regulatórias são caracterizadas pela utilização de instrumentos burocráticos (ordens, proibições, decretos e portarias). Ademais, não se pode prever seus efeitos com relação à questão custo/benefício, haja vista que os processos de

conflito, consenso e coalizão podem se modificar segundo a conformação política (FLEY, 2000).

Por último, trata das políticas constitutivas que determinam as regras do jogo político, ou seja, determina as condições gerais sob as quais estão sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatória.

Frey (1999) salienta a relevância do “*policy cycle*” para a “*policy analysis*” em razão das possíveis modificações nas redes e arenas políticas durante o processo de elaboração de políticas públicas. As várias fases do *policy cycle* correspondem a sequencia de elementos que compõem o processo político-administrativo. As subdivisões tradicionalmente propostas são: formulação, implementação e o controle dos impactos das políticas. No entanto, Frey adota a seguinte divisão: percepção e definição de problemas, agenda-setting, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação.

A produção de políticas tem início com a identificação de um problema político. Na fase de elaboração de programas e de decisão ocorre a escolha entre as diversas alternativas de ação. Entretanto, antes da decisão ocorre o processo de conflito e de acordo entre os atores influentes na política e na administração (FREY, 1999). As influências de que trata o autor ocorrem no cenário nacional, contudo em um contexto globalizado é preciso considerar tanto as influências, nacionais/locais como as globais/internacionais, de agências multilaterais, redes políticas, comunidades epistêmicas, intelectuais e políticos.

Em função dessa multiplicidade de atores e da crescente influência das interações multiníveis (nacional e internacional) no processo de elaboração de políticas públicas Bonnal, Cazella e Delgado (2011, p. 49) trazem para o debate a acepção de política pública como sendo “uma ação complexa dentro de uma lógica de sociedade cada vez mais ingovernável”. Isto porque, o conjunto de atores envolvidos nesse processo influencia, sobremaneira, na conformação dos problemas/demandas da sociedade. Dentro da lógica de multiplicidade de atores envolvidos Gilles Massardier apud Bonnal, Cazella e Delgado (2011) questiona a centralidade do papel do Estado no processo de construção de políticas públicas.

A redução do papel do Estado na elaboração de políticas públicas é compatível com o ajuste fiscal imposto por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países latino-americanos como forma de retomar o crescimento econômico. O pacote definido no Consenso de Washington⁷ teve como mediador o Banco Mundial que, desde a década de 1980, atua como disseminador das recomendações políticas de cunho neoliberal (UGÁ, 2003). Nesse contexto, o Estado tem seu papel restrito a complementar os mercados nos setores da produção de bens e serviços nos quais o setor privado não tem interesse em entrar, ou seja, a prestação de serviços para aqueles que não podem pagar por eles.

Segundo o mesmo autor, registra-se uma ruptura no mercado de trabalho, colocando de um lado, os indivíduos que conseguem atuar no mercado e de outro “os incapazes” de integrar-se ao mercado, isto é, os pobres. Ficando a cargo de o Estado apoiar esses indivíduos por meio de políticas sociais residuais e focalizadas (UGÁ, 2003).

As políticas sociais no Brasil são norteadas por dois princípios estratégicos básicos o da universalidade que pressupõe a igualdade de direitos, independentemente da sua classe ou inserção no mercado de modo a fazer frente a riscos sociais compartilhados. E o princípio da focalização cuja estratégia deixa a margem desses programas um grupo de indivíduos considerados como “não pobres” o bastante para ter acesso aos direitos securitários do trabalho. Fazendo parte desse grupo um contingente de trabalhadores “precarizados”, inseridos parcialmente no mercado de trabalho e, ainda assim, fora do sistema de proteção social (IVO, 2008).

De acordo com Draibe (2003) a política social é constituída por três eixos básicos: os serviços sociais básicos de caráter público e universal (previdência social, saúde, educação, habitação e saneamento básico, trabalho e assistência social) os programas básicos e o programa de enfrentamento da pobreza de caráter seletivo com base nas prioridades do governo. Entretanto, para esta pesquisa, o interesse

⁷ O consenso de Washington como ficou conhecida a reunião de um grupo de economistas do International Institute for Economy para pensar uma saída para a crise da América Latina. Dessa reunião resultou as seguintes medidas: disciplina fiscal para a redução dos gastos públicos e aumento do superávit orçamentário; prioridades do gasto público (redução do papel do Estado na economia); reforma tributária; liberalização financeira (taxa de juros determinada pelo mercado); manutenção da estabilidade da taxa de câmbio; liberalização comercial; abolição das barreiras à entrada de investimentos diretos no país; privatização das estatais; abolição das regras impeditivas a entrada de novas firmas do setor e sistema legal deve assegurar de direitos de propriedade.

repousa no programa de enfrentamento da pobreza, cujas prioridades são a redução da mortalidade infantil; o desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental; a geração de emprego e renda; a qualificação profissional; a melhoria das condições de alimentação escolar e das famílias pobres; a melhoria das condições de moradia e saneamento básico, assim como o fortalecimento da agricultura familiar.

O período 1980-1990 foi marcado por um conjunto de programas e projetos destinados ao enfrentamento da pobreza no Brasil, contemplando prioritariamente à Região Nordeste, considerada por alguns, como sendo um dos maiores bolsões de pobreza da América Latina. Entretanto, o caráter focalizado desses programas tem deixado à margem, grupos sociais vulneráveis, considerados “não pobres” em função dos parâmetros estabelecidos por instrumentos de mensuração da pobreza como a linha da pobreza.

Amélia Cohn ressalta a importância de formular programas e políticas sociais que considerem a distinção entre alívio da pobreza e superação da pobreza. Segundo a autora no caso de programas de alívio da pobreza “o que está em jogo são as políticas de caráter mais imediato” (COHN,1995, p.6) isto é, as políticas assistencialista focalizadas sobre grupos com vulnerabilidade social. Diferentemente das políticas de superação da pobreza (com horizonte temporal de médio e longo prazo) pautadas em um modelo de desenvolvimento sustentado no qual se priorize tanto o crescimento econômico quanto o social.

Com base no entendimento de Cohn sobre políticas de alívio e de superação da pobreza, é possível classificar o Programa de Combate a Pobreza Rural (PRODUZIR) como sendo uma política dessa natureza, haja vista ser parte integrante de um conjunto de programas desenhados e financiados pelo Banco Mundial, para o Nordeste Brasileiro, obedecendo a critérios formulados dentro de uma perspectiva neoliberal.

Dentro dessa lógica o conceito de políticas públicas, para essa pesquisa, segue as indicações de Celina Souza (2006, p.26), que define política pública como: “o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação”. Nessa perspectiva de análise da ação do governo, pretende-se

aqui conhecer o processo de realização do Programa Produzir, para o que concorre, ao mesmo tempo, o Estado, que é o seu produtor oficial, e as comunidades beneficiárias, que se apropriam do Programa e o assimilam à sua vida cotidiana. Entende-se, assim, que o Programa, na sua efetividade, resulta dessa tensão entre esses dois atores.

1.2.1 Clientelismo Político

O cenário político brasileiro modelado por uma história de dependência externa, de atraso e de domínio dos latifundiários rurais, gerou ao longo da vida nacional, uma forma particular de apropriação privada da coisa pública, de tal sorte que mesmo nos momentos de expansão democrática, as práticas clientelistas se fazem presentes.

O clientelismo político no Brasil é oriundo das relações sociais entre o patronato rural e os homens livres na sua maioria “pobres”, cuja desigualdade social estabeleceu uma relação perversa de dependência entre as partes. Essa dependência foi consubstanciada por um grupo dominante cujo acesso ao controle de recursos estratégicos à época, permitia a imposição de domínio pessoal e arbitrário sobre a população pobre (LENARDÃO, 2004).

Ratificando esse pensamento Schwarz apud Seilbel e Oliveira (2006, p.136) faz referência ao monopólio da terra que, produziu no período colonial três classes de população: o latifundiário, o escravo e o homem livre, sendo a relação clientelista estabelecida entre o latifundiário e o homem livre, que não sendo proprietário nem proletário, dependia efetivamente da dívida e do favor para ter acesso à vida social.

Na maioria das vezes o mecanismo do favor era utilizado para obter obediência e lealdade, consolidando-se assim a prática clientelista como um atributo essencial para a manutenção da estrutura política vigente. De acordo com o autor o clientelismo político fundamentou-se na prática pela ação de políticos que se utilizaram da máquina estatal para atender demandas de beneficiários em troca de votos. (LENARDÃO, 2004).

Historicamente o clientelismo político vem perpassando as relações entre Estado e Sociedade por meio de alianças entre a elite central e chefes locais, mediada pela patronagem. Para GRAHAM apud Seilbel e Oliveira (2006) a relação de dependência decorrente dessa aliança tinha como elemento estruturador a troca de empregos por votos, estabelecendo uma base de ligação política que era consolidada a cada eleição. De acordo com o autor a trama clientelista sobrepunha interesses econômicos e de fortalecimento do poder central, de modo que as elites investiam pesado na formação de redes clientelistas com o objetivo de ampliar o círculo apadrinhamento-eleições-apadrinhamento baseado na troca de gratidão por favores.

O sistema de pedidos por nomeações ou favores funcionava nessa ordem: primeiro eram contemplados os membros da família, em seguida amigos, correligionários ou colegas de governo. De modo secundário, mais não menos importante, observava-se a lealdade política, o mérito, a competência e os conhecimentos técnicos, o lugar social do pretendente, assim com os valores paternalistas utilizados (candidato pobre, com família grande para sustentar, candidato velho ou doente, bom pai de família ou bom filho). Essa estratégia legitimava a concessão de benefícios retroalimentando a crença de que, a melhor forma de se obter os cargos pretendidos era a mantendo os vínculos familiares, partidários e as relações de amizade (Seilbel; Oliveira 2006, p.136).

Ainda com base em Seilbel e Oliveira (2006, p.136) a lógica da dádiva e do favor contribuiu para uma inversão de papéis entre o público e o privado onde questões de cunho eminentemente público eram resolvidas na esfera privada. Isto é, a garantia de empregos e outros itens de acesso à vida social deveriam ser disponibilizados pelo Estado e não intermediado por elites em troca de lealdade política.

Em que pese o clientelismo político ter suas raízes fundadas no tempo colonial, este tipo de prática vem se resignificando ao longo dos anos sob a égide de várias formas de dominação, a exemplo, do mandonismo, patrimonialismo, coronelismo e populismo. Desse modo, este fenômeno tem sobrevivido a partir de novas práticas coerentes com a contemporaneidade, conforme afirma Martins apud Lenardão

(2004, p. 2) “o clientelismo sobrevive como peça integrante das engrenagens de um sistema global de exploração e dominação sobre as classes populares brasileiras”.

Corroborando com esse entendimento Gomes apud Lenardão (2004, p. 3) atribui essa sobrevivência as características das relações sociais de produção desenvolvidas no período colonial que “irão reproduzir-se nos períodos seguintes, e serão as responsáveis pela gestação de uma sociedade onde dominam relações sociais [...] marcadas pela personalização, afetividade, particularismo e clientelismo”.

Seguindo essa linha de raciocínio Seilbel e Oliveira (2006, p.136) constata que, é no campo das políticas sociais onde o clientelismo assume o seu formato mais primário, haja vista que, as relações entre estado e sociedade ainda são pautadas no personalismo, na reciprocidade de benefícios e na lealdade.

As alterações do sistema político brasileiro nas últimas décadas, inclusive com a redemocratização do país, não foram suficientes para mudar as bases das práticas políticas clientelistas que, ainda dominam as instituições públicas, especificamente aquelas que trabalham com política para o enfrentamento da pobreza. Entre as várias razões encontra-se a fragilidade das instituições e a vulnerabilidade social e econômica da população a qual se destina esses programas.

1.3 ASSOCIATIVISMO NO SEMI-ÁRIDO

Em torno da agricultura familiar, constituíram-se novas formas de organizações profissionais agrícolas: o sindicato, a cooperativa e a associação de produtores. Essas instituições são fruto das lutas de assalariados e meeiros, explorados pelos grandes proprietários de terras que, no final da década de 50, esboçam as primeiras reações de indignação contra essa expropriação com a criação das Ligas Camponesas. Em 1963, apoiados pela Igreja Católica e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) criam o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, surgindo desse movimento os primeiros sindicatos (SABOURIN, 2009).

O Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) surge na década de 1950 com caráter reivindicatório, sob a tutela do Partido Comunista Brasileiro e da Igreja Católica. Posteriormente, durante a ditadura militar, os sindicatos são cooptados pelo

Governo Federal com o objetivo estratégico de desviá-los de suas funções de reivindicação. Nesse período, o Estado militar incumbiu os sindicatos da assistência médica no meio rural “FUNRURAL”. De modo análogo, no período da nova constituição (1988), o STR foi encarregado de administrar a aposentadoria agrícola no contexto local (SABOURIN, 2009).

Sabourin (2009) indica como marco da cooperativa agrícola no Brasil o período tradicional (1960 a 1990) com a predominância das cooperativas de serviços e o período que vai desde o final da década de 90 até o início dos anos 2000 com a renovação do movimento cooperativo da agricultura familiar. Desses movimentos surgem três federações, a saber: o movimento das cooperativas de reforma agrária ligado ao MST e federado na CONCRAB; o movimento das cooperativas de crédito federado na Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCONSOL) e as cooperativas agrícolas de serviços no âmbito da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). No Nordeste as primeiras cooperativas de produtores surgem pelas mãos de proprietários de terra de grande e médio porte, em sua grande maioria, ligados a interesses políticos, clientelistas e a sistemas de gestão fraudulentos.

Por outro lado, as cooperativas de crédito surgem na região de Valente, por volta de 1995, no âmbito de um projeto de desenvolvimento local cujo ponto de partida foi a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) com a transformação da produção de sisal em produtos artesanais. A expansão da cooperativa fora oportunizada pelo fechamento de agências bancárias do Banco do Brasil (em municípios pequenos e isolados) e do antigo Banco do Estado da Bahia (BANEB) em razão de divergências políticas entre o governo do Estado, prefeitos e conselhos municipais de oposição.

Ainda de acordo com o autor, a forma de organização mais comum entre as comunidades rurais do Nordeste é o associativismo. A criação da maioria das associações comunitárias nasceu estimulada por agentes externos (Igreja, ONG's e serviços de extensão rural). A formalização dessas associações surge da necessidade das comunidades rurais criarem uma representação jurídica condizente com as exigências de organismos públicos visando à concessão de apoio ou

financiamentos reservados a projetos associativos ou comunitários (SABOURIN, 2009).

Segundo Moraes (2004, p.2) “as associações comunitárias rurais são sociedades formais criadas com objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertence”. Trata-se de uma definição de caráter normativo e não resultante de análises de como se produz associações e de como elas funcionam. As associações de que trata o autor, independentemente do número de membros da comunidade, giram em torno de um objetivo específico que normalmente é o acesso a financiamentos e equipamentos coletivos, apropriação fundiária ou beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas. Importa destacar, ainda, que antes da formalização dessas associações, as relações comunitárias possuíam um caráter informal, com adesão voluntária para a realização de afazeres comuns, dentro dos limites da comunidade. Essas relações eram pautadas em princípios e valores como: ajuda mútua, compartilhamento, confiança, amizade e reciprocidade.

De acordo com Turra apud Araújo Et. al. (2002, p.8), “associação é um sistema de organização inserido na sociedade e com ela interage e estabelece relações de trocas sociais, políticas, legais, tecnológicas, econômicas, etc., influenciando e sofrendo influências”. As influências de que trata Turra são percebidas na dependência das comunidades rurais da oligarquia política local e regional que ainda é muito forte. Não obstante as mudanças registradas no cenário político brasileiro, o poder continua centrado nas mãos dos grandes proprietários de terra, que por sua vez são os donos do comércio, e quando não representam o poder local exercem forte influência sobre a administração pública local (SABOURIN, 2009).

Em geral essas relações são mais acentuadas em associações do tipo “cartoriais”, cuja existência se limita a um simples registro em cartório, não havendo nenhum compromisso com a comunidade e sim com lideranças locais que se utilizam desse expediente para fins clientelistas e eleitoreiros.

A facilidade de registro dos estatutos, a adaptabilidade do modo de funcionamento e a ausência de controle fiscal ou de sanção por parte da administração fazem com que a associação seja o modelo de organização profissional preferido pelos agricultores e pelos políticos (SABOURIN, 2008, p. 90).

Outro tipo de influência a ser considerada são as novas tutelas, que surgem em torno das populações rurais, e se alternam entre políticos, igrejas, ONG's ou serviços técnicos públicos Bursztyn apud Sabourin (2009, p. 105). É preciso estar atento para as reais intenções dessas instituições, tendo em vista que essa tutela pode representar uma forma sutil de manipulação, conforme assevera de Sabourin: “trata-se aí de tutelas sutis ou insidiosas [...] se afirmam de forma dissimulada, sob o pretexto de ajuda, caridade ou solidariedade, ao contrário dos coronéis, que se impunham sem nenhuma preocupação moral” (SABOURIN, 2009, p. 106).

A constituição interna contemporânea das associações se traduz na conjugação de fatores como: relações de reciprocidade, de dependência - de instituições públicas e privadas para dar suporte a questões locais - clientelismo e conflito de interesses (individuais que se sobrepõe aos coletivos). Pelo exposto é indiscutível a importância das associações comunitárias para a transformação do contexto rural e não obstante a literatura apontar interesses diversos na formação dessas instituições, quer seja para fazer face às exigências da atividade agropecuária e/ou dos poderes públicos na concessão de financiamentos e projetos destinados à agricultura familiar. Essas instituições guardam no seu interior valores e saberes produzidos na vida cotidiana que os assemelham e ao mesmo tempo os distingue. É com base nesse sentimento que se pretende desvelar o modo como essas associações apropriam-se do Programa Produzir, no contexto do território de Identidade Bacia do Jacuípe, sobretudo no Município de Quixabeira, lócus desta pesquisa.

Para compreensão do objeto de estudo utilizou-se como suporte teórico os conceitos de pobreza, políticas públicas e associativismo que foram confrontados com os dados levantados durante a pesquisa documental e de campo, cujos instrumentos metodológicos encontram-se explicitados no tópico seguinte.

1.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia foi delineada em consonância com a orientação teórica anteriormente esboçada, elegendo-se como método orientador o cruzamento da pesquisa documental com a pesquisa de campo por entender ser esta a melhor forma de análise do objeto de estudo que é o processo de realização do Programa de Combate a Pobreza Rural (PRODUZIR), para o que concorre, ao mesmo tempo, o Estado, que é o seu produtor oficial, e as comunidades beneficiárias, que se apropriam do Programa e o assimilam à sua vida cotidiana. De acordo com Minayo (1993) a pesquisa consiste em uma busca constante da realidade na qual se conjugam teoria e dados em um processo inacabado e permanente.

Como ponto de partida adotou-se a tipologia de estudo exploratório-descritiva como parte integrante da pesquisa principal. A fase exploratória do estudo é considerada de extrema importância para se adentrar no campo científico com vistas a conhecer o tema estudado e, inclusive, para a definição e a aproximação com o objeto de estudo. Desse modo realizou-se a revisão de literatura especializada (livros, artigos, teses, dissertações e periódicos) relacionados à pobreza, às políticas públicas para enfrentamento da pobreza e o associativismo rural, indispensáveis à delimitação do problema, definição dos objetivos e construção do marco teórico conceitual desta pesquisa. De acordo com Minayo (1999) a fase exploratória compreende desde a delimitação do problema, definição do objeto e objetivos, construção do marco teórico, dos instrumentos de coleta de dados até a exploração de campo. De modo complementar a dimensão descritiva se propõe a descrever de forma mais detalhada as características de determinada população ou fenômeno (GIL, 1994). Entende-se, no entanto, neste trabalho, que o descritivo não se identifica com uma leitura objetiva, mas, sim, com uma leitura implicada, tanto dos escritos quanto dos vividos.

A opção por uma metodologia qualitativa deveu-se ao entendimento de que o método qualitativo oferece maiores vantagens analíticas ante a complexidade do trabalho proposto, ou seja, melhores possibilidades para apreender, aprofundar e responder adequadamente as questões evidenciadas através das hipóteses de trabalho. Para fins deste estudo considerou-se, portanto, a adequação desta

abordagem por permitir uma análise em profundidade das tensões que ocorrem nas relações entre o Estado e os beneficiários do Programa Produzir durante a sua implementação, no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, particularmente no Município de Quixabeira.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo et al. (2008) responde a questões muito particulares, haja vista que nas ciências sociais essa metodologia preocupa-se com um nível de realidade que nem sempre pode ser quantificado, isto é, com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondente a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Obviamente não se trata aqui de excluir possíveis dados quantitativos, uma vez que Minayo chama a atenção para o fato de que a pesquisa qualitativa não exclui a dimensão quantitativa, pelo contrário uma complementa a outra.

Conforme já mencionado, neste estudo foram combinados os procedimentos da Pesquisa documental e Pesquisa de campo. No âmbito da pesquisa documental, foram analisados os Acordos de Empréstimos nºs 3917-BR, 4623-BR 7327-BR e 7732-BR celebrados entre os Governos Federal, Estadual e o Banco Mundial com a finalidade de resgatar aspectos singulares da negociação do Programa Produzir em momentos históricos distintos; Manual Operacional do Produzir (MOP) que se constitui em um norteador das ações do Programa; Avaliação de meio termo encomendada a FECAMP pelo Banco Mundial cujo teor foi reproduzido em parte neste estudo; Relatórios de Desempenho do programa com o objetivo de desenhar a trajetória do Programa; Arquivos eletrônicos (Banco de Dados) denominado Serviço de Acompanhamento de Contratos e Convênios (SACC) para resgatar informações da relação institucional entre a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e as associações comunitárias com vistas a mapear as ações do Produzir no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, mais especificamente no Município de Quixabeira.

De acordo com Oliveira apud Silva (2009, p.6) “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”, como por exemplo: relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, fotografias, etc. Possibilita também, a coleta de dados “in loco” que, neste caso, foram as associações comunitárias do Município

de Quixabeira, tendo como instrumento de coleta de dados as Atas (de fundação e de eleição da diretoria), Estatutos, listas de presença das reuniões, convênios e contratos. Com a análise desses instrumentos buscou-se conhecer o processo de criação, organização e funcionamento das Associações Comunitárias para em conjunto com a pesquisa de campo validar ou refutar as hipóteses que permeiam esta pesquisa.

No estudo de campo, realizado no mês de maio de 2011, no Território Bacia do Jacuípe, foram estudadas seis associações comunitárias das dezoito existentes no Município de Quixabeira. Segundo Minayo (2008, p.76) o trabalho de campo se constitui na porta de entrada para o novo. “São perguntas que fazemos para a realidade, a partir da teoria que apresentamos e dos conceitos transformados em tópicos de pesquisa que nos fornecerão a grade ou a perspectiva de observação e compreensão.”

A escolha do município foi intencional, buscando-se no universo do Território de Identidade Bacia do Jacuípe um município que apresentasse certa diversidade de projetos, em função da predominância de investimentos em projetos de infraestrutura básica, principalmente, de acesso à água, pelo fato do território estar inserido no semiárido baiano cujas características são: restrições hídricas, índice pluviométrico baixo e irregular, população dispersa, resultando em colheitas de baixa qualidade e pouca capacidade de geração de renda.

Nessa perspectiva, optou-se pelo Município de Quixabeira que, além da densidade de projetos de infraestrutura de acesso a água, conta com projetos de saneamento básico, eletrificação rural e geração de renda, considerados de suma importância para a redução da pobreza, que é a finalidade principal do Programa Produzir.

De modo análogo foram escolhidas as associações, priorizando aquelas contempladas com subprojetos comunitários de infraestrutura básica e geração de renda, a saber: 1) Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capitão (energia solar); 2) Associação Comunitária Pequena Lavadeira Várzea Dantas/Alagadiço (cisterna); 3) Associação dos Pequenos Produtores de Jaboticaba (beneficiamento de mel e sanitário residencial); 4) Associação Comunitária Beneficente do Povoado de Ramal (Mecanização Agrícola); 5) Associação de

Pequenos Produtores de Alto do Capim (Sistema Simplificado de Abastecimento de Água); 6) Associação de Pequenos Produtores Rurais de Baixa Grande (Mecanização Agrícola). Assim como, três membros de cada uma delas, o que representa uma amostragem aleatória de 24 pessoas, considerada significativa em um universo de aproximadamente 218 associados, o que representa mais de 10% dos associados.

Nesta fase, foram coletadas informações que pudessem revelar as especificidades do objeto desta pesquisa, nesse sentido utilizou-se como recurso metodológico à combinação de técnicas de entrevistas e de observação. De acordo com Caldeira apud Santos (1984, p.189) “[...] a entrevista se constitui num momento especial que se apresenta como discurso organizado, nos conduzindo a uma visão mais global [...] no cotidiano das experiências”. Com esse entendimento optou-se pela entrevista semiestruturada por considerá-la um recurso importante para obter informações a respeito do que as pessoas pensavam sobre o assunto proposto. A entrevista semiestruturada constitui-se na combinação de perguntas fechadas e abertas que permite ao entrevistado discorrer sobre o tema sem necessariamente responder diretamente aos questionamentos do entrevistador (MINAYO, 2008, p.64). Desse modo elaborou-se um roteiro semiestruturado (apresentado no Apêndice A) contemplando questões fechadas e abertas de modo a garantir a liberdade de expressão dos entrevistados sobre o tema proposto, assim como, extrair: a história da associação e aspectos relevantes da realização do Programa; ampliando e aprofundando esses conteúdos de acordo com a acessibilidade da comunicação de cada entrevistado e respaldando-se sempre no marco teórico elaborado. Embora pretendesse entrevistar 24 pessoas, isso não foi possível, em razão da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capitão ter sido extinta. Por esse motivo entrevistou-se apenas duas pessoas nessa localidade. Ao todo foram realizadas 20 entrevistas com os presidentes e sócios das associações pesquisadas. Além disso, foram utilizadas técnicas de observação durante as entrevistas e conversas informais com membros das comunidades, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Prefeitura Municipal de Quixabeira.

Antecedendo as entrevistas, realizou-se uma conversa inicial para colocar os entrevistados a par dos objetivos da pesquisa, pedir permissão para utilizar o

recurso da gravação e ao mesmo tempo estabelecer um ambiente propício e descontraído. Com os presidentes das associações, foram aplicados dois formulários: Características da Comunidade e Perfil da Associação (constantes do Apêndice A) com a finalidade de traçar o perfil socioeconômico das comunidades e das instituições em questão.

A combinação dessas técnicas foi de fundamental importância para a percepção de sentimentos, crenças e valores ocultos nas entrelinhas. Cabe ressaltar, que por meio dessas entrevistas foram conhecidos dados importantes que não poderiam ser encontrados em livros, manuais, etc. por constituir-se em peça única impossível de reprodução ainda que refeitas em outra ocasião. Os dados extraídos da gravação das entrevistas foram transcritos e retiradas as informações mais relevantes, tendo em vista a variedade de informações surgidas nesse processo. Para preservar a identidade dos participantes da pesquisa utilizou-se como recurso a numeração de 1 a 20 substituindo os nomes próprios por número. Por fim, realizou-se o tratamento do material coletado, por meio de análise de conteúdo, etapa descrita por Bardin apud Minayo (1999, p.199) como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Pretendeu-se com esse estudo, conhecer o processo de realização do Programa, para o que concorre, ao mesmo tempo, o Estado, que é o seu produtor oficial, e as comunitárias rurais beneficiárias – do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, - que se apropriam do Programa e o assimilam à sua vida cotidiana, e os efeitos desta apropriação na redução da pobreza. Obviamente não se almejou com este estudo derivar nenhum tipo de mensuração, nem tampouco focar na ação do Estado, nem das comunidades, mas sim na tensão que se produz nos processos de implementação do programa, assim como as mudanças que esses processos produzem no cotidiano dessas comunidades. Desse modo, o aparato metodológico descrito possibilitou a concretização e validação da investigação em curso, cujos resultados estão relatados, principalmente, no Capítulo IV desta dissertação.

CAPÍTULO II

FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO PELO ESTADO DO PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA RURAL (PRODUZIR)

Para análise das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da pobreza no Brasil é imperativo trazer para o debate o papel do Estado no processo de sua formulação e desenvolvimento; ademais, é importante apontar as principais políticas adotadas para o Nordeste brasileiro, considerado por alguns autores como o maior bolsão de pobreza da América Latina.

Esse capítulo traça em linhas gerais as vias percorridas pelas principais intervenções de combate à pobreza no Nordeste, sobretudo aquelas destinadas às áreas semiáridas que, apesar dos esforços governamentais, não conseguiram alterar o grau de miséria em que vive parte significativa da população. Essas intervenções, foram identificadas por (CERQUEIRA; MENESES; FAVERO, 2000), como: 1) hidráulica; 2) transição para o desenvolvimento; 3) modernização reformista; 4) modernização conservadora e 5) desenvolvimento sustentável.

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Fase Hidráulica

A fase denominada “solução hidráulica para o Nordeste” se refere ao período compreendido entre o final do século XIX e meados do século XX. Esse período foi marcado pela construção de açudes e por um discurso político favorável à irrigação. Para realizar estudos dos recursos naturais do Nordeste e por em prática as ideias de irrigação para o semiárido foi criada, em 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), substituída, dez anos depois, pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e transformada em 1945, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Nesse espaço de tempo foram construídos 133 açudes públicos e 317 açudes em cooperação (entre o IOCS, IFOCS, DNOCS e os grandes proprietários de terra que recebiam um crédito-premio de 50% do valor gasto com a

construção dos açudes) (SDR/ADENE, 2005, p.20). No entanto os esforços envidados pelo Governo Federal foram insuficientes para mudar o quadro da seca no Nordeste. É relevante destacar que a pobreza rural do Nordeste durante muito tempo foi associada às causas naturais a manutenção da pobreza no Nordeste.

Fase de Transição para o Desenvolvimento

A fase de transição para o Desenvolvimento (1940 – 1959) foi marcada pela propagação do discurso desenvolvimentista, pela ideia de desenvolvimento regional e pela ideia de planejamento do Estado como estratégia para impulsionar o desenvolvimento. Nesse período foram criadas a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) substituída posteriormente pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). As ações dessas instituições concentravam-se no Vale do Rio São Francisco com vistas à aplicação do modelo americano do Vale do Rio Mississippi (FAVERO; SANTOS, 2002, p.59).

Fase de Modernização Reformista ou Desenvolvimentista

A fase desenvolvimentista (1959 a 1964) foi marcada por um conjunto de estratégias de intervenção planejada para a região Nordeste tendo como pano de fundo o pacto populista nacional que dava sustentação ao Estado desenvolvimentista. Essas intervenções foram sugeridas no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) intitulado Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste (FAVERO; SANTOS, 2002, p.59).

Dentre outros propósitos, o estudo preconizava superar o nível de desigualdade inter-regional no país, principalmente, com a industrialização da Região Nordeste e a reorganização da agricultura na faixa úmida, ou seja, aumentar a produção de alimentos para dar sustentação à expansão do parque industrial (SDR/ADENE, 2005, p.21). Para dar suporte as intervenções no Nordeste cria-se, em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

O relatório do GTDN apontava o Nordeste como uma região economicamente viável e com grande potencial agrícola. No entanto, o caráter conservador das coalizões de sustentação dos governos nacionais (classes dominantes rurais) se constituiu em

um entrave ao “ideário intervencionista-reformista para o semiárido”, sobretudo no tocante a questão fundiária (VIDAL, 2001, p.204). Cabe ressaltar que, nos anos 60, o governo buscava resolver questões fundiárias, através da reorganização do sistema de propriedade agrária e da concessão de créditos rurais.

Fase da Modernização Conservadora

A modernização conservadora (1964-1985) corresponde à introdução do progresso técnico no campo dissociado de qualquer componente social. As intervenções consistiram na modernização da agricultura, através de programas de extensão rural e de transferência de tecnologia gerando novas relações de produção em condições desfavoráveis para os pequenos produtores rurais (CARVALHO apud VIDAL, 2001, p.204).

Nesta fase, a Região Nordeste é fortemente castigada por longos períodos de seca, levando o Governo Federal a criar o Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEANE), cujos recursos eram destinados à execução dos planos de emergência contra a seca de autoria da SUDENE. Esses planos consistiam na geração de emprego (em obras públicas), abastecimento alimentar e assistência sanitária (SDR/ADENE, 2005, p.23).

Posteriormente, na década de 70 (I PND) são criados o Programa de Integração Nacional (PIN) em 1970 e o Programa de Redistribuição e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) em 1971, com vistas a atenuar os principais pontos de estrangulamento do setor primário do Nordeste. Em outras palavras, o PIN pretendia criar nas áreas marginais da rodovia Transamazônica projetos de colonização para abrigar o excedente populacional do Nordeste, assim como promover a irrigação (vales úmidos e semiárido). Por sua vez o PROTERRA visava à desapropriação de terras por meio de crédito a juros subsidiados (VIDAL, 2001, p.206).

Em 1973, foi colocado em prática o desenvolvimento rural integrado (financiado pelo Banco Mundial)⁸ como uma estratégia para melhorar as condições de vida das

⁸ Na época do POLONORDESTE a União era o mutuário do contrato com financiamento do Banco Mundial e contrapartida do Fundo PIN/PROTERRA.

famílias rurais, levando aos mais pobres (pequenos agricultores, posseiros e arrendatários) os benefícios do desenvolvimento. Em 1974 o Governo Federal cria o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) através do Decreto Presidencial nº 74.794 dentro de uma concepção básica de pólos de desenvolvimento, cujo objetivo era promover o desenvolvimento e a modernização de áreas economicamente prioritárias — microrregiões específicas do nordeste brasileiro e norte de Minas Gerais - áreas de grande potencial agrícola, tendo como componentes a agricultura (extensão, pesquisa, crédito, comercialização, administração de terras), infraestrutura (abastecimento de água, estradas e irrigação) e investimentos sociais (educação, saúde e desenvolvimento comunitário) (PIMENTA, 2000).

Segundo Pimenta (2000) o POLONORDESTE, em termos de volume de recursos (US\$ 403,5 milhões), foi considerado um dos programas mais importantes para o Nordeste, se destacando como uma estratégia nacional para o desenvolvimento rural, no âmbito do II PND, voltada a viabilizar a interiorização do desenvolvimento e a redução das diferenças regionais. Posteriormente, com o agravamento da crise econômica e social, foi redirecionado para melhoria do padrão de vida da população rural como estratégia de combate à pobreza.

Em 1976, foi lançado o Projeto Sertanejo, com ações voltadas para as áreas do semiárido com vistas a tornar a sua economia mais resistente aos efeitos da seca, associando a agricultura irrigada à agricultura seca. O público-alvo do Programa variava entre trabalhadores sem-terra e assalariados, a proprietários de mais de 500 hectares de terras. Importa destacar que, o Programa não teve o êxito esperado, em razão de grande parte dos recursos terem sido canalizados para médios proprietários de terra, de forma que, no seu segundo ano de implementação, o programa já não dispunha de recursos suficientes para atender aos menos favorecidos (CARVALHO; SOUZA apud VIDAL, 2001, p.205).

No início dos anos 80, após avaliação do Banco Mundial, constatou-se que o POLONORDESTE, no seu conjunto, teve efeito limitado sobre a pobreza. As microrregiões eram áreas pequenas em relação ao Nordeste como um todo. Os mecanismos para combate a pobreza eram fracos e as questões de ordem técnicas eram minadas por manipulações políticas e clientelismo. Além disso, o atraso na

liberação de verbas, somado à inflação da época refletiam de forma negativa, pois com a redução do orçamento os recursos eram absorvidos pela administração e pelas despesas gerais das agências executoras, deixando de atingir os reais beneficiários do projeto.

Segundo Chaloult (1985) alguns desses programas tiveram efeito negativo para os trabalhadores rurais, porque contribuíram para agravar a tensão social, aumentar a concentração de terras e de renda, em razão: a) da falta de participação do público-meta nas diversas fases dos programas; b) dos problemas estruturais relativos à posse e uso da terra e o acesso aos recursos hídricos; c) da falta de articulação e integração entre os múltiplos programas e ações do Estado e entre os órgãos executores.

Diante desses fatos, no período 1981/84 começava a ser elaborado o Projeto Nordeste que absorveria quatro outros programas implementados pela Velha República na tentativa de solucionar os problemas dos pequenos produtores rurais, a saber: a) Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE); b) Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO); c) Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO); d) Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR).

Em 1985 o país passa por profundas reformas políticas (FAVERO; SANTOS, 2002) e a partir de pressões oriundas dos movimentos sociais o governo federal cria o Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste (PROJETO NORDESTE), como parte integrante do documento “Prioridades Sociais para 1985”, visando o desenvolvimento econômico e social da região através de programas sequenciais que seriam executados, prioritariamente, na área rural, posteriormente na área urbana e em diversos setores econômicos.

Importa ressaltar que, apesar do Projeto Nordeste estar pronto em março de 1985, não pode ser enviado a Presidência da República para sancionar o Decreto de criação, devido ao veto do então Ministro da Agricultura, Nestor Jost que não concordava com a ideia do Ministério da Agricultura não fazer parte da coordenação e administração do programa agrícola integrante do Projeto Nordeste.

Neste contexto, no limiar da Nova República, o Presidente da República (José Sarney), assinou dois importantes decretos. O primeiro (nº 91.178 de 1º abril de 1985) criava o Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste – Projeto Nordeste, como parte integrante do documento Prioridades Sociais para 1985, visando o desenvolvimento econômico e social da região através de programas sequenciais que seriam executados, prioritariamente, na área rural, posteriormente na área urbana e em diversos setores econômicos.

O segundo Decreto nº 91.179, assinado na mesma data, dispunha sobre a estratégia da primeira etapa do Projeto (desenvolvimento rural para pequenos produtores), com a criação do primeiro programa desta etapa - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) e mais cinco programas integrantes desta etapa: a) desenvolvimento de pequenos negócios não agrícolas; b) irrigação; c) ações de saúde; d) educação no meio rural; e) saneamento básico no meio rural.

Nessa época, houve muito protesto com relação à criação do Projeto Nordeste, em virtude da falta de participação da sociedade, das cooperativas de trabalhadores rurais sindicatos e do próprio poder legislativo que discordava da forma como o Projeto foi aprovado (via Decreto) sem ser submetido ao Congresso Nacional para aprovação final, sendo considerado por Miguel Arraes (deputado) a avaliar o Projeto Nordeste como inconstitucional. Conforme Miguel Arraes apud Chaloult (1985, p.277)

Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente... planos e programas nacionais e regionais de desenvolvimento.

Avena (1986) tece duras críticas ao Projeto, considerando o montante de recursos como insuficiente, bem como a incapacidade do projeto de impactar as relações socioeconômicas da região.

O Projeto Nordeste destinará, no seu segmento agrícola, US\$12 bilhões para a região, a serem aplicados em quinze anos. Isso significa que em quinze anos vai se aplicar na região mais carente do país menos de 5% do PIB brasileiro produzido em 1 ano (AVENA,1986, p.158).

Ainda sobre o impacto socioeconômico do Nordeste o autor afirma:

[...] deve-se estar atendo ao fato de que a população beneficiada pelo Projeto, da ordem de 2 milhões de famílias, será inferior ao incremento da população nordestina nos próximos quinze anos, mantidos os atuais índices de crescimento populacional. Ou seja, no decorrer do prazo de aplicação dos recursos.....nascerão algo como 9 milhões de nordestinos, número semelhante ao público-meta do projeto (AVENA, 1986, p.159).

Ainda conforme Avena o projeto dificilmente poderia modificar a estrutura produtiva da região porque as ações eram voltadas para o pequeno produtor (mini-fundiário) afirmando que o programa no máximo garantiria a sobrevivência do produtor, devido a sua incapacidade de induzir um processo de capitalização das unidades agrícolas que pudessem gerar excedentes.

O Projeto Nordeste pode até apresentar significativas realizações no que concerne à sobrevivência de parcela da população nordestina, mas será débil seu impacto na produção regional, no aumento da renda e na modernização da agricultura da região (AVENA, 1986, p.159).

Cabe ressaltar, que no primeiro ano de criação do Projeto Nordeste, em 1985, o único programa em execução era o PAPP, compreendendo sete segmentos: ação fundiária, recursos hídricos, crédito rural, pesquisa adaptada, assistência técnica e extensão rural, comercialização e apoio às pequenas comunidades rurais. O PAPP se constituiu no desdobramento da estratégia de desenvolvimento rural direcionado para o pequeno produtor rural. Nesse contexto, o Programa pretendia criar as condições necessárias para que as famílias pobres do meio rural pudessem tornar-se economicamente autossustentáveis (SDR/ADENE, 2005, p.26). Este Programa foi implementado em nove estados do Nordeste⁹ e Minas Gerais com investimentos da ordem de US\$ 826.7 milhões oriundos do Programa de Integração Nacional (PIN), do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) e do Banco Mundial. Conforme Sabourin (2009) o PAPP que no período de 1988-1992 instituiu efetivamente a participação dos pequenos produtores rurais.

⁹ Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Em 1990 o Banco Mundial e o Governo Federal realizaram uma avaliação de médio termo¹⁰ do PAPP para analisar o desempenho do Programa. Os estudos constataram que apesar de algumas experiências exitosas o Programa não conseguiu atingir seu principal objetivo que era melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores rurais e diminuir a pobreza rural no Nordeste. No entanto, em função do desempenho do componente de Apoio a Pequenas Comunidades Rurais (APCR), e visando priorizar programas de ação social, destinados a reduzir os níveis de pobreza no Brasil, o Governo Federal solicitou aos Estados do Nordeste e ao Banco Mundial a reformulação do PAPP, tendo como foco principal o combate à pobreza rural do Nordeste. Essa nova fase do PAPP passou a vigorar a partir de 1993, em 264 municípios do Estado, localizados mais especificamente na Região do Semiárido, sendo substituída posteriormente (1997) pelo Programa de Combate a Pobreza Rural (PRODUZIR) cujas ações fazem parte das orientações preconizadas pelo Banco Mundial para combate a pobreza. Cabe destacar que esse Programa se enquadra nas políticas de alívio da pobreza (focalizadas) defendidas pelo BIRD no relatório de desenvolvimento de 1990 (COHN, 1995).

2.2 O PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA RURAL (PCPR)

2.2.1 PCPR (PRODUZIR I)

O Programa Produzir foi concebido, visando dar continuidade às ações implementadas pelo Governo do Estado para reduzir a pobreza na zona rural do Estado da Bahia. Nesse sentido, após negociação com o Banco Mundial, assinou, em 16 de julho de 1995, o Contrato de Empréstimo nº 3917-BR que, deu origem ao Programa. (Relatório BIRD, 1999) (MOP¹¹, 1995).

Nesse contrato, o Estado da Bahia assume o papel de mutuário (devedor) e a República Federativa do Brasil passa a ser o avalista do empréstimo. O volume de recursos aportado nesse contrato foi da ordem de US\$105,000,000 a ser empregado

¹⁰ Avaliação realizada em período superior a metade do programa, tendo em vista que a Avaliação de Meio Termo é realizada na metade do Programa.

¹¹ O Manual de Operação do Produzir (MOP) se constitui no principal documento de orientação das ações do Programa.

em 282¹² municípios da zona rural do Estado de acordo com as diretrizes do Banco Mundial.

O prazo de execução do Programa foi previsto para cinco anos com um custo total de US\$175 milhões, sendo US\$105 milhões (60%) financiado pelo Banco Mundial e US\$70 milhões (40%) correspondentes a contrapartida do Governo do Estado. Importa ressaltar que a contribuição dos beneficiários e a participação (voluntária) dos municípios poderiam formar parte da contrapartida estadual. Nesse contexto, o Projeto tinha como eixo principal focalizar as suas ações na população mais pobre do Estado da Bahia.

Um dos principais objetivos do Programa era fortalecer a participação dos beneficiários no processo de identificação, preparação, implementação, operação e fiscalização de subprojetos produtivos, de infraestrutura e sociais, contribuindo assim para o fortalecimento do processo de organização das comunidades, bem como a descentralização das ações, através de dois conjuntos de componentes, a saber:

Componente 1 – Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (Subprojetos Comunitários)

Esse componente possibilitava o financiamento de empreendimentos comunitários, com recursos não reembolsáveis, as Associações Comunitárias por intermédio de três linhas de ação ou subcomponentes: a) Programa de Apoio Comunitário (PAC); b) Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC); c) Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto (FUMAC-P).

a) Programa de Apoio Comunitário (PAC)

O PAC financiava subprojetos comunitários (produtivos, de infraestrutura ou de serviços sociais) através de convênio celebrado entre a CAR e a Associação Comunitária. Nesse contexto, a comunidade era responsável por todo o processo (identificação, seleção, solicitação, planejamento, execução e fiscalização). A CAR cabia a responsabilidade pela análise, aprovação, liberação de recursos, monitoramento, supervisão, e avaliação dos subprojetos solicitados pelas

¹² Inicialmente o Programa foi desenhado para atender aos 282 municípios do Semiárido Baiano.

comunidades, além de prestar assistência técnica às associações beneficiárias. Os recursos aprovados para o financiamento dos subprojetos eram liberados diretamente para as contas das Associações beneficiárias.

b) Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC)

O FUMAC se constituiu uma estratégia de descentralização das atividades do Programa que pretendia estabelecer um maior controle social dos recursos gastos por meio da atuação dos Conselhos Municipais¹³. Dentro desta estratégia as comunidades encaminhavam suas demandas para os Conselhos Municipais que se encarregavam de analisar e estabelecer as prioridades para financiamento. No entanto, os recursos relativos aos subprojetos aprovados eram transferidos diretamente para a Associação, cabendo aos Conselhos Municipais à responsabilidade de prestar assistência técnica às associações beneficiárias e monitorar a implementação dos projetos.

c) Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto (FUMAC-P)

O FUMAC-P foi concebido experimentalmente para promover a descentralização das ações e dos recursos financeiros do Programa, através dos Conselhos Municipais. A diferença básica entre o FUMAC e o FUMAC-P era que o segundo além de desenvolver as atividades descritas anteriormente ainda era responsável pela administração dos fundos para financiamento dos projetos aprovados. Nessa nova versão os recursos eram transferidos, mediante convênios, diretamente da CAR para os Conselhos Municipais e posteriormente repassados para as associações beneficiárias, também, através de convênios. Cabe destacar que todas essas transferências eram realizadas através de convênios.

¹³ Os Conselhos Municipais são organizações criadas no município para assegurar maior participação e transparência nas ações do Projeto, representando os diversos segmentos da sociedade, atuando como articulador desses grupos na implantação do Projeto. Esses Conselhos são formados por representantes do poder local, um representante da CAR, e representantes das associações e entidades representativas dos beneficiários (pelo menos 80% dos membros do Conselho com direito a voto).

Componente 2 – Administração, monitoramento e avaliação do Projeto e Desenvolvimento Institucional.

Esse componente previa ações de assistência técnica, estudos de avaliação, consultorias especializadas e treinamentos que visavam aperfeiçoar o processo de organização comunitária e de tomada de decisão, de modo a garantir a participação das comunidades no processo de gestão dos investimentos financiados, assim como o fortalecimento dos Conselhos Municipais. Assim como o financiamento de atividades de apoio à modernização e reforma do Estado, conforme demonstra a subdivisão a seguir:

- a) **Administração, Monitoramento do Projeto** – Estabelece como responsabilidade da CAR a administração, monitoração e avaliação de todos os componentes do Programa.
- b) **Desenvolvimento Institucional (DI)** – Traça as diretrizes para o financiamento de atividades de treinamento e a assistência técnica para as Associações beneficiárias, para os Conselhos Municipais e para o corpo técnico da Empresa. Além de promover a organização administrativa da CAR na sede e no campo.

Nesta primeira fase, a área de abrangência estava circunscrita à região do semiárido (282 municípios), selecionados com base nos seguintes critérios:

- a) nível de pobreza decorrentes da qualidade dos recursos naturais e das condições climáticas (seca);
- b) taxa de indigência com base no Mapa da Fome (IPEA);
- c) disponibilidade de recursos municipais;
- d) concentração de pequenos produtores;
- e) outros indicadores socioeconômicos (índice de condição de sobrevivência e razão população/médico).

Dentre esses 282 municípios selecionados era necessário definir quais os municípios integrantes do FUMAC, FUMA-P e PAC. Para essa escolha foram definidos também alguns critérios:

- a) Para o FUMAC o município deveria ter participado do PAPP reformulado e ter apresentado um bom desempenho; Além disso, os poderes públicos municipais tinham que demonstrar interesse por processos que estimulassem a participação popular;
- b) Para o FUMAC-P eram selecionados os municípios com melhor desempenho no FUMAC do PAPP reformulado.
- c) Os municípios integrantes do PAC eram aqueles que não se encaixavam nas outras linhas de ação.

Importa destacar, que uma das estratégias do Programa era aumentar o número de municípios participantes do FUMAC e do FUMAC-P, reduzindo assim o número de participantes do PAC¹⁴. Essa nova estratégia visava dar um suporte maior às comunidades, através dos Conselhos Municipais, pois desde essa época, percebia-se a fragilidade das associações na condução desses projetos, não sendo capazes de executar sozinhas todas as etapas necessárias a implementação dos mesmos, sendo na maioria das vezes tuteladas por Instituições e políticos tanto do poder local como do estadual.

Além dos critérios de elegibilidade¹⁵ adotados para escolha dos municípios que fariam parte do FUMAC, FUMAC-P e PAC o Programa criou outros critérios para escolha das comunidades beneficiárias. No caso do FUMAC e do FUMAC-P, os conselhos Municipais faziam um levantamento inicial das comunidades, ordenando-as de acordo com o grau de pobreza. Para tanto tinham como base os seguintes indicadores:

- a) número total absoluto de famílias consideradas pobres;
- b) porcentagem de famílias consideradas pobres em relação à população total da comunidade;
- c) inexistência de investimentos e/ou equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, estradas, eletrificação rural);

¹⁴ Essa seleção resultou na escolha de 152 municípios para compor o FUMAC, 31 para o FUMAC-P e 99 integrantes do PAC, o que em termos percentuais representava 54%, 11% e 35%, respectivamente. Podendo de acordo com critérios pré-definidos pelo Programa haver a ascensão dos municípios do PAC para o FUMAC.

¹⁵ Critérios necessários para a seleção de projetos financiados pelo Banco Mundial.

Quanto ao PAC exigia-se que as demandas das comunidades/associações tivessem alguma evidência do grau de pobreza dos beneficiários. Para receber os recursos do Programa os beneficiários deveriam estar organizados em associações, residir em sedes municipais com população de até 7.500 habitantes, sedes distritais, vilas, povoados e aglomerados rurais. O repasse desses recursos era efetivado quando da aprovação de um subprojeto.

Os subprojetos eram propostas de investimentos identificados, executados, operados e mantidos pelos beneficiários com a orientação da CAR (PAC) ou dos Conselhos (FUMAC e FUMAC-P), sendo classificados em produtivos, de infraestrutura e sociais.

No caso dos projetos de infraestrutura econômica (eletrificação, abastecimento de água, pontes, passagens molhadas, estradas de acesso) a comunidade, excepcionalmente, poderia transferir ao poder público municipal, estadual ou concessionários a responsabilidade pela operação e manutenção desses projetos, desde que fosse exigido o pagamento de tarifas (pagas diretamente pelos usuários) ou indiretamente mediante taxas e impostos.

Para efeito de financiamento os Subprojetos obedeciam as seguintes regras:

- a) ser identificado pela comunidade como prioritário;
- b) não fazer parte da lista de projetos inelegíveis¹⁶;
- c) ter um custo total de até US\$ 50,000 (na data de aprovação);
- d) período máximo de um ano para implementação;
- e) ser preparado com base nos projetos-padrão ou quando não existisse projeto padrão ser elaborado por técnicos qualificados que prestassem assistência técnica às associações.

Para dar suporte as comunidades inscritas no PAC na escolha dos projetos a CAR (1996) aprimorou o processo de avaliação de demanda. Esta avaliação era realizada pelo técnico (Escritório Regional ou da Sede) que traçava o perfil da comunidade, a partir de informações coletadas na localidade (entrevistas) e dados fornecidos por

¹⁶ Projetos inelegíveis : aquisição de terra, gado de corte, construção e/ou melhorias (edificações públicas, partidos políticos ou entidades sindicais), atividades relacionadas com bebidas alcoólicas e fumo, construção de igreja, aquisição de veículos motorizados (passeio, carga ou ambulâncias) e matadouros.

instituições locais. No perfil constavam aspectos socioeconômico, cultural e organizacional da comunidade em estudo. A partir daí realizava-se reuniões na comunidade para discutir o projeto solicitado, analisando a sua viabilidade, sob os seguintes aspectos:

- a) legitimidade do pedido;
- b) existência de pré-condições para implantação do projeto;
- c) organização da comunidade para operar e gerir o projeto;

Inicialmente, a avaliação de demanda era aplicada estritamente aos projetos do PAC, sendo posteriormente adotada para o FUMAC. Ocorre, que o modelo de avaliação foi transposto na íntegra, gerando assim uma incompatibilidade nas ações previstas, ou seja, um tinha como foco uma determinada comunidade, o outro visualizava as necessidades e potencialidades das comunidades do município como um todo.

Com o objetivo de corrigir essas distorções, a CAR sistematizou a implantação dos FUMAC, criando dois mecanismos capazes de orientar e estabelecer prioridades a partir da realidade dos municípios. O primeiro mecanismo foi a elaboração de um Perfil Municipal contemplando aspectos socioeconômico, cultural e organizacional indispensáveis a identificação de potencialidades e limitações do município.

O segundo foi a criação do Plano de Investimento Municipal (PIM) que permitia ao Conselho Municipal em conjunto com a CAR estabelecer 30 projetos prioritários para cada município, dos quais 20 eram executados, ficando os 10 restantes como reserva para eventuais desistências ou inviabilidade técnica.

Essa metodologia foi eficiente durante o período em que o projeto atendia apenas a 282 municípios. No entanto, com a ampliação da área de abrangência do Programa registrada em 1997 (inclusão de 58 municípios das regiões cacauera e oeste) e em 1998 (todo o estado com exceção da Região Metropolitana de Salvador¹⁷), essa metodologia apresentou alguns problemas, tais como:

¹⁷ Municípios que compõem a RMS: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

- a) atraso na implantação do FUMAC, face às diversas etapas previstas para aprovação dos projetos;
- b) pressão para uso dos recursos do PAC, tendo em vista não possuir as exigências previstas no FUMAC, culminando com o esgotamento das verbas em junho de 1998.

Esses fatores levaram a CAR a criar uma nova estratégia com o objetivo de imprimir maior agilidade na implantação do FUMAC sem, contudo, comprometer a sua essência. Com esta estratégia, o FUMAC passaria a ser a única alternativa possível para financiamento dos projetos pelo Programa Produzir, ou seja, o que antes era uma estratégia para escolha de municípios e projetos, passava a ser a forma de operar o Programa.

A ênfase dada a essa linha de ação resultou no aumento significativo dos conselhos implantados no âmbito do FUMAC, passando de 98 (março/1998) para 198 em junho do mesmo ano. Esses números são elevados para 331 no último ano do Programa, superando assim a meta prevista de 282 municípios, o que corresponde em termos percentuais a 17,38%.

É importante ressaltar que os Conselhos Municipais criados no âmbito do FUMAC contribuíram para o processo de organização das associações e dos municípios, estimulando a criação de parcerias com atores sociais inibindo de alguma forma a manipulação e o clientelismo registrados no PAC.

Em setembro/1999 o Banco Mundial realizou a Avaliação de Meio Termo do Programa estabelecendo um comparativo entre as ações previstas e as ações efetivamente realizadas, constatando-se uma forte tendência das comunidades rurais para solicitação de projetos de infraestrutura (3.934). Na sequência, encontram-se os projetos produtivos com (1.433) solicitações, ficando o menor registro para os projetos sociais (333). O Quadro a seguir traduz esses dados com maior propriedade.

Quadro 1 - Comparativo de Metas Previstas versus Realizadas – Bahia – 1999

Indicadores	Metas	
	Previstas	Realizadas
Nº de subprojetos implementados	5.700	3.816
- Infraestrutura	3.934	2.753
- Produtivos	1.433	1.031
- Sociais	333	32
Nº de beneficiários		
- Famílias	226.700	565.011*
- Pessoas	1.133.000	2.825.055
Nº de associações	2.820	2.024
Nº de municípios	282	321
Nº de conselhos do FUMAC	152	323
Nº de conselhos do FUMAC-P	31	12

Fonte: Relatório de Revisão de Meio Termo do Banco Mundial. (1999)

* Incluindo famílias repetidas (beneficiadas com mais de um subprojeto)

Ainda com base nos registros do Banco Mundial (1999)¹⁸, nota-se que os subprojetos mais financiados foram os de abastecimento de água, que compreende pequenas barragens (1.006), sistemas simplificados de abastecimento de água (333) e perfuração de poços tubulares (329). O Programa também financiou pontes de concreto (402), postos comunitários de telefonia (345), eletrificação rural (135) e (291) casas de farinha.

Em julho/2001, o Banco realizou outra avaliação de desempenho¹⁹ que antecedeu e serviu de base para o Produzir II, constatando dessa vez um melhor desempenho do FUMAC e do FUMAC-P, com a redução de projetos, concluídos funcionando precariamente e não funcionando, como demonstra a tabela a seguir:

¹⁸ O referido relatório avaliou também os PCPR's de Ceará (Empréstimo 3918-BR) e Sergipe (Empréstimo 3919-BR).

¹⁹ O Relatório de Desempenho dos Subprojetos Implantados analisou os contratos 2761-BR (PAPP-Reformulado) e 3917-BR (PRODUZIR). É válido informar que o PAPP-reformulado já adotava o nome PRODUZIR, que posteriormente foi denominado PRODUZIR I para mostrar que o seu sucessor o PRODUZIR II era parte integrante de outro contrato (4623-BR).

Tabela 1 - Avaliação de Desempenho do Contrato 3917-BR
Estágios dos Subprojetos Concluídos – Por Linha de Ação
Bahia – 2001

Linhas de Ação do Programa	Concluídos			Outros Estágios	Sem Informação	Total
	Funcionando	Funcionando Precariamente	Não Funcionando			
PAC	1.205	113	113	7	527	1965
FUMAC	1.136	65	77	5	413	1.696
FUMAC-P	116	3	10		49	178
Total	2457	181	200	12	989	3839

Fontes: SAC e SCC da CAR em 2001 e Pesquisa Direta

A performance observada nos projetos implantados pelas linhas de ação do FUMAC e FUMAC-P deve-se, sobretudo, a atuação dos conselhos municipais que apoiaram as associações desde a escolha do projeto até sua conclusão. Esse acompanhamento é reforçado pela contratação de assistência técnica, prevista no Manual de Operação do Programa.

Em setembro/2001, a CAR apresentou Relatório de Desempenho, referente ao período de 1996/2001²⁰, demonstrando que o Programa atendeu a cerca de 600 mil famílias em 376 municípios. Com aplicação de recursos da ordem de R\$ 209.029 mil, para o financiamento de 6.561 projetos. Desse total de projetos 74% eram de infraestrutura econômica e social e 26% produtivos.

O Relatório demonstrou ainda que 58% dos projetos de infraestrutura referiam-se a pequenas intervenções para aumentar a oferta de água nas comunidades, sendo investidos cerca de R\$ 67,6 milhões em barragens e sistemas de abastecimento de água.

Outro ponto que merece destaque são os investimentos em projetos de energia elétrica que além de resolver questões básicas, promovem a socialização da comunidade e viabiliza a implantação de projetos agroindustriais. Além dos projetos convencionais, a CAR investiu em um subprograma de energia solar que foi considerado como um dos maiores programas da América Latina. Nesse contexto, foram beneficiadas 215 localidades com a instalação de 10.100 Kits em residências, escolas, casas de farinha etc.

²⁰ Relatório de Desempenho do PCPR-BA (Set/2001)

Com referência aos projetos produtivos observou-se que os mais solicitados pelas comunidades foram mecanização agrícola (trator e implementos) e casa de farinha, sendo atendidos respectivamente, 495 e 445 demandas. Esses projetos incrementaram a produtividade agrícola de milhares de agricultores.

Foram ainda aplicados cerca de R\$10.433 mil em Desenvolvimento Institucional, que previa gastos com Assistência Técnica e Capacitação, destinando-se também R\$8.162 mil para gastos com a administração do Programa.

2.2.2 PCPR (PRODUZIR II - 1ª Etapa)

Com base na experiência do Programa Produzir e visando a melhoria das condições de vida das populações menos favorecida da zona rural, o Governo do Estado propôs ao Banco Mundial a continuidade do Programa de Combate a Pobreza Rural do Estado da Bahia – Produzir.

Em face dos resultados obtidos com o Relatório Final de Avaliação do Desempenho Físico e de Impacto do Programa, o Banco chegou à conclusão que para a implementação da segunda etapa do Programa não seriam necessárias grandes mudanças, propondo apenas alguns ajustes.

Nesse sentido, o Governo do Estado da Bahia celebrou em 29 de outubro de 2001 o Acordo de Empréstimo nº 4623-BR, que garantia a implementação do Programa Produzir II com um custo total de US\$ 75,0 milhões, dos quais o Banco Mundial participa com US\$54,4 milhões, o governo estadual com US\$14.1 milhões e os beneficiários com US\$6,5 milhões²¹.

Em linhas gerais, o Programa pretendia atender aos 407 dos 417 municípios do Estado da Bahia, exceto a Região Metropolitana²², no período de julho/2001 a junho/2005, mediante financiamento não reembolsável de subprojetos. Estabelecendo como objetivos específicos:

²¹ Esse valor corresponde a 10% do custo dos subprojetos, caracterizando-se como contrapartida das comunidades, embora isso não represente o desembolso desse numerário. A contrapartida pode ser paga através de serviços e/ou materiais.

²² Salvador, Itaparica, Vera Cruz, Simões Filho, Lauro de Freitas, Camaçari, Dias D' Avila, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Candeias.

- a) assegurar investimentos em subprojetos produtivos de infraestrutura e sociais e a criação de oportunidades de emprego e de geração de renda;
- b) apoiar as associações comunitárias no planejamento, implementação e operação de seu subprojetos;
- c) intensificar os esforços para a criação e o fortalecimento de capital social²³ nas comunidades mais pobres;
- d) estimular a mobilização de recursos nas comunidades e nos municípios para programas de combate a pobreza, por meio do desenvolvimento comunitário.

O Produzir II manteve os mesmos componentes do Produzir I (Subprojetos Comunitários, Desenvolvimento Institucional, Administração do Projeto e Monitoria) acrescentando, apenas, ao componente Administração do Projeto e Monitoria os itens Supervisão e Avaliação de Impactos.

Foram mantidas também as três linhas de ação PAC, FUMAC e FUMAC-P, registrando-se apenas duas alterações, a saber:

1. Mudança nos critérios de enquadramento do município nas três linhas de ação:

- a) Para ser enquadrado no PAC o município deveria possuir Associações formalizadas dentro das exigências do Programa;
- b) Para fazer parte do FUMAC o município deveria possuir acima de sete Associações formalizadas e terem participado do Produzir I;
- c) Para ser classificado no FUMA-P o município deveria ter todos os subprojetos financiados pelo Produzir I, concluídos e funcionando de acordo com as normas do Programa.

2. Aumento do volume de recursos alocados para o FUMAC (51,8%) e FUMAC-P (25,9%) e consequente a redução dos recursos destinados ao PAC (8,6%).

²³ O Capital Social é a habilidade das pessoas em conseguir benefícios mediante participação em organizações comunitárias. (World Bank, 1997, p.13). Pierre Bourdieu introduziu o conceito de capital pela primeira vez em 1980, que trata dos benefícios adquiridos por indivíduos quando da participação em grupos nos quais desenvolvem redes de sociabilidade, desse modo define capital social como sendo: “o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” Bourdieu, apud Portes, 2000, p.3. Para Putnam apud Frey, 2003, p.166 o “capital social” refere-se a elementos de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco”

- a) PAC – US\$ 6,5 milhões (22,3%)
- b) FUMAC – US\$ 38,8 milhões (51,8%);
- c) FUMAC – P – US\$ 19,4 milhões (25,9%).

O incremento de recursos destinados ao FUMAC deve-se ao bom desempenho obtido no Produzir I com a descentralização das ações de forma transparente e segura, evitando-se assim possíveis manipulações.

As estratégias adotadas - descentralização, participação comunitária, legitimidade das demandas e a sustentabilidade dos investimentos - tinham dois eixos de apoio:

- a) ênfase na capacitação, organização e mobilização das comunidades e dos Conselhos Municipais;
- b) reforço na capacitação da Unidade Técnica para melhor assessorar as comunidades, Associações e os Conselhos Municipais na execução de projetos.

O Programa tinha como meta atender a 250 mil famílias através do financiamento de 3.500 subprojetos comunitários para a provisão de infraestrutura básica e oportunidades de geração de emprego e renda. Prevvia ainda a adoção de estratégias de comunicação para mobilização e inclusão social de populações indígenas, quilombolas e mulheres. Essas medidas visavam a garantir de forma igualitária o acesso aos benefícios do Programa.

A estrutura organizacional do Programa é composta de níveis:

- a) Central
 - Secretaria do Planejamento – SEPLAN
 - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional –CAR (UT)
- b) Regional
 - Escritórios Regionais da CAR²⁴
- c) Municipal

²⁴ Os Escritórios Regionais estão distribuídos estrategicamente, para dar apoio as ações implementadas pela CAR nas diversas regiões do Estado. Esses escritórios estão instalados nos seguintes municípios: Barreiras, Brumado, Caetité, Camamu, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Macaúbas, Seabra, Serrinha e Santa Maria da Vitória.

- Conselhos Municipais do FUMAC
- Conselhos Municipais do FUMAC-P

d) Comunitário

- Associações Comunitárias

É relevante citar que o Programa previa a participação de Prefeituras Municipais, Organizações Não Governamentais (ONG) e atores sociais como agentes parceiros para desenvolver atividades complementares. A parceria era formalizada, através de acordos celebrados entre as Associações Comunitárias e os Conselhos Municipais do FUMAC e FUMAC-P.

Em 2003 foi realizada pela Fundação Economia de Campinas (FECAMP) uma Avaliação de Meio Termo do Produzir II para conhecer os efeitos e impactos do Programa. Para tanto, foram estudados os 50 municípios²⁵, onde havia maior concentração de projetos, tais como:

- a) Infraestrutura: barragem, cisterna, abastecimento de água, eletrificação rural, vias de acesso, bueiro, passagem molhada e ponte;
- b) Desenvolvimento social: habitação e melhoria sanitária;
- c) Produtivos: agroindústria, casa de farinha, pocilga, mecanização agrícola, comercialização, box de feira, módulos de múltiplo uso e irrigação.

Os estudos da FECAMP apresentaram dados relevantes a respeito do Programa tais como:

- a) Do universo de projetos analisados contatou-se maior impacto nas condições sanitárias, ou seja, dos 50 municípios pesquisados, 56% (2000) não possuíam banheiros/sanitários, sendo registrada uma queda significativa desse percentual em 2003 para 36%.

²⁵ Os municípios estudados foram: Ajustina, Andaraí, Araçás, Barra, Barra da Estiva, Belmonte, Buritirama, Camamu, Canudos, Capim Grosso, Casa Nova, Conceição do Coité, Coribe, Curaçá, Elísio Medrado, Euclides da Cunha, Eunápolis, Guanambi, Igaporã, Ipirá, Ipupiara, Itaguaçu da Bahia, Itapetinga, Itiruçu, Itororó, Jaguaquara, Juazeiro, Macaúbas, Maiquinique, Maracás, Mascote, Morro do Chapéu, Mucugê, Oliveira dos Brejinhos, Paramirim, Paripiranga, Pindobaçu, Planalto, Riacho de Santana, Ribeirão do Largo, Rui Barbosa, Santa Bárbara, Santana, Sapeaçu, Senhor do Bonfim, Tanhaçu, Tanquinho, Tucano, Uauá e Várzea do Poço.

- b) Registrou-se, também, um aumento dos domicílios com água encanada de 49% para 55%, reduzindo-se a captação de água em riacho/lagoa/açude/barragem e o fornecimento de água por caminhão pipa que significa também uma diminuição de custo para a comunidade.
- c) Além da redução dos custos, percebeu-se também uma queda dos casos de doenças causadas por veiculação hídrica e uma economia de tempo gasto em atividades de obtenção de água, tendo em vista a distância (em média duas horas) e o grau de dificuldade para realizar essa tarefa.
- d) Houve um salto de 54% (2000) para 73% (2003) dos domicílios com energia elétrica, bem como um aumento significativo dos projetos produtivos de 77% para 82% no mesmo período.
- e) Apesar do impacto verificado com a expansão de energia elétrica, observou-se ainda a existência de 27% dos domicílios sem este tipo de benefício.
- f) A pesquisa constatou que em 2000, 62% dos domicílios despejavam seus dejetos a céu aberto ou fossa rudimentar. Em 2003, esse percentual caiu para 49%. Significando, portanto, que após intervenção do Programa houve um aumento do uso de rede coletora ou fossa séptica de 29% para 40%. Esses números sugerem uma mudança de hábitos de higiene que resulta na melhoria da saúde dessa população.
- g) Com relação ao impacto sobre a qualidade de vida e renda por domicílio visitado, a pesquisa demonstrou que 80% dos entrevistados responderam que o Programa melhorou a sua vida, 4% afirmou que houve uma piora e 16% manifestaram indiferença. Evidencia-se, portanto, que o Programa trouxe alívio para esses beneficiários.
- h) Com relação aos projetos de geração de renda 50% do público pesquisado informou que o subprojeto ajudou a ganhar mais dinheiro e 46% admitiu que o subprojeto ajudou no sustento da família

A respeito do capital social, constata-se que o fator tempo favorece a formação desse capital, bem como investimentos em capacitação que propiciem a

comunidade um maior nível de integração e conhecimento dos projetos implementados pelo Governo.

Outra abordagem significativa foi a experiência obtida na gestão de subprojetos, haja vista a preparação das associações para desenvolver habilidades inerentes à tomada de decisão, compra de insumos/equipamentos, prestação de contas e empreendedorismo. A combinação desses fatores desenvolve nas associações comunitárias a autoconfiança e a formação de lideranças capazes de melhor aproveitar os investimentos realizados pelo Programa (FECAMP, 2003).

No Produzir II, participaram da implantação dos subprojetos 2,6 mil Associações Comunitárias e 326 Conselhos Municipais. O Programa nesses quatro anos promoveu a melhoria da qualidade de vida de 250.000 famílias, implantando 2,9 mil subprojetos em 390 municípios baianos, contribuindo ainda que, de forma incipiente para a formação do capital social de comunidades menos favorecida da zona rural do Estado. O quadro a seguir demonstra o desempenho do Programa, superando em alguns itens as metas previstas.

Quadro 2 - Metas Previstas Versus Realizadas - Bahia – 2003

Metas	Previstas	Realizadas
Municípios	407	390
Famílias Atendidas	250.000	257.104
Conselhos Municipais	-	326
Associações Comunitárias	1.850	2.589
Subprojetos Comunitários (nº)	3.500	2.927
Subprojetos Comunitários (US\$)	67.500.000	68.305.731
Desenvolvimento Institucional (US\$)	4.500.000	3.194.022
Administração (US\$)	3.000.000	3.774.634
Total de Recursos	75.000.000	75.274.387

Fonte: CAR/SACC - Relatório de Desempenho do Produzir - 2003

Foram investidos US\$ 75,3 milhões, sendo destinados, na sua maioria, a projetos de infraestrutura (abastecimento de água, energia elétrica, energia solar, melhorias viárias e pontes) representando em termos percentuais 70% dos projetos implantados. Na sequência, encontram-se os projetos produtivos (mecanização

agrícola, pequenas agroindústrias, módulos para comercialização) com 27% e apenas 3% para os projetos sociais (melhorias habitacionais e sanitárias).

A grande demanda por projetos de infraestrutura deve-se ao elevado grau de pobreza em que vive a maior parte da população rural do estado e a carência de investimento em projetos básicos, essenciais para o ser humano.

O relatório final do Produzir II faz uma síntese dos investimentos do programa apontando a implantação de subprojetos de abastecimento de água com a instalação de 18.077 ligações domiciliares; a construção de 17.498 cisternas residenciais e 122 barragens; a energização de 4.137 domicílios (energia convencional) e 16.261 sistemas residenciais de energia solar; a instalação de 28.438 sanitários residenciais, 2.355 melhorias habitacionais; e a construção de 168 pontes de concreto (melhorias viárias).

Com relação aos investimentos em projetos produtivos foram implantadas 86 casas de farinha, 110 agroindústrias, 47 módulos para comercialização da produção e a doação de 588 tratores.

A Tabela a seguir ilustra com maior propriedade parte dos dados anteriormente citados, ratificando a carência da população rural por projetos básicos, especialmente o acesso a água, muito embora essa prioridade represente apenas a satisfação de necessidades primárias (uso doméstico), ou seja, a água não é utilizada como meio essencial à implementação de projetos produtivos ou para aproveitamento na agricultura.

Tabela 2 - Investimentos Realizados na Bahia no Período 2001 a 2005

Investimentos Mais Demandados	Nº de Subprojetos	Nº de Domicílios Beneficiados	N º de Famílias Atendidas	Valor Aplicado (R\$)
Mecanização agrícola	588	-	84.000	36.474.014
Sanitário residencial	501	28.438	28.438	47.155.247
Energia solar	336	16.261	16.261	32.453.942
Cisterna domiciliar	306	17.498	17.498	20.265.627
Sistema de abastecimento de água	278	18.077	18.077	22.376.573
Energia elétrica	183	4.137	4.137	3.183.898
Ponte e outras melhorias viárias	168	-	39.845	11.002.208
Barragem	122	-	13.219	8.412.873
Outros Subprojetos ²⁶	110	-	11.195	6.326.048
Poço	107	8.950	8.950	2.924.083
Melhoria habitacional	95	2.355	2.355	10.155.784
Casas de farinha	86	-	7.660	3.845.237
Módulo de Feira	47	-	5.469	4.604.819
Total	2.927	95.716	257.104	209.180.353

Fonte: CAR/SACC

Além das intervenções já citadas, o Programa Produzir, por determinação do Governo do Estado, parcerias²⁷ com instituições estatais para atuar em regiões específicas do Estado implementando Projetos como:

a) Projeto Cabra Forte

O Projeto Cabra Forte, coordenado pela Secretaria de Agricultura (SEAGRI), tem por objetivo melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores rurais, através da ovinocaprinocultura. Seu público-alvo são os pequenos produtores de ovinos e caprinos, com imóveis rurais de até 100 ha, localizados nos 18 municípios do semiárido baiano²⁸.

²⁶ Subprojetos de beneficiamento de produtos agropecuários ou de extração mineral e extrativismo vegetal e pequeno fabricos de produtos artesanais.

²⁷ Desde 2003 o Produzir vem estabelecendo parcerias com outras Instituições para complementar as ações de inclusão socioeconômica dos mais pobres. (RELATÓRIO DE DESEMPENHO, 2004).

²⁸ Inicialmente a área de abrangência do Cabra Forte limitava-se a 18 municípios do semiárido, entretanto com a ampliação do Programa pretende atender a 48 municípios até 2006: Pólo de Remanso (Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Pilão Arcado e Remanso; Pólo Juazeiro (Curaçá, Jaguarari, Juazeiro e Uauá; Pólo Conceição do Coité (Araci, Barrocas, Capela do Alto Alegre, Capim

As principais ações do Cabra Forte são a implantação de poço ou barragem para os animais, cisternas para consumo humano; 300 ha de pastagens para produção intensiva de feno; melhoramento genético do rebanho; melhoria sanitária do rebanho; assistência técnica continuada.

Os resultados obtidos da parceria com o Produzir foram a construção de 7.718 cisternas residenciais e 41 barragens envolvendo recursos da ordem de R\$12,3 milhões, beneficiando cerca de 12.173 famílias.

b) Projeto Terra Fértil

O Projeto Terra Fértil, coordenado pela SEAGRI, tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social da microrregião de Irecê, valorizando a agricultura familiar. O projeto abrange 16 municípios²⁹ dessa região, tendo como público-alvo os mini e pequenos agricultores familiares proprietários de áreas inferiores a 100 ha.

As principais metas do projeto são ações de infraestrutura para produção vegetal e animal, consistindo na perfuração de 180 poços; construção de 80 Km de rede elétrica; construção de 20 barragens; construção de 35 Km de adutoras e 28 reservatórios; 470 ha de fruticultura irrigada, 470 ha de horticultura; caprino/ovinocultura(50 mil matrizes); bovinocultura de leite(6.600 matrizes); avicultura de postura (336.000 aves) suínos (2.500 matrizes); avestruz (3.000 matrizes) e apicultura (15.200 colmeias). Com essas ações o projeto pretende atender em 04 anos a 6.750 propriedades rurais investindo algo em torno de R\$170 milhões.

c) Projeto de Irrigação da Bacia Sedimentar de Tucano

Grosso, Conceição do Coité, Gavião, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe, Retirolândia, Nova Fátima, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, São José do Jacuípe, Valente, Várzea da Roça e Teofilândia); Pólo Salitre (Campo Formoso, Mirangaba, Ourolândia, Sento Sé, Sobradinho, Umburanas e Várzea Nova); Pólo Paulo Afonso (Abaré, Canudos, Chorrochó, Glória, Jeremoabo, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida); Pólo Monte Santo (Andorinha, Cansanção, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quinjigue e Euclides da Cunha).

²⁹ Municípios integrantes do Terra Fértil: Ibititá, Ibipeba, Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Lapão, Presidente Dutra, Irecê, João Dourado, América Dourada, Cafarnaum, Mulungu do Morro, São Gabriel, Jussara, Centra e Uibaí.

O Projeto de Irrigação da Bacia Sedimentar de Tucano, coordenado pela SEAGRI, tem como objetivo principal a implantação de um grande polo hortícola no nordeste da Bahia, mais precisamente nos municípios de Tucano, Cipó, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Banzaê e Cícero Dantas.

Esse Projeto previa o atendimento a 2.000 famílias carentes com o aproveitamento de água subterrânea da Bacia de Tucano, através da implantação de 3.000 ha para plantio com irrigação, distribuídos em 20 módulos de 150 ha para produção de hortaliças, verduras e frutas. O projeto contou, com a participação da SECOMP, SEMARH, Secretaria da Fazenda - SEFAZ, SEPLAN, através da CAR, com recursos do Programa Produzir e da DESENBAHIA.

Nesse sentido, o Produzir disponibilizou recursos da ordem de R\$1,8 milhões no período 2003/2004 para a implementação das seguintes ações: seleção e capacitação de 100 irrigantes; elaboração de planos de negócios e marketing; aquisição de equipamentos para implantação de módulo irrigado de 150 ha no município de Tucano e construção de 100 moradias para os irrigantes.

d) Projeto de Revitalização da Produção Agrícola da Região Nordeste

O Projeto de Revitalização da Produção Agrícola da Região Nordeste, também concebido no âmbito da SEAGRI/EBDA, firmou parceria com a CAR para utilização de recursos do Produzir II e da própria secretaria, visando a incentivar a produção de grãos na região nordeste do estado, através do uso mais intensivo de sementes selecionadas e demais insumos agrícolas, como fertilizantes, defensivos e o incentivo à motomecanização.

Foram selecionadas pela EBDA 166 comunidades, em 22 municípios da região, para participarem do Subprograma, cabendo a CAR o financiamento de 166 projetos de Mecanização Agrícola, que prevê investimentos para aquisição de trator e implementos agrícolas a serem utilizados de forma coletiva pelos produtores da região.

No sentido de apoiar as comunidades no uso da mecanização, foram capacitados 332 tratoristas para operação das máquinas; 4.150 agricultores no manejo e

conservação do solo; e 830 lideranças comunitárias para a gestão dos equipamentos.

e) Programa Viver Melhor Rural

A CAR numa proposta inovadora implantou e vem coordenando o Programa Viver Melhor Rural que tem como objetivo a inclusão social e econômica da população rural dos 100 municípios (Anexo 5) do Estado da Bahia com o IDH mais baixo.

O Viver Melhor pretende elevar o IDH³⁰, com ações específicas para redução do índice de analfabetismo, aumento da renda e melhoria da saúde. Para tanto, firmou parceria com a Secretaria de Educação (SEC), Secretaria da Saúde (SESAB), Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP) e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH).

As principais metas do Projeto são melhorias habitacionais e sanitárias em 13.340 domicílios rurais; Implantação de 387 sistemas de abastecimento de água, implantação de projetos produtivos para a melhoria da renda de 13.410 famílias em 230 comunidades, alfabetização de 28.111 jovens e adultos em 457 comunidades e eventos de capacitação em educação ambiental. São previstos investimentos da ordem de R\$95,6 milhões para os três primeiros anos de atuação do projeto.

O alcance do projeto nesses 18 meses foi a melhoria habitacional e sanitária de 2.681 moradias, construção/ampliação de 29 sistemas de abastecimento de água e implantação de 06 projetos de geração de renda, sendo beneficiadas em trono de 6.700 famílias de 21 municípios baianos.

f) Programa Luz para Todos

O Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas Energia conta com a participação das Centrais Elétrica Brasileiras S/A, Eletrobrás, governos estaduais e empresas concessionária de distribuição de energia elétrica. A parceria firmada com o Produzir propiciou o repasse de R\$ 3.110 mil para a implantação de 179 subprojetos de eletrificação.

³⁰ Índice de Desenvolvimento Humano

Os programas especiais fomentados pela CAR refletem o esforço do Governo do Estado para a erradicação da pobreza rural. Esse empenho é ratificado na pesquisa realizada, em 2004, pela Fundação Getúlio Vargas sobre os números da miséria no país, constatando-se que na Bahia houve uma queda de 9,5% no número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Essa redução torna-se mais significativa quando comparada aos 8% registrados em nível nacional.

Dando continuidade as ações incrementadas o Governo do Estado assinou em dezembro/2005, um novo Contrato de Empréstimo com o Banco Mundial para a implementação do Produzir III, significando assim a injeção de US\$75 milhões em projetos de infraestrutura, produtivos e sociais.

2.2.3 PCPR (PRODUZIR III – 2ª Etapa)

O Produzir III representa a terceira geração do Programa de Combate a Pobreza Rural na Bahia. A formalização dessa etapa se concretizou com a assinatura do Acordo de Empréstimo nº 7327-BR celebrado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Estado da Bahia em 14 de dezembro de 2005 no valor total de US\$ 75,00 milhões, sendo US\$ 54,35 oriundos do Banco Mundial e o restante de contrapartida do Governo do Estado (US\$ 14,12 milhões) e da participação dos beneficiários (US\$ 6,53 milhões). Importa ressaltar que a contrapartida Estadual, nessa fase, é oriunda do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP), gerido pela Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP). No caso das comunidades, ocorre uma pseudoparticipação, pois embora seja previsto no acordo de empréstimo a participação da comunidade na forma de contribuição financeira ou pelo aporte de mão de obra e materiais disponíveis no local, na prática, isso não se consolida.

O Produzir III se mantém em grande parte com o mesmo formato do Produzir II sendo ratificado os objetivos (geral e específicos) e os componentes (Subprojetos Comunitários, Desenvolvimento Institucional, Administração do Projeto e Monitoria e Administração do Projeto e Monitoria os itens Supervisão e Avaliação de Impactos). Contudo foram extintas as três linhas de ação: PAC, FUMAC e FUMAC-P (MOP, 2005). Em que pese à prática de focalização de recursos já ser praticada desde o

Produzir II, nesta fase do Programa a política de focalização de recursos praticada pelo Banco Mundial é mais contundente na medida em que foram previstos 30% do montante total de recursos para os 100 municípios mais pobres com IDH-M (entre 0,521 e 0,647) e 70% do total de recursos para os demais municípios. Nesse sentido os municípios foram distribuídos em duas Categorias denominadas Área A (100 municípios mais pobres) e Área B (os demais municípios atendidos pelo Programa).

É relevante esclarecer que o Componente Subprojeto Comunitário refere-se a qualquer investimento a ser realizado por uma associação comunitária. Nessa perspectiva os recursos do Produzir são repassados às Associações Comunitárias para financiamento de investimentos em infraestrutura (redes de energia elétrica, melhorias viárias); apoio à educação e cultura (escolas, creches, atividades culturais etc); apoio a saúde/saneamento (poços, cisternas, sistemas de abastecimento, melhorias habitacionais, sanitários, lavanderias, fossas etc); produtivos para geração de renda (batedeira de cereais, beneficiadora de café, máquinas agrícolas, casa de farinha, unidade de beneficiamento de mel, entre outros); e ambientais (reflorestamento para proteção de nascentes e espelhos d'água; proteção de áreas de reserva; viveiros para produção de espécies nativas; preservação da biodiversidade).

O financiamento dos componentes para as Associações, Conselhos Municipais, ONG e Instituições Governamentais ocorrem com base nos subprojetos apresentados diretamente pelas Associações Comunitárias, mediante assinatura de convênio específico com cada Associação. Exceto os recursos oriundos do Componente de Desenvolvimento institucional (ações de assistência técnica, estudos, consultorias especializadas e treinamentos) que são repassados diretamente aos Conselhos Municipais e ONG, também mediante convênio e plano de trabalho previamente apresentado.

Nessa terceira fase são mantidos, também, os princípios estratégicos - descentralização, participação comunitária, legitimidade das demandas e a sustentabilidade dos investimentos. Nesse sentido são reforçadas as estratégias para o alcance dessas metas, quais sejam:

- a) Divulgação entre as comunidades rurais dos procedimentos operacionais visando à participação autônoma e consciente, a transparência das ações e o controle social sobre os recursos do Projeto;
- b) Ênfase na capacitação, organização e mobilização das associações e dos Conselhos Municipais, visando consolidar autonomia e a participação dessas entidades;
- c) Fortalecimento da integração setorial e maior ênfase em educação, saúde, cultura, gerenciamento de recursos naturais e sustentabilidade ambiental;
- d) Inclusão dos povos indígenas e quilombolas com atenção especial à identidade cultural e ação integrada com outras entidades que desenvolvam atividades com essas populações;

No que se refere à concessão de financiamento às associações, são utilizados alguns mecanismos para garantir que:

- a) Os investimentos selecionados representem as demandas reais das comunidades;
- b) Os benefícios gerados pelos investimentos financiados pelo Projeto sejam apropriados pelas comunidades beneficiárias pobres e, efetivamente, utilizados como instrumento de aprendizado para sua autodeterminação;
- c) Adoção de medidas (restrições e penalidades) objetivando desencorajar o não cumprimento das diretrizes, normas e procedimentos do Projeto.

O Produzir prevê, também, a formação de parcerias com outras entidades governamentais, para a complementação de ações e potencialização dos recursos previstos para o Componente “Subprojeto Comunitário”. A integração dos subprojetos comunitários a projetos especiais vem sendo adotada desde o Produzir II, sendo aperfeiçoadas no decorrer do PRODUZIR III por meio de estratégias definidas no escopo de cada Projeto Especial, a saber:

- As intervenções de pequeno porte e de menor complexidade são executadas pelas associações, seguindo a metodologia participativa do Produzir (associações

executam as obras; os conselhos aprovam e acompanham os subprojetos comunitários, etc);

- As intervenções de maior dimensão e maior complexidade são executadas pelas respectivas agências setoriais, mas, sempre, informando previamente e ouvindo as comunidades beneficiárias.

Enquadra-se na categoria dos projetos especiais a parceria estabelecida entre a CAR e a Superintendência de Economia Solidária (SESOL) vinculada a Secretaria de Trabalho e Renda (SETRE) para desenvolver projetos de economia solidária utilizando-se da metodologia do Produzir. Com base em potencialidades e prioridades municipais foram celebrados 70 convênios beneficiando 6.590 famílias em 12 municípios (Araci, Banzaê, Caetité, Guanambi, Heliópolis, Itapicuru, Tucano, Matina, Rio de Contas, Sobradinho, Juazeiro, Jaguarari) com investimento da ordem de R\$2, 3 milhões.

Os resultados do Programa são apresentados em dois momentos distintos, 2006 e 2007-2010, em razão dos recursos do Produzir III terem sido comprometidos em quase sua totalidade no primeiro ano de implementação. De acordo com Relatório de Atividade (2006) foram financiados 1.923 projetos, beneficiando 190.992 famílias com investimentos da ordem de R\$ 80.459, distribuídos da seguinte forma: infraestrutura (223), geração de renda (509), apoio à saúde e saneamento (1.128), apoio à educação e cultura (11) e 52 projetos concluídos em exercício anteriores, porém os recursos foram repassados nesse ano. O Balanço das ações do Produzir no período (2007-2010) apresenta os seguintes números: execução e conclusão de 1.097 projetos, beneficiando em torno de 105 mil famílias com investimentos da ordem de R\$125 milhões de reais. Sendo financiados subprojetos de apoio à educação e a cultura (11) apoio a saúde/saneamento (691) geração de renda (313) e infraestrutura (82). Observa-se em todo o período um melhor desempenho da categoria saúde e saneamento em razão da carência desses equipamentos nas áreas rurais do Estado, principalmente no semiárido.

As ações do PRODUIR III se estendem a todos os territórios de Identidade do Estado da Bahia. No entanto, seis se destacam no ranking de Projetos concluídos, famílias beneficiadas e valor conveniado a saber: Sertão Produtivo, Vitória da

Conquista, Irecê, Velho Chico, Sisal e Bacia do Jacuípe (Balanço CAR, 2007 a 2010).

Ainda no âmbito do PRODUIR III, o Banco Mundial concedeu ao Governo do Estado um montante de recurso adicional da ordem de U\$ 30,000,00 para viabilizar as ações do Programa no período de 2007 a 2010, em razão dos recursos destinados a implementação da terceira etapa do Programa prevista para o período (2006-2010) terem sido comprometidos no primeiro ano por força de ingerências políticas com fins eleitoreiros. Importa destacar, que estava previsto, apenas, um aditivo de valor ao Acordo de Empréstimo nº 7327-BR, contudo em face dos tramites legais, tornou-se necessário à celebração de um novo contrato. Em dezembro de 2010 foi assinado o Acordo de Empréstimo nº 7732 – BR (Produzir III - Adicional) envolvendo recursos da ordem de U\$ 40 milhões, sendo US\$ 30 milhões de empréstimo do BIRD, US\$ 6,40 milhões da contrapartida do Governo do Estado e US\$ 3,60 milhões dos beneficiários. Para essa fase foram previstos a implantação de 2.500 projetos comunitários em 407 municípios do Estado da Bahia, beneficiando cerca de 250.000 famílias rurais pobres. Cabe ressaltar que a metodologia de implementação está sendo adaptada ao novo projeto de política pública do Governo do Estado e a contrapartida continua sendo financiada com recursos do Tesouro do Estado e do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP), atualmente gerido pela Casa Civil do Governo do Estado.

Em 2011 ainda estão sendo utilizados os recursos do Produzir-Adicional, todavia já foi enviada uma nova Carta Consulta ao Banco Mundial para financiamento do novo formato do Produzir. Sabe-se, apenas, que está previsto para essa nova versão o fomento do desenvolvimento rural sustentável mediante apoio à agricultura familiar de modo a garantir a inserção dos produtos dos seus empreendimentos no mercado, assim como garantir o acesso à água por meio da articulação com entidades responsáveis pela ampliação da oferta de água, principalmente no semiárido. No próximo capítulo apresentam-se os números do Produzir no Território Bacia do Jacuípe, sobretudo no Município de Quixabeira, lócus desta pesquisa.

CAPÍTULO III

OS NÚMEROS DO PRODUIR NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

BACIA DO JACUIPE

As áreas semiáridas do Nordeste continuam apresentando níveis indesejáveis de pobreza e miséria em toda sua extensão, sendo os fatores climáticos apontados como a principal causa para a manutenção desse quadro de pobreza. Sem se opor, Lopes (2008) coloca a estrutura econômica e social como fator preponderante para os elevados índices de pobreza e indigência da região. Some-se a isto a concentração de terras nas mãos de poucos, baixa escolaridade, ausência de serviços públicos básicos, agricultura de subsistência - enfim um conjunto de velhos e conhecidos problemas, que durante décadas constam no escopo de políticas públicas que se desdobram em programas, projetos e ações governamentais sem, contudo, reduzir os índices de pobreza e indigência da região.

Em 2005 o Ministério da Integração Nacional, realizou a atualização da área geográfica da região do semiárido brasileiro sendo incluídos mais 102 municípios com base nos seguintes critérios: precipitação pluviométrica, índice de aridez e risco de seca. Com a nova delimitação, o número de municípios aumentou de 1.042 para 1.133 e a área oficial aumentou de 895.254,4 km² para 980.056,7 km². Nessa nova conformação ganharam mais municípios os Estados de Minas Gerais, Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará de Sergipe, Pernambuco e Alagoas; e mantidos os municípios da Paraíba (JUNIOR, 2007).

Não obstante a reconfiguração das áreas semiáridas, a Bahia ainda se destaca por abrigar em sua extensão 69,61% da área total do semiárido brasileiro o que corresponde a 265 municípios dos 417 que compõem o Estado. Até 2005 o Estado possuía 257 dos municípios que formavam o semiárido. Atualmente, foram incorporados mais 08 municípios, perfazendo um total de 265 municípios. Mas, além de possuir a maior área semiárida do nordeste, a Bahia se mantém como o estado mais populoso do Nordeste, com cerca de 14,1 milhões de habitantes e um expressivo contingente populacional vivendo em áreas rurais, algo em torno de 4,55 milhões de pessoas (IBGE, CENSO 2010).

Além da reconfiguração geográfica do semiárido baiano, a Bahia, em 2007, adota como estratégia de planejamento o recorte territorial – seguindo orientação do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) – criando 26 territórios de Identidade tornando-se o primeiro estado a delimitar a totalidade de sua extensão geográfica em Territórios de Identidade³¹.

Nesse contexto, está inserido o Território de Identidade Bacia do Jacuípe, formado por quatorze municípios³², dos quais o Município de Quixabeira foi escolhido como lócus de estudo sobre a apropriação e uso dos recursos transferidos pelo Programa Produzir pelas comunidades beneficiárias do Programa. Para tanto, nesse capítulo serão detalhadas as ações do Produzir no território e no município, bem como delineado o perfil das comunidades onde se encontram as associações pesquisadas, a saber: Alto do Capim, Fazenda Alagadiço, Fazenda Capitão, Jaboticaba, Povoado de Ramal e Baixa Grande.

3 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE

A constituição dos territórios de Identidade levou em consideração as especificidades dos arranjos sociais locais de cada região. Para tanto, o Governo do Estado lançou mão da metodologia participativa de consulta à população para com base no sentimento de pertencimento, proceder à nova regionalização territorial, conforme (Mapa 1) em anexo.

O Território de Identidade Bacia do Jacuípe abriga em toda sua extensão territorial (10.954 Km²) 14 municípios dos 265 que compõem o semiárido baiano,

³¹ De acordo com o decreto estadual nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos e reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial.

Milton Santos compreende o território como o espaço usado o chão onde as relações econômicas, sociais e culturais acontecem. O espaço com as impressões e identidades dos povos que nele habitam. “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.”

³² O território de identidade Bacia do Jacuípe é composto pelos Municípios de Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea do Poço e Várzea da Roça.

apresentando, portanto, especificidades singulares dessa região, ou seja, restrições hídricas, índice pluviométrico baixo e irregular, população dispersa, colheitas de baixa qualidade e pouca capacidade de geração de renda.

Em termos demográficos o território possui uma população de 237.237 habitantes, dos quais cerca de 114.828 habitantes residem na zona rural, registrando-se maior concentração nos municípios de Ipirá e Baixa Grande com 30.325 e 11.736 habitantes, respectivamente (IBGE, 2010).

Segundo Favero (2009), no período (1995/2006) registra-se na região uma persistente evasão populacional (atinge, nesse período, 33,23%), principalmente no município de Riachão do Jacuípe, que teve uma perda de 78% de sua população. Nesse contexto, a exceção era o Município de Pintadas, que apresentava, no mesmo período, um crescimento populacional de 11,2 pontos percentuais. Importa salientar, no entanto, que a evasão nas áreas do semiárido não é recente, e que ela aponta para inúmeras causas, como o desemprego e o subemprego, que restringem as oportunidades de escolhas do cidadão, levando o homem do campo a sair em busca de trabalho e de melhores condições de vida.

Estudos realizados por Lopes (2009) mostram que, o semiárido baiano é caracterizado por cidades de pequeno porte onde se concentram alguns serviços públicos e um pequeno comércio para atender as demandas locais, o que favorece o aumento da dependência das transferências de renda, mais especificamente, das transferências constitucionais – Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – ou municipais – dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF), que, em alguns casos, se constitui na quase única fonte de renda. Cabe ressaltar que o maior montante dos recursos do BPC destina-se ao pagamento de um salário mínimo aos idosos – a partir dos sessenta e cinco anos de idade, desde que não possuam renda – o que tem contribuído sobremaneira para a redução da vulnerabilidade social entre os idosos (JACCOUD, 2006, p.35).

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³³ o território apresenta uma variação entre 0,58 e 0,67, índices considerados baixos em comparação ao ranking nacional e estadual. Nessa perspectiva, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) aponta uma renda per capita de R\$ 251,60/mês, uma elevada taxa de analfabetismo (32%) e o menor índice de acesso ao abastecimento de água adequada para o consumo humano, registrando apenas 35% dos domicílios com água encanada. Já o esgotamento sanitário “urbano” é de 30,6% o que corrobora para a manutenção dos índices de pobreza (78%) verificados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em dezembro de 2008. Ainda nesse cenário, conforme Favero (2008), os dados da UNICEF para 2005 revelam que de quatorze municípios que formam o território, cinco integram a lista dos vinte municípios com pior índice de desnutrição infantil da Bahia para uma faixa de 0 a 2 anos de idade.

A atividade econômica do território é baseada na agropecuária e 93% dos estabelecimentos rurais pertencem à agricultura familiar. Contudo, não há uma participação expressiva desse segmento na formação do PIB (11%). Apesar dos domicílios serem majoritariamente rurais, a área média desses estabelecimentos é de 19,2 hectares e 51,5% do total dos estabelecimentos têm menos de 10 hectares, o que contribui para uma agropecuária voltada para o autoconsumo predominando o plantio de feijão, milho e mandioca e na pecuária a criação de caprinos, ovinos e bovinos.

No tocante ao segmento emprego/renda o território é caracterizado pela pluriatividade com parte da mão de obra absorvida pelo setor público (prefeitura municipal), comércio local e na agricultura familiar (assalariados/diariistas e meeiros).

3.1 MAPEANDO O PRODUIR NO TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE

O Programa Produzir desde a sua primeira fase (Produzir I) vem investindo em subprojetos de natureza diversa em todo o Território de Identidade Bacia do Jacuípe, predominando aqueles voltados para o abastecimento de água de consumo

³³ O IDH é o índice que permite medir o desenvolvimento de um país com base em três pilares: a renda, a longevidade e a educação. Esse índice varia de zero até 1, sendo os países classificados de 0 a 0,499 com baixo IDH; entre 0,500 e 0,799 médio IDH e de 0,800 a 1 alto IDH.

humano, como por exemplo, Barragens (153) e Cisternas (91). Em seguida destaca-se a Mecanização Agrícola com o financiamento de 44 tratores com implementos agrícolas e os projetos relativos às necessidades básicas como sanitários (36) e energia solar (34), conforme Tabela 04 abaixo. No TIBJ o volume de recursos destinado ao enfrentamento da pobreza no período 1996-2010 foi da ordem de R\$ 30.384.496,12 milhões.

Tabela 3 - Investimentos Realizados no Território de Identidade Bacia de Jacuípe
Período 1996 a 2010

Investimentos Mais Demandados	Nº de Subprojetos	N º de Famílias Atendidas	Valor Aplicado (R\$)
Mecanização agrícola	44	8862	3.613.977,19
asas de farinha	19	1.612	667.407,37
Padaria	01	400	39.705,00
Unidade de Beneficiamento de Mel	05	671	167.185,86
Batedeira de Cereais	02	290	19.919,38
Beneficiamento de Forragem e Milho	02	90	21.756,89
Moinho de Milho	03	816	75.189,00
Marcenaria	01	50	46.613,00
Oficina de Corte e Costura	02	12	78.338,44
Barragem	153	13.548	3.749.417,71
Poço	07	426	57.730,86
Cisterna domiciliar	91	4.978	9.733.087,09
Sistema de abastecimento de água	19	1.404	1.137.239,91
Melhoria habitacional	03	76	458.043,65
Sanitário residencial	36	2.174	4.502.988,32
Energia elétrica	11	253	325.449,93
Energia solar	34	1.465	2.701.822,00
Ponte e outras melhorias viárias	12	5.693	619.029,29
Passagem Molhada	03	154	82.116,87
Mercado Municipal	01	36	158.471,37
Módulo de Feira/Multiuso	15	8.973	1.379.769,09
Centro de Abastecimento	02	1329	41.896,60
Centro Comercial de Animais	02	400	46.808,00
Posto Telefônico	11	1.375	270.041,57
Energização de projetos produtivos	14	981	84.894,68
Assistência Técnica	09	09	90.866,00
Outros Subprojetos ³⁴	03	201	158.575,10
Total Geral		56.419	30.384.496,12

Fonte: CAR/SACC

³⁴ Subprojetos de beneficiamento de produtos agropecuários ou de extração mineral e extrativismo vegetal e pequeno fabricos de produtos artesanais.

3.2 O MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA

O Município de Quixabeira foi desmembrado do Município de Serrolândia em 1989, por força da lei 5.019/89 de 14 de junho do mesmo ano. Localizado no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, dista da capital do Estado cerca de 300 km cujo acesso a partir de Salvador é efetuado pelas rodovias BR-324 e BR-116. Quixabeira limita-se ao norte com o município de Jacobina, ao sul com São José do Jacuípe e Várzea da Roça, ao leste com Capim Grosso e a oeste com Serrolândia. Possui clima semiárido, temperatura média de 28° C e uma densidade pluviométrica de 500 a 800 mm/ano, o que o classifica como uma área semiárida de acordo com critérios definidos pelo Ministério da Integração Nacional. Ademais, o município faz parte do denominado “polígono das secas”, cuja vegetação predominante é a caatinga-floresta estacional.

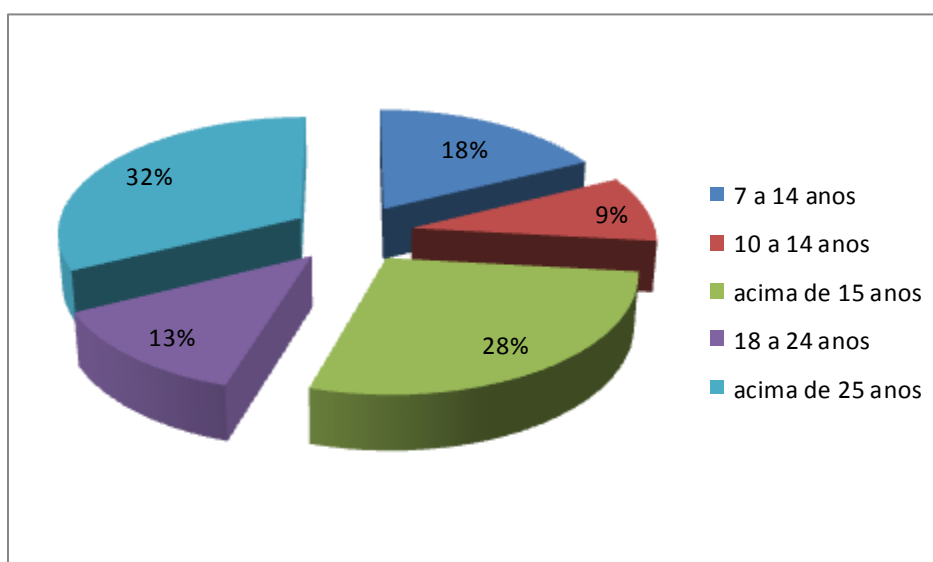
Em termos demográficos o município apresenta uma população de 9.554 habitantes, dos quais 3.663 estão na zona urbana e 5.891 na zona rural (IBGE/CENSO 2010). Ao comparar os dados demográficos do censo de 2000-2010 observa-se uma redução da população rural de aproximadamente 445 pessoas, passando de 6.336 para 5885. Compatibilizando os dados do CENSO IBGE 2000/2010 e informações locais é possível inferir que houve uma migração campo-cidade em torno de 553 pessoas, com o aumento da população urbana de 3.130 para 3.663 habitantes.

Quixabeira apresenta características de uma cidade de pequeno porte, não possui agências bancárias, contando apenas com uma extensão do posto do SICOOB de Valente (PAC – QUIXABEIRA – SICOOB – COOPERE). Dispõe de alguns serviços públicos e um pequeno comércio, o que limita as possibilidades de ocupação da mão de obra local, favorecendo a migração inter e intra-regional de parte da sua população. A ausência de empregos, de terras e investimento na agricultura familiar vem corroborando para a saída de jovens, para os grandes centros, em busca de alternativas de renda, haja vista a composição da renda das famílias ser oriunda da prestação de serviços a Prefeitura, da agricultura familiar (assalariados/diaristas ou meeiros), das transferências de renda de programas como Bolsa Família e Benefícios de Prestação Continuada.

Nota-se também a ausência de hospital conveniado ao SUS, sendo o atendimento emergencial realizado em postos de saúde na sede e nos povoados do município. Na zona rural esse atendimento se restringe à visita do agente comunitário.

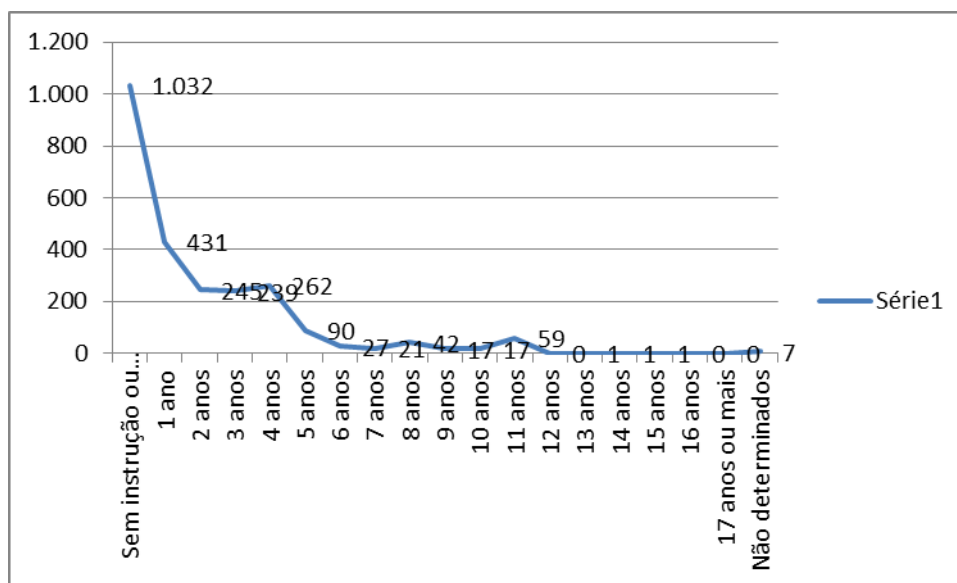
O sistema educacional dispõe de 48 estabelecimentos de ensino, sendo 6 para Educação de Jovens e Adultos (03 na zona rural), 19 para educação infantil (14 na zona rural) 20 de ensino fundamental, dos quais 14 estão na zona rural, e 3 de ensino médio (2 na sede e 1 na zona rural) (SEI, 2009). Contudo os dados do INEP/MEC apresentaram em 2000 taxas de analfabetismo ainda elevadas sendo mais intensa na faixa etária acima de 25 anos, conforme Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 - Taxa de Analfabetismo – QUIXABEIRA – BA – 2000



Fonte: INEP/MEC

Em termos de anos de estudo esses dados são mais contundentes com 41% da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo. De acordo com a metodologia do IBGE aquelas pessoas com até quatro anos de estudo são consideradas analfabetos funcionais, conforme Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 - Anos de Estudo – QUIXABEIRA – BA – 2000

Fonte: INEP/MEC

Quanto aos recursos hídricos o município integra as bacias do Rio Itapicuru e do Rio Paraguaçu. A sede municipal está localizada numa área onde existe um grande número de nascentes de drenagens intermitentes, sendo as principais drenagens o riacho da Fome (limite municipal oeste fazendo a divisa com Serrolândia e a noroeste com o Município de Jacobina) e o rio Jacuípe (faz a divisa ao sul com o Município de Várzea da Roça). Não obstante ser cortado por dois rios, o município apresenta graves problemas de restrições hídricas, tais como: a água captada do Rio Jacuípe é imprópria ao consumo humano em razão de apresentar níveis elevados de salinização limitando o seu uso ao consumo doméstico; na zona rural o abastecimento de água é proveniente de cisternas, barreiros e carros pipas; há registro de comunidades sem nenhuma opção hídrica, pelo menos no curto prazo, obrigando os moradores a fazer um deslocamento diário de até 15 km em busca de água (VIEIRA et al., 2005).

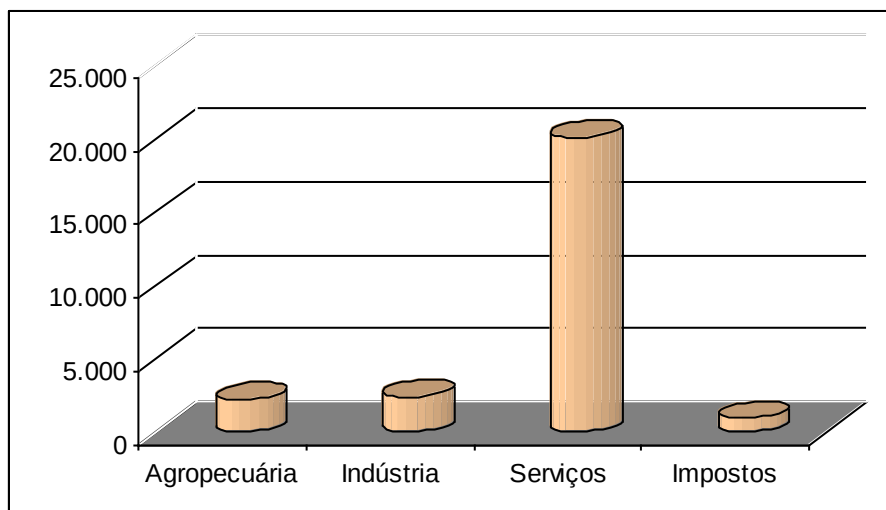
A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) é responsável pelo fornecimento de energia elétrica do município e de acordo com dados da SEI em 2010 o número de consumidores de energia elétrica se distribuíam da seguinte forma: 3.284 estabelecimentos residenciais, 106 comerciais, 08 industriais, 62 públicos e apenas 26 unidades na zona rural. Importa acrescentar que a maioria

dos domicílios da zona rural de Quixabeira não dispõe de energia elétrica, sendo utilizado como alternativa a energia solar e o candeeiro.

O município também não dispõe de esgotamento pluvial e o esgotamento sanitário é através de fossas sépticas - a sede possui rede de microdrenagem. A limpeza urbana é realizada por garis e o lixo é recolhido em carroças duas vezes por semana e os resíduos são despejados em um lixão a cerca de 1 km da sede. O mesmo procedimento é realizado nos povoados cujos depósitos também distam 1 km de cada povoado. Contudo, na zona rural a queima do lixo é de responsabilidade das respectivas unidades domiciliares (SEI, 2009).

Com base nos dados do IBGE Cidades (2009) o Produto Interno Bruto (PIB) municipal é da ordem de R\$ 25.716 mil e o PIB per capita/ano R\$ 2.672,05. Quanto à economia é predominantemente de serviços, correspondendo à cerca 78% do PIB, seguido da indústria com 9,48%, da agropecuária com 8,76% e 3,86% de impostos, conforme demonstrado no Gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 - Produto Interno Bruto (PIB) – Quixabeira – Ba – 2008



Fonte: IBGE Cidades

A partir dos dados da agropecuária é possível compreender porque a agricultura do município é tipicamente de subsistência sendo marcada pela utilização de mão de obra familiar, com técnicas de baixa rentabilidade e níveis reduzidos de capitalização. Os principais produtos cultivados da lavoura permanente são: banana

(120 ton) e Sisal (100 ton); e da lavoura temporária: batata doce (20 ton), mandioca (2040 ton), feijão (108 ton), milho em grão (101 ton), tomate (170 ton), melancia (96 ton) e mamona em baga (43 ton). Na pecuária destaca-se a criação de: bovinos (7.350), caprinos (2.316), Suínos (4.309), aves (20.368), equinos (844) muares (239), asininos (830), ovinos (2.980), Galos, frangas, frangos e pintos (15.997), galinha (18.024), vacas (2.500), ovos de galinha (94 mil dúzias) (IBGE Cidades, 2009). Conforme dados da SEAGRI/BA o município conta com 1.326 estabelecimentos da Agricultura Familiar.

No que se refere ao Desenvolvimento Humano o IDH do município em 2000 era de 0,61, ocupando a 4.555 posição dentre os municípios brasileiros e a 273 posição no ranking estadual. Na composição do IDH-M a dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi à educação (0,715), seguida da longevidade (0,627). No entanto a dimensão renda ainda é deficitária (0,48) correspondendo a R\$ 67,27³⁵, portanto abaixo de $\frac{1}{2}$ salário e consequentemente abaixo da linha da pobreza (IBGE/CENSO 2000).

Conforme dados do IPEA, relativos ao (IBGE/CENSO2010), 29,3% da população de Quixabeira é pobre o que corresponde a 2.796 pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Os dados revelam ainda a existência de 656 domicílios classificados como pobres e uma taxa de mortalidade infantil de 25,9 para cada 1000 crianças de zero a um ano.

Esses números são compatíveis com a realidade do município, sobretudo na zona rural cuja população carece de serviços públicos de infraestrutura como, por exemplo, água, energia e saneamento básico. Ademais, a ausência de frente de trabalho pública ou privada para absorver a mão de obra local corrobora para agravar o estado de pobreza no município, haja vista a dimensão renda ser a mais deficitária na formação do IDH do município. É fundamental ressaltar que a Bahia é o Estado da Federação com maior inscrição no Programa Bolsa Família, todavia o Censo/2010 informa que não obstante ter o maior número de beneficiários é também

³⁵ O valor do salário mínimo em 2000 era de R\$ 151,00.

o Estado com maior número de miseráveis. Em Quixabeira o número de beneficiários do Programa Bolsa Família é de 1.658 pessoas (CEF/2011).

Com uma área de 368,017 Km² o Município de Quixabeira possui além da sede 07(sete) distritos e povoados a saber: Alto do Capim, Baixa Grande, Campo Verde, Cova do Anjo, Jaboticaba, Ramal e Várzea do Canto. Entretanto, a amostra desta pesquisa é composta pelos povoados de Alto do Campim, Baixa Grande, Jaboticaba e Ramal, e duas comunidades da zona rural Fazenda Capitão e Fazenda Alagadiço/Várzea Dantas sobre os quais se faz um apanhado geral dos aspectos socioeconomicos no item a seguir:

Povoado Alto do Capim

O Povoado Alto do Capim surgiu em 1967, tendo como primeiros moradores os senhores Davino Juvêncio, Anerina Maria de Jesus, Leonarda (Wikipédia). Alto do Capim dista da sede cerca de 12 km, no seu entorno estão o Povoado Cova do Anjo (2,5 km) a comunidade de Várzea Dantas (5 km) e o Município de Serrolândia (6 km). O acesso ao povoado é realizado por um sistema alternativo de transporte (carros particulares), assim como pelo ônibus escolar.

Residem no povoado cerca de 800 famílias, cujas casas são construídas de bloco ou de adobe. A maioria delas dispõe de sanitário, mas ainda existe um déficit de aproximadamente 80 casas sem sanitário. O abastecimento de água é realizado pela Embasa e atende a todas as residências, porém a água é salobra servindo apenas para uso doméstico. Para beber e preparar os alimentos as famílias utilizam a água de cisternas captada da chuva por meio de bicas colocada nos telhados das casas. A coleta dos resíduos sólidos é feita por carroças e depositadas em um terreno da Prefeitura a cerca de 500 m do povoado.

No tocante a saúde Capim Alto dispõe de 01 Posto de Saúde com atendimento médico 03 vezes por semana e nos demais dias o atendimento é realizado pelo agente comunitário. O povoado conta ainda com um carro, mantido pela Prefeitura, para transportar os doentes. Conforme informação dos moradores no curto prazo será instalado um gabinete odontológico para atender as famílias do povoado.

Em termos de educação, o povoado conta com 03 escolas municipais, para atender a alunos do ensino fundamental (Pré a 4ª série e da 5ª a 8ª série). Uma dessas escolas atende ao público do Pró Jovem. O povoado conta também com uma creche com aproximadamente 30 crianças.

Quanto ao domicílio, geralmente as famílias residem no povoado e trabalham na zona rural percorrendo diariamente de 01 a 03 km. O tamanho das propriedades varia de 05 a 50 tarefas de terra destinadas à agricultura familiar onde são cultivados milho, feijão, mamona e mandioca. Dentre essas culturas destaca-se a mandioca com o beneficiamento de 10 a 50 sacas de farinha, cujo excedente é comercializado na sede do município e no Município de Serrolândia. Além da agricultura registra-se também uma pequena criação de bovino, caprino e suíno, com destaque para a avicultura (galinha caipira 50 a 100 aves/família). As aves são comercializadas no próprio povoado ou no Município de Serrolândia (com preço variando de R\$15,00 a R\$20,00).

Em termos culturais o povoado apresenta a produção artesanal de balaios, cestas, caçoás, manzoá, esteiras, vassouras entre outros derivados da palha. Como opção de lazer têm-se o samba de roda e o futebol masculino e feminino.

Na localidade existem duas associações (Associação de Desenvolvimento Comunitário Alto do Capim e Associação dos Pequenos Produtores de Alto do Capim), ambas com subprojetos financiados pela CAR/PRODUZIR. Com a primeira foram financiados uma Casa de Farinha (desativada por falta de conservação) e um trator com implementos agrícolas (recuperado recentemente pelo atual presidente). A segunda associação obteve financiamento de um Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (SSAA) também desativado.

Atualmente existem na comunidade duas casas de farinha familiares onde é feito o beneficiamento da mandioca. Para processar a farinha os produtores agendam uma data e pagam a cada saca três pratos de farinha processada que equivale a 9 kg. Nesta casa de farinha são processadas 10 sacas/dia. A comercialização é feita individualmente parte da produção é vendida no povoado e o excedente para o Município de Serrolândia.

Povoado de Baixa Grande

O povoado de Baixa Grande surgiu na década de 1970 tendo como primeiros moradores os senhores Keninho, João de Jorge, Adelino Alves de Lima e João Jorge dos Santos (Wikipédia). Localiza-se a 18 km da sede municipal e se avizinha com as comunidades de Caiçara (7 km), Aroeira (3 km), Poço Comprido (3 km) e Mandacaru (1,5 km). O acesso ao povoado ocorre por meio de transportes alternativos (van, carro particular, moto) ou às segundas-feiras pelo ônibus da linha Baixa Grade-Capim Grosso-Quixabeira.

Assim como a maioria dos povoados a economia do povoado gira em torno da agricultura familiar (mandioca, milho, feijão, andu, melancia, abóbora e mamona), criação de animais (gado, ovelha, galinha, porco, bode, burro, cavalo e jumento) e transferências de renda (BPC e Bolsa Família). Dos produtos da agricultura familiar à mandioca tem se destacado pela excelente aceitação dos seus subprodutos (farinha e Beiju). O povoado de Baixa Grande é tradicionalmente conhecido pelo fabrico de beiju. Atualmente parte da produção dos beijus é destinada à merenda escolar (contrato celebrado entre um grupo de mulheres e a CONAB) e o excedente comercializado na feira de Capim Grosso.

Baixa Grande possui cerca de 450 famílias que residem no povoado em casas de bloco e adobe. A maior parte das casas possui sanitário, mas ainda há um déficit de cerca de 20 casas sem sanitário. Todas as casas possuem energia elétrica e água encanada e os resíduos sólidos são transportados por carroça e depositado em um terreno disponibilizado pela prefeitura a aproximadamente 1 km do povoado.

O sistema educacional conta com dois colégios de ensino fundamental (Pré-escolar a 4ª série e da 1ª a 8ª série) e o sistema de saúde com um posto (com atendimento médico em dias alternados) e dois agentes comunitários.

Em termos de rede social o povoado conta com o apoio do BNB em projetos como: AGROAMIGO – financiamento de até R\$ 2.000,00 pagos em até quatro parcelas com carência de dois anos; Projeto autossustentável para aquisição de animais, pomar, aprisco, cerca, cisterna, barreiro, etc. com três tipos de financiamento R\$ 9.000,00, R\$ 5.710,00 e R\$ 3.900,00 para pagamento parcelado com carência de dois anos. Importa salientar que esses financiamentos resultaram na inadimplência

de aproximadamente 220 famílias, sendo no primeiro caso anistiados pelo governo Lula.

Outras Instituições têm apoiado o município/povoado com projetos diversos, como por exemplo, cisterna domiciliar (ASA) e Fábrica Artesanal de Fécula (Igreja Católica).

Povoado de Jaboticaba

O povoado de Jaboticaba dista da sede municipal cerca de 9 km se acercando das comunidades de Alto Bonito (2,5 km), Cova do Anjo (5 km), Campo Verde (6 km) e do Povoado de Alto do Capim (8 km). O acesso ao povoado é viabilizado por transportes alternativos e ônibus de linha Jaboticaba-Quixabeira-Capim Grosso as segundas e quintas-feiras em razão das feiras livres de Capim grosso e Quixabeira.

Nesse povoado residem cerca de 400 famílias em casas construídas de adobe e bloco. Apesar da maioria delas possuírem sanitários, mas ainda há registro de 50 residências sem sanitário. De forma análoga aos demais povoados, os resíduos sólidos são coletados por carroças e depositados em local específico a 1 km de distância do povoado.

O abastecimento de água no povoado é realizado pela Embasa, sendo a água captada da Barragem São José. Assim como nas demais localidades do município a água é salobra, servindo apenas para o consumo doméstico. Para beber as famílias captam a água da chuva que são armazenadas em cisternas. Além das cisternas o povoado possui também, em torno de 100 barreiros, utilizado dentre outras coisas para o consumo animal. Cabe ressaltar que o fornecimento de energia elétrica é realizado pela COELBA.

Em termos educacionais o povoado dispõe de duas escolas de ensino fundamental (Colégio Lídio Ribeiro e Manoel Silva Passos) e uma creche com 23 crianças. Quanto ao sistema de saúde o povoado conta com um Posto de Saúde da Família (PSF) e dois agentes comunitários.

A economia do povoado é predominantemente voltada para a agricultura familiar. A área plantada varia entre duas e três tarefas onde são cultivados: milho, feijão,

abóbora, melancia, mandioca e mamona, basicamente para o autoconsumo. Há também uma variedade na criação de animais gado (1.000 cabeças), cabra (500), ovelha (1.500), porco e galinha caipira. Dentre esses animais o que apresenta maior potencial para comercialização é a galinha caipira vendida no povoado e no entorno (entre R\$15,00 e R\$20,00).

As atividades de lazer desenvolvidas pela comunidade são o futebol, os festejos religiosos promovidos pela Igreja Católica e a festa junina.

O povoado de Jaboticaba possui uma dinâmica diferenciada, principalmente pela presença da Escola de Família Agrícola (EAF), fundada em 1994 pela Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ) com o apoio da Igreja Católica representada pelo Padre Xavier e dos recursos repassados pelo governo Belga para implantação da escola. A EAF atende a 220 alunos do Ensino Fundamental e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio, estudando principalmente a realidade agropecuária. A escola atende a 25 municípios do semiárido, principalmente os 14 municípios que integram o CODES Bacia do Jacuípe, somando um total de 59 comunidades e 136 famílias beneficiadas. A escola recebe recursos da Itália por meio de projetos italianos, como Magis, Coperazione Itliana, que ajudam a manter projetos como zootecnia, engenharia, administração, oleicultura, caprinocultura de leite e de corte, apicultura, avicultura e reflorestamento. Possui também biblioteca, laboratório, auditório, sala de informática e oficina hidráulica. O povoado mantém uma rede social bastante ativa com o apoio de BNB, CAR, SEAGRI, CONAB, EMATER-BA e da Prefeitura Municipal de Quixabeira.

Povoado do Ramal

O povoado de Ramal está localizado na entrada da cidade distando da sede municipal 9 km e das comunidades de Pimenteira e Pintado (4 km). O povoado é considerado a porta de entrada do município por ser cortado pela BR-324 (Salvador-Jacobina-Salvador) e por ser o principal acesso para as demais comunidades. Diferentemente dos outros povoados, Ramal conta diariamente com um ônibus da Empresa São Luiz que faz a linha Capim Grosso-Jacobina, além do ônibus escolar e dos transportes alternativos (Van, moto, etc.).

As casas são construídas de bloco e adobe e a grande maioria não possui sanitário. O abastecimento de água é feito pela Embasa que capta a água da Barragem de São José do Jacuípe, assim como nas demais localidades a água é salobra sendo necessária à captação da água da chuva, armazenadas em cisternas, para consumo humano. Além das cisternas a comunidade dispõe de um açude. O fornecimento de energia elétrica fica sob a responsabilidade da Coelba. A coleta de resíduos sólidos ocorre por meio de carroças e depositadas em uma área próxima do povoado.

O sistema escolar atende a alunos do Pré a 4ª série do ensino fundamental (Escola Corinto Santos). Quanto à saúde o povoado conta com um posto e um agente comunitário para atender a cerca de 60 famílias.

A economia do povoado está centrada na agricultura familiar com o plantio de milho, feijão, mamona, mandioca e capim. As roças distam do povoado aproximadamente 1 km e variam entre 5 a 50 tarefas de terra. Das culturas desenvolvidas na localidade a mandioca apresenta maior potencial sendo comercializado in natura e de seus subprodutos (farinha, beijus e biscoitos caseiros). Atualmente a CONAB compra a produção de biscoitos e beijus, fabricados por um grupo de mulheres, e distribui na própria comunidade às famílias atendidas pela Pastoral da Criança. O repasse de recursos da CONAB é realizado via Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina (COOPES)³⁶ mediante apresentação de Nota Fiscal.

A comunidade é apoiada por Instituições públicas e privadas tais como: Igreja Católica/Adventista, Prefeitura Municipal, Pastoral da Criança, CONAB, COOPES e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A Pastoral da Criança acompanha 30 famílias (gestantes e crianças até completar seis anos) com a colaboração de duas líderes comunitárias em conjunto com uma equipe de apoio formada por quatro

³⁶ A COOPES é formada por agricultores familiares para cultivo, beneficiamento, colheita, beneficiamento e comercialização dos produtos da cadeia da sociobiodiversidade do Semi-árido brasileiro. Essa cooperativa é responsável pela produção de derivados da mandioca (200 ton/ano), peixe tilápia (20 ton/ano), derivados de leite de cabra, mel de abelha (40 ton/ano), galinha caipira (5 ton/ano), licuri e derivados (20 ton/ano), hortaliças (5 ton/ano de alface, quiabo, cenoura, Abóbora, beterraba e temperos) e artesanato (2.000 peças). Os consumidores são: Pastoral da Criança, famílias carentes, alunos da Rede Pública Municipal e Estadual, Feiras, eventos nacionais e comércio em geral. Possui uma extensa rede de parceiros (Governo Federal - CONAB/PAA, Prefeituras Municipais de Capim Grosso e Quixabeira, Rede Budega, Rede Moinho, Projeto COSA, UESF, CRASA, Associação ACACACG, Associação APPJ/ Projeto Conviver, Empresa Broya).

peessoas da comunidade. O MPA é um grupo de base formado por ambientalistas que lutam, dentre outras coisas, contra o uso de agrotóxicos e transgênicos. O movimento organizou e orientou a comunidade para a criação de uma horta comunitária. A Prefeitura em parceria com o governo federal e estadual tem implantado projetos como o Sertão Produtivo que distribuiu 300 cabras sendo cinco por família que repassam cinco crias fêmeas para outras famílias do povoado. E o Seguro Safra que garante a produção em caso de perda da safra, beneficiando cinco agricultores da comunidade.

Fazenda Alagadiço/Várzea Dantas

A fazenda Alagadiço está localizada na zona rural do Município de Quixabeira a aproximadamente 5 km da sede e a 2,5 km de Várzea Dantas. A comunidade apresenta características singulares à maioria das localidades rurais, ou seja, casas dispersas, construídas de adobe de barro, sem sanitário, nem saneamento básico e até 2006 sem energia elétrica (parceria CAR/Produzir/Programa Luz para Todos). A única alternativa para o abastecimento d'água nessa localidade é a cisterna, cuja água é captada da chuva mediante bicas instaladas nos telhados das casas. Antes da construção de cisternas (1997) a água chegava à comunidade por meio de carro pipa ou trazida da Barragem São José (15 km de distância), em bicicletas, carroças ou no lombo de animais.

A localidade não dispõe de escolas, nem de posto de saúde, contando apenas com um agente comunitário. Essas são algumas das razões para a saída de pelo menos 05 famílias para a sede do município. Atualmente residem na comunidade apenas 15 famílias, parte das famílias que deixaram a comunidade ainda permanece com suas roças. Assim como nas demais áreas rurais não existe coleta de resíduos sólidos, sendo o lixo queimado no quintal das casas.

O acesso para a comunidade é realizado por moto, bicicleta e carroça. Há também um sistema de transporte alternativo na estrada para o Município de Serrolândia que fica bem próximo da comunidade. A composição da renda das famílias é oriunda da agricultura familiar (consumo e venda do excedente), BPC e Bolsa Família.

A área plantada varia entre 10 a 30 tarefas de terra onde são plantados mandioca, feijão (corda e arranque), milho, melancia, abóbora e andu. Desses produtos o feijão tem a maior produção algo em torno de 03 sacas por produtor.

A Fazenda Alagadiço conta com o apoio de Instituições como CAR (Cisternas) e Projeto Conviver (Coméias de Mel) e BNB (reforma de casa, construção de banheiro, cisterna e compra de caprino). O financiamento do BNB resultou no endividamento dos produtores que não produzem o suficiente para arcar com um endividamento de no mínimo R\$ 7.880,00 (Módulo I).

Fazenda Capitão

A Fazenda Capitão está localizada na zona rural há 27 km da sede. O acesso à comunidade ocorre pela estrada que corta o Povoado de Baixa Grande ou pela estrada que liga a Fazenda Capitão ao Município de Serrolândia. O transporte é alternativo Van (todas as segundas-feiras com destino ao Município de Capim Grosso) ou moto. Residem na localidade 30 famílias na maioria crianças e idosos em razão da migração de jovens inter e intra-regional. Diferentemente dos povoados as casas na zona rural, geralmente são dispersas, construídas de adobe de barro, sem água encanada e energia elétrica. Nessa comunidade, a maioria das residências possui sanitário, mas existem pelo menos 10 casas sem sanitário.

O abastecimento d'água é feito por cisternas construídas pela Articulação no Semiárido (ASA). Anteriormente os moradores se deslocavam para buscar água no barreiro ou poço há 2 km de distância.

O sistema educacional conta apenas com uma escola de ensino fundamental de primeiro ciclo (Escola Paulo Freire - 1ª a 4ª série). A comunidade não dispõe de sistema de saúde utilizando quando necessário os serviços oferecidos pelo posto de saúde do Povoado de Baixa Grande, sendo acompanhados pelo agente comunitário do referido povoado.

A economia da comunidade resulta da agricultura familiar (autoconsumo) transferências de renda como BPC e Bolsa Família. As propriedades variam entre 03 e 50 tarefas de terra, mas a área plantada não ultrapassa a 05 tarefas em razão das condições físico climáticas da localidade.

Observa-se que o nó crítico da maioria das comunidades é o acesso à água para consumo humano, assim como, energia e saneamento básico o que justifica uma ação mais contundente do Programa Produzir nesses segmentos, conforme descritos no próximo item.

3.2.1 As Ações do Produzir no Município de Quixabeira

O Programa Produzir no período 1996-2010 financiou 33 subprojetos, beneficiando 2.642 famílias, com um montante de recurso da ordem de R\$ 2.043.519,12. De forma análoga ao TIBJ no Município de Quixabeira há também uma maior demanda por projetos destinados ao atendimento das necessidades básicas, principalmente aqueles relacionados com acesso a água. No referido período foram construídas 08 barragens, 304 cisternas e 03 sistemas de água. A segunda maior demanda é por sanitário residencial com a instalação de 288 unidades, seguida do acesso à energia com a implantação de 89 equipamentos de energia solar. Acompanhando a tendência do território aparece o subprojeto de mecanização agrícola com o financiamento de 05 tratores com implementos agrícolas, conforme Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Investimentos Realizados no Município de Quixabeira
Período 1996 a 2010

Subprojetos	Nº de Subprojetos	N º de Famílias Atendidas	Valor Aplicado (R\$)
Mecanização agrícola	05	730	268.521,29
Padaria	01	400	39.705,00
Unidade de Beneficiamento de Mel (equipamento)	01	30	40.998,18
Barragem	08	487	196.551,69
Sistema de abastecimento de água	03	164	134.379,33
Poço Tubular	01	84	7.648,40
Cisterna domiciliar	04*	304	571.639,00
Sanitário residencial	04*	288	583.863,42
Energia elétrica	01	06	8.910,87
Energia solar	03*	89	159.790,00
Posto Telefônico	01	30	23.236,94
Energização de projetos produtivos	01	30	8.275,00
Total	33	2642	2.043.519,12

Fonte: CAR/SACC

* Os subprojetos de cisterna domiciliar, sanitário residencial e energia solar são conveniados coletivamente, porém são instalados individualmente em cada domicílio.

3.2.2 Perfil das Associações Comunitárias de Quixabeira

O município de Quixabeira possui 19 associações beneficiadas pelo Programa Produzir (Tabela 05), contudo apenas as 06 (seis) instituições salientadas compõem a amostra desta pesquisa.

Tabela 05 - Mapeamento das Associações Comunitárias de Quixabeira-Ba

Associação	Quantidade de Projetos	Nº Famílias Beneficiadas
1. Associação Agrícola Jaboticaba e Adjacências	1	104
2. Associação Beneficente Amigos de Jaboticaba	3	153
3. Associação Beneficente Jaboticaba	2	401
4. Associação Comunitária Agropecuária Jaboticaba	1	80
5. Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba	2	80
6. Associação Comunitária Beneficente Moradores do Município de Quixabeira	2	140
7. Associação Comunitária Beneficente do Povoado de Ramal	1	150
8. Associação Comunitária de Lavradores de Campo Verde	2	60
9. Associação Comunitária de Pequenos Agricultores de Caraíba	1	25
10. Associação Com. Peq. Lavradores de Várzea Dantas	2	56
11. Associação Comunitária de Produtores de Piloto	1	36
12. Associação Comunitária de Produtores Rurais de Quixabeira	1	300
13. Associação Comunitária de Trab. Rurais da Fazenda Capitão	1	28
14. Associação Cultural Desportiva Quixabeira	1	69
15. Associação de Desenvolvimento Comunitário de Alto do Capim	1	100
16. Associação de Pequenos Produtores de Alto do Capim	1	50
17. Associação de Desenvolvimento Comunitário de Pintado	3	252
18. Associação de Pequenos Prod. Rurais Pov. Baixa Grande	1	100
19. Sociedade Beneficente de Quixabeira	5	360
Total Geral	32	2544

Fonte: CAR/SACC

3.2.2.1 Associação dos Pequenos Produtores de Alto do Capim

A Associação de Pequenos Produtores de Alto do Capim foi fundada em 1986 por um grupo de pequenos produtores rurais, ligados por com algum grau de parentesco, visando à aquisição de recursos públicos para atender as demandas da comunidade de Alto do Capim. Desde a sua fundação a Instituição teve cinco presidentes os Senhores (a) Júlio, Jardil, Nicanor, Lucília, Givanildo e Genilson Pinto Lima seu atual presidente. Todavia a última ata de eleição constante do banco de dados (SACC) data de 09.07.2007 com o Sr. Givanildo ainda a frente da associação (mandato de dois anos renovável por mais dois anos). Na ocasião da pesquisa de campo o atual presidente argumentou que a associação esta passando por uma readequação com o intuito de obter o reconhecimento de remanescente de quilombolas.

Segundo informação do Presidente a associação possui 30 sócios que se reúnem a cada dois meses com a participação de 20 a 25 sócios. A sede da associação está em ruína, motivo pelo qual as reuniões ocorrem no Colégio de ensino fundamental João Ferreira. Cabe ressaltar que além das reuniões da associação o espaço do colégio também é destinado a aulas do Pró-jovem, catequese e encontro da igreja. Geralmente as reuniões são motivadas pela presença da vereadora que também é moradora e sócia e pela possibilidade de aquisição de novos projetos.

A associação possui uma caixa de água de 1000 litros que se encontra na casa do tesoureiro. O Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (SSAA) financiado pela CAR mediante convênio nº 1323/96 no valor de R\$49.972,15 foi concluído em 1999 apesar do prazo de execução estar previsto para 1997. O SSAA entregue oficialmente pela CAR/CERB em maio de 2000 foi desativado em menos de dois anos por insuficiência de água no poço. Recentemente o motor do SSAA foi vendido para legalizar a documentação da associação.

Depois que o SSAA foi desativado a comunidade ficou sem água encanada por alguns anos. Apesar de buscar uma solução nas diversas instâncias públicas (Prefeitura, Embasa, CERB e CAR) o problema só foi equacionado quando um grupo de moradores, revoltados com a situação, quebraram os canos do sistema de água gerido pela Embasa responsável pelo abastecimento de água no município.

Após esta rebelião a embasa utilizando-se do SSAA já existente expandiu a oferta de água para toda a comunidade.

3.2.2.2 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado de Baixa Grande

Esta associação foi fundada em 10/10/1996 por um grupo de pequenos produtores rurais movidos pelo desejo de conquistar uma melhor qualidade de vida, enxergando no associativismo o único caminho para a captação de recursos públicos.

A ASPRUBAG possui sede própria, onde se reúnem uma vez por mês. A associação conta com 50 associados (46 de Baixa Grande e 04 de Aroeira localizada a 3 km) que pagam uma taxa mensal de R\$2,00. Até o momento a associação teve apenas três presidentes, eleitos a cada dois anos com possibilidade do mandato ser prorrogado por mais dois anos. Atualmente o presidente é o Sr. Antônio Ferreira da Silva que já se encontra no quarto mandato.

A associação apresenta um quadro de organização satisfatório mantendo sua documentação regularizada. Além do trator, implementos e garagem financiados pela CAR/Produzir a associação possui um terreno com uma plantação de dois hectares de capim, um galpão onde são guardados os implementos agrícolas e um fundo de reserva no SICOOB-Quixabeira. Cabe ressaltar que a sede, o galpão, o terreno e o fundo de reserva são fruto do trabalho desses associados a partir da chegada do trator.

Existem na comunidade duas associações a ASPRUBAG e a Associação Comunitária de Desenvolvimento de Baixa Grande, ambas com projetos financiados pela CAR/Produzir. Contudo apresentam características opostas, isto é, a ASPRUBAG mantém um bom nível de organização e preserva valores e princípios compatíveis com uma associação que mistura relações mercantis com relações de reciprocidade. A segunda encontra-se inadimplente com a CAR/Produzir em razão de desvio de recursos ocorridos durante a execução do convênio para a implantação de cisternas individuais na localidade e em comunidades vizinhas. Atualmente o projeto encontra-se paralisado aguardando uma solução que possibilite a construção dessas cisternas em razão da escassez de água para consumo humano na comunidade.

3.2.2.3 Associação Comunitária de Trabalhadores Rurais da Fazenda Capitão

A Associação da Fazenda Capitão foi fundada em 10/04/2000 e desmobilizada a cerca de dois anos, sendo seu último presidente o Senhor Davino Ferreira dos Santos e a última reunião realizada há três anos. Nessa ocasião a associação contava com 28 sócios sendo constituída por moradores da Fazenda Capitão e de localidades vizinhas como Angico (2 km) Poço Comprido (8 km) e Várzea Nova (2 km). A associação só dispunha da taxa paga pelos sócios no valor de R\$2,00 que era utilizada para custear despesas de viagem. As reuniões aconteciam no segundo domingo do mês na casa do presidente da associação.

Esta associação foi constituída meramente para ter acesso ao projeto de energia solar, financiado pela CAR/PRODUZIR em 01/04/2000. O projeto foi concluído em 15/09/2004 com um total de 28 equipamentos instalados (CAR/SACC). A situação atual do projeto é a pior possível, com quase cerca de 80% dos associados utilizando candeeiros em razão da indisponibilidade de recursos para repor as baterias depois do prazo de validade previsto pelo fornecedor. Não obstante durante a implementação de o projeto ter sido acordada uma taxa de R\$ 3,50 para a manutenção do projeto. Importa salientar que, aqueles moradores com um pouco mais de recurso adquiriram uma bateria de menor capacidade de modo a não interromper o fornecimento de energia. Os demais estão aguardando a chegada do Programa Luz para Todos na comunidade.

3.2.2.4 Associação dos Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ)

A APPJ foi formalmente fundada em 22/07/1987, todavia a sua criação começou a ser pensada em 1983 por um grupo de três moradores do povoado de Jaboticaba, os Senhores José Modesto de Souza, Carlos Rodrigues dos Santos e Paulo Argemiro dos Santos, religiosos e imbuídos pelo sentimento de congregação, se reuniam para fazer a leitura da Bíblia. O grupo de Oração logo se expandiu passando a congregar 18 famílias da localidade que logo após o culto continuavam a reunião discutindo assuntos pertinentes ao cotidiano da comunidade.

Em 1985 o grupo passou a ser apoiado pela Pastoral da Terra, dando início a uma série ações que mudaria a vida da comunidade. Neste mesmo ano o grupo se organiza para coletivamente construir uma comunitária para plantio de feijão. Como

resultado do investimento na roça comunitária constrói um salão comunitário. Posteriormente (1986) o mesmo grupo capta recursos do Projeto São Vicente para com o apoio técnico Empresa Assistência Técnica Extensão Rural (EMATER-BA) dar início ao projeto de irrigação da roça comunitária cujas terras eram de sequeiro.

Em 1987 após a formalização da APPJ construiu-se uma Creche para atender a 60 crianças do povoado. Em 1989 participou do Projeto Cabra de Corda, financiado pelo Programa Produzir com o apoio técnico da EMATER-BA. Com esse projeto foram beneficiadas 46 famílias, sendo doada uma cabra por família com o compromisso de repassar a 1ª fêmea para outra família ainda não beneficiada. Ainda em 1989 12 famílias foram beneficiadas pelo Projeto de Pesca com a distribuição de 6 canoas e 100 redes. Atualmente as famílias envolvidas no projeto substituíram a pesca pela criação de tilápia em tanque rede.

Em 1992, descontentes com a atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) a APPJ assume a liderança do STR no Município de Quixabeira. Em 1993 com o apoio do Padre Xavier a Associação cria a Escola de Família Agrícola (EFA) no povoado de Jaboticaba. Em 1996, um dos fundadores da APPJ Senhor José Modesto mais conhecido como “Zé Homem” se elege vereador do Município pelo (PT).

Em 1997 a APPJ/EFA cria o Programa de Convivência com o Semiárido (CONVIVER) envolvendo recursos da ordem de R\$ 2.521.164,00 oriundos da Caixa Econômica Federal (CEF), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Organisation de Coopération Internationale Pour des Projets de Developpement (DISOP– Bélgica), Movimento de Azione dei Gesuiti Italiane per lo Sviluppo (MAGIS - Itália), Missionezentrale der Franziskaner (MZF - Alemanha), com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da mulher e do homem do campo através de alternativas de convivência com o semiárido. O Programa engloba os municípios de Capim Grosso, Filadélfia, Jacobina, Miguel Calmon, Quixabeira, São José do Jacuípe, Serrolândia e Várzea da Roça. Como desdobramento das ações do Programa Conviver foi realizado, em 1998, o I Festival de Feno e Silo (produzido na EFA); Curso para os produtores da APPJ e das comunidades cujos filhos estudavam na EFA; construção de cisterna/aguada; (2000) criação de uma Cooperativa (extensão da Cooperativa de Valente – SICOOB) para gerenciar os

recursos de o Programa Conviver; transferência de tecnologia de convivência com o semiárido para outros municípios com alunos matriculados na EFA; (2001) financiamento da produção; (2005) fundação da Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Chapada (COOPES).

A APPJ captou recursos do Banco do Nordeste para melhoramento genético do rebanho de produtores rurais com propriedades de 80 a 100 ha. Ainda nesse segmento, registra-se o Projeto da Secretaria de Agricultura (SEAGRI) denominado Sertão Produtivo, que beneficiou 60 produtores no município com a aquisição de 300 ovelhas e 10 reprodutores. Desses produtores 10 são do Povoado de Jaboticaba. A Associação celebrou, também, convênio com o Programa Produzir para a construção de 50 cisternas domiciliares e uma unidade de beneficiamento de mel.

Atualmente a APPJ possui sede própria na qual se reúnem 60 sócios, todos da mesma comunidade, com assembleia de seis em seis meses. No entanto, a diretoria se reúne uma vez por mês para planejar as ações da Associação. A cada semestre é cobrada uma taxa de R\$ 5,00 para custear despesas de deslocamento dos sócios. Além da sede, a Associação possui um patrimônio considerável que inclui as instalações da EFA e 300 tarefas de terra destinadas à criação de animais (gado, ovelha e cabra), lavoura e aula prática dos alunos da EFA.

3.2.2.5 Associação Comunitária Beneficente do Povoado de Ramal

Essa Instituição foi criada em 10/04/2000 com 35 sócios e hoje conta com 45. Os sócios são moradores do Povoado de Ramal e das Comunidades vizinhas de Pimenteira e Mandacaru. Apesar da Associação não possuir sede própria os sócios se reúnem no último domingo do mês, na Igreja local, com a presença do Conselho Fiscal responsável pela arrecadação de uma taxa mensal (R\$1,00/sócio para cobrir despesas administrativas) e pela contabilidade da Instituição. A associação realiza também uma reunião, a cada dois meses, apenas com a diretoria.

Desde a sua fundação a associação teve quatro presidentes o primeiro teve o mandato interrompido após reunião com os sócios que elegeram o vice-presidente. Segundo depoimento de uma associada o referido presidente “queria ser dono da associação”. O segundo presidente eleito também foi destituído por falta de decoro junto à comunidade. O terceiro Presidente Sr. Antônio Bispo Fagundes permaneceu

na direção da associação até o ano passado quando faleceu, sendo então substituído por sua filha Sra. Elaine Carvalho Fagundes. Durante a pesquisa de campo ficou evidente a importância e liderança do antigo presidente para a dinâmica da associação e da comunidade.

A associação celebrou convênio com a CAR/PRODUZIR para a aquisição de um trator com implementos agrícolas e garagem sendo beneficiadas cerca de 150 famílias do povoado e adjacências. De acordo com relatos de alguns sócios a chegada do trator possibilitou um aumento significativo na renda das famílias em razão da expansão da área plantada, assim como a redução de tempo no preparo da terra e do valor pago pela hora do trator.

A associação vem mantendo um bom nível de organização e a integração dos sócios. Nota-se também a preservação de valores e princípios inerentes ao associativismo rural com a ajuda mútua de membros da comunidade. Além do projeto financiado pelo Produzir a associação possui um terreno (6 x 25 m²) no qual será construída a sede da associação.

3.2.2.6 Associação dos Pequenos Produtores de Várzea Dantas/Alagadiço

A Associação dos Pequenos Produtores de Várzea Dantas/Alagadiço foi fundada em 24/01/2000 por um grupo (15 sócios) de moradores da Fazenda Alagadiço, Várzea Dantas (2,5 km) e Lagoa do Bezerra (1 km). Atualmente cinco sócios da Fazenda Alagadiço moram na sede de Quixabeira (5 km) e mantêm suas roças na referida localidade.

A Associação não possui sede própria, realizando suas reuniões no salão da Capela São Francisco de Assis todo o primeiro domingo do mês. Participam das reuniões cerca de 60% dos sócios. A mensalidade de R\$ 1,50 é a única fonte de recursos da Instituição, a qual é depositada na conta da associação para cobrir despesas de viagem, taxas e serviços prestados por um técnico em contabilidade para organizar a prestação de contas.

Até o momento a associação teve dois presidentes com os respectivos mandatos de 02 anos prorrogados por igual período. Apesar de o Presidente ser o Sr. João de Jesus Silva, a pessoa que toma as iniciativas na comunidade é a Senhora Fidelcina

que trabalha no Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR e exerce papel de líder da comunidade, inclusive sendo a responsável pelo projeto energia elétrica para seis famílias da Fazenda Alagadiço/Várzea Dantas. De acordo com relatos de Dona Fidelcina a energia chegou à comunidade, mas por problemas políticos algumas casas não foram contempladas. E, não obstante ter elaborado projeto em conjunto com o STR e enviado aos representantes do Deputado o projeto só foi autorizado depois de ser entregue em mãos do referido político. O projeto de energia elétrica foi executado durante a parceria da CAR/PRODUZIR com o Programa Luz para Todos.

Além do projeto de energia elétrica a CAR/PRODUZIR, também, financiou a construção de 50 cisternas domiciliares tendo em vista, ainda, ser a única alternativa de abastecimento de água na localidade. Cabe ressaltar esse projeto beneficiou parte dos moradores da Fazenda Alagadiço e da Comunidade de Várzea Dantas.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Este capítulo foi construído com base nas entrevistas e questionários aplicados no Município de Quixabeira, durante a pesquisa de campo. Procurou-se capturar por meio das informações, expressões e falas dos beneficiários do Produzir os sentimentos mais recôndito a respeito dos processos de realização do Produzir, para o que concorre, ao mesmo tempo, o Estado, que é o seu produtor oficial, e as comunidades beneficiárias, que se apropriam do Programa e o assimilam à sua vida cotidiana.

É fundamental explicitar que não se pretendeu derivar desse estudo quaisquer dados que possibilitem algum tipo de mensuração; o que se quer, essencialmente, é conhecer processos, tensões e, ao mesmo tempo, algumas mudanças que esses processos vêm produzindo nas comunidades e que contribuem senão para diminuir, para mudar o significado da pobreza rural. Esse estudo foi estruturado a partir de três conceitos: a pobreza, as políticas públicas para o enfrentamento da pobreza e o associativismo rural.

4 O PROCESSO REALIZAÇÃO DO PRODUZIR EM QUIXABEIRA

O Município de Quixabeira possui uma população total de 9.554 hab dos quais 2.424 se encontram abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2003) e 4.734 em extrema pobreza (BREMAEKER, 2010). O fato de esse Município está localizado no Semiárido reforça estes números, além do que este espaço foi o ponto de partida do Programa de Combate a Pobreza Rural (PRODUZIR) no Estado da Bahia. Nesse sentido, foram examinadas as ações do Programa em Quixabeira no período compreendido entre 1996-2010.

O processo de realização do Produzir no Município se consolidou a partir da formalização das associações comunitárias que na grande maioria nasceram

tuteladas pela Igreja Católica, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e por políticos das esferas municipal e estadual.

Inicialmente, o financiamento dos Subprojetos Comunitários se concretizava por meio da linha de ação do Programa de Apoio Comunitário (PAC) o qual se constituiu na porta de entrada para a exacerbação do clientelismo político, que fora claramente explicitado em diversos trechos das entrevistas realizadas no município de Quixabeira.

Então o prefeito veio aqui, falou com a gente, “a gente boboca” não sabia quase nada, tinha um tio que era muito chegado ao prefeito e eles fizeram a conversa e tratamos de fundar essa associação. (Nº 1 - Povoado Alto do Capim)

Começou assim...Isaura no tempo que era vereadora e aí ela lutou querendo crescer na política, como isso aconteceu, inventou essa associação e o povo foi caminhando, caminhando até que criou. (Nº 3 - Povoado Alto do Capim)

Posteriormente, os Subprojetos Comunitários passaram a ser financiados, preferencialmente, pela linha de ação do Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC) ou do Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto (FUMAC-P) como estratégia do Banco mundial para coibir essas ingerências políticas. Contudo, em que pese, atualmente, o montante de recursos do Produzir ser distribuído em duas categorias: Área A (os 100 municípios mais pobres) e Área B (os demais municípios atendidos pelo Programa), esses processos ainda continuam alvo de fortes ingerências políticas, corroborando com o pensamento de Souza de que o processo de formulação de políticas públicas é extremamente complexo, pois envolvem grupos de interesses diversos, cujo grau de influência depende do tipo de política e de coalizões que integram o governo (SOUZA, 2006).

Além da influência de políticas e coalizões de grupos que integram o governo, as políticas públicas também são influenciadas por Organismos Internacionais, como é o caso do Banco Mundial que tem imposto as suas diretrizes desde a concepção do Produzir.

É fundamental explicitar que o Banco Mundial tem sido um dos maiores disseminadores da política neoliberal em países em desenvolvimento ou

subdesenvolvidos como ficaram conhecidos os países da América Latina. Desse modo, as políticas públicas destinadas ao combate à pobreza do Nordeste, principalmente, os Programas de Combate a Pobreza Rural (PCPR) se constituem em uma política pública focalizada, obedecendo na íntegra ao receituário do BIRD.

No caso do Programa Produzir, as ingerências prosseguem praticamente em todas as fases da sua implementação. Em Quixabeira, a pesquisa de campo revelou elementos compatíveis com o processo de indução da comunidade, no momento da escolha do projeto, o que contraria o princípio da legitimidade preconizada pelo Programa. Ademais, a escolha do projeto sem o envolvimento dos beneficiários, na maioria das vezes, não desperta na comunidade o sentimento de pertencimento resultando freqüentemente no fracasso do projeto e no desperdício de recursos públicos, conforme demonstrado a seguir:

Deram logo os recursos e aí a gente [...] fizeram dois prédios de 15m x 8m de largura com a sede no meio dizendo que era armazém para armazenar as mercadorias, e a gente de pronto aceitou, só que não havia [...] na época a gente nem podia ter aceitado, se a gente tivesse um conhecimento melhor, fazia uma outra coisa e não aquilo lá que virou um elefante branco, só fez gastar dinheiro e pra nós praticamente não serviu (Nº 1 - Alto do Capim).

Associação de Moradores está fechada, recebeu uma oficina de corte e costura, quem financiou foi Jorge com um deputado de Salvador que chama [...] (Nº 2 - Alto do Capim).

A casa de farinha é da CAR mais foi o governo Lídio³⁷ que inventou essa casa de farinha; saiu, criou, trabalhou mais produzia muito pouco, o povo abandonou, foi largou até que acabou também (Nº 3 - Alto do Capim).

Eu acho que a culpa é dos próprios sócios, da própria comunidade; acostumou a receber as coisas sem luta e, quando a gente quer receber as coisas sem luta, não vai muito à frente não (Nº 1 - Alto do Capim)

Percebeu-se uma contradição nos relatos dos entrevistados nº 1 e nº 3 com relação à origem dos recursos utilizados na construção do galpão localizado no Povoado Alto do Capim. O primeiro não deixa claro quem concedeu o financiamento, já o segundo é enfático, como pode ser observado no depoimento seguinte:

[...] e vai vai pra fazer um projeto no Banco do Nordeste e foi indo, foi indo, aí depois ela saiu [...] fizemos um galpão ali com recursos da CAR. Tá bem

³⁷ Quando o entrevistado falou do governo Lídio não ficou claro a que instância de poder se referia.

velho isso faz mais de 20 anos fizeram um galpão ali e lá mesmo morreu, o vento veio carregou as telhas, ta lá entregue aos urubus.

Ainda há outra contradição nos depoimentos do entrevistado Nº 1. Inicialmente ele utiliza o verbo sempre na terceira pessoa “deram” “fizeram” colocando-se fora do processo. Em seguida lamenta a falta de conhecimento e coloca isso como obstáculo. No segundo relato “Eu acho que a culpa é dos próprios sócios, da própria comunidade” atribui a culpa aos componentes da associação e da comunidade em geral e coloca a inércia da comunidade como responsável pelo fracasso do projeto.

Por outro lado, quando os projetos surgem como uma demanda da própria comunidade, quer seja para o atendimento de uma necessidade básica, ou para geração de renda, em geral, são mais bem conduzidos, a exemplo dos projetos de infraestrutura e produtivos, conforme relatos a seguir:

Começou pela CAR, foi feito esse projeto pela associação pela CAR e aí demorou muito tempo e as pessoas desistiam dizendo que não acreditavam e que não ia vir esse trator, primeiro era para ser uma padaria, depois desistiram de ser padaria, falaram na casa de farinha comunitária aí a casa de farinha não ia dar certo, aí teve a ideia do trator, aí vai ser trator, aí lutou, lutou até que conseguiu, esse trator aí tá aí beneficiada a associação (Nº 11 - Povoado de Ramal).

Buscando ter certeza da legitimidade da demanda e afastar qualquer indício de ingerência ou manipulação perguntou-se o porquê de terem desistido da padaria e da casa de farinha. Então a entrevistada respondeu de pronto:

A padaria e a casa de farinha foi ideia dos próprios sócios e os próprios sócios também desistiram disso aí. Desistiu por caso do fiado, a padaria ia dar muito fiado e ia levar a falência. [...] Ninguém toma iniciativa só, e sim todos os sócios; quando é para fazer alguma coisa, a diretoria convoca os associados e os associados apoia ou não. Na escolha do projeto todos concordaram que o trator ia ser bom e que ia beneficiar mais pessoas, não ia beneficiar só os da comunidade, mais pessoas da região como tá beneficiando, sócios e não sócios (Nº 11 - Povoado de Ramal).

Não tinha outro tipo de demanda, porque ainda era uma prioridade da comunidade, ainda era a cisterna. Aproximadamente ela foi para um ano e um pouquinho, porque primeiro teve que ter aquelas reuniões com todos os sócios, e teve também que ter aquele levantamento com respeito a quem já tinha a quem tinha uma pequeninha, quebrada demais, aquelas pessoas que ia se enquadrar então teve que fazer assim... a demanda era tão grande e que tinha pessoas que tinha uma muito pequena quebrada queria também, tinha outro que tinha uma e estava pensando em querer outra e tinha outros que não tinha nenhuma. Então durou um pouco esse trabalho, porque a associação ela mesma foi quem fez esse trabalho de

levantamento, enquanto isso ia durando tempo, então com um ano e pouco estava o povo recebendo água nas cisternas (Nº 9 - Várzea Dantas).

O projeto, a gente estava se reunindo, aí teve a idéia da CAR de conversar com a gente, aí perguntou o que precisava e a gente optou: uma casa de farinha e o trator e a maioria resolveu ficar com o trator, aí a gente tudo apoiou. Demorou uns dois anos. Chegou através da CAR que incentivou até quando conseguiu (Nº 13 - Povoado de Ramal).

As ações do Produzir para o enfrentamento da pobreza rural em Quixabeira

A pobreza aqui é trabalhada como um fenômeno multidimensional que permite contemplar aspectos para além da renda como saúde, educação, habitação, direitos econômicos e sociais, igualdade entre os sexos, participação econômica e política (CODES, 2008). No entanto, nesse estudo foram consideradas apenas as dimensões: renda, saúde e educação. Ao isolar essas variáveis ficou mais fácil analisar, por exemplo, que o Programa Produzir apesar de não cumprir com o seu principal objetivo que é a redução da pobreza, tem contribuído para a formação da renda do seu público alvo, elevando e/ou preservando a renda familiar, como pode ser observado na fala de alguns entrevistados, quando perguntado se o projeto aumentou a renda:

[...] com certeza aumentou a renda, o mel aqui na região era explorado não se sabia que era um potencial econômico tão forte e a partir do momento, que não apenas com a casa do mel, mais com a iniciativa da criação de abelhas, inclusive a casa do mel entra aí no sentido de beneficiar o produto, houve a geração de renda, com certeza melhoria, é um complemento não é uma renda que o agricultor possa apenas sobreviver da apicultura, mas é um complemento a tantas outras atividades que ele vem desenvolvendo em sua propriedade (Nº 5 - Povoado de Jaboticaba).

Em termos de renda. Eu acho que aproximado 20%, tenha melhorado [...] aquela questão, quando você tira o mel, e não escoa logo, corre aquele risco de cristalizar. Com o sachê aqui é imediato você levou lá processou aí e já pode entregar e é bem fácil comercializar. (Nº 8 - Povoado de Jaboticaba).

[...] sim [...] uma hora de trator a gente sócio paga R\$ 35,00 agora atualmente, e se for pagar uma pessoa para capinar, gasta mais de R\$50,00 e não vai comparar o benefício de uma terra arada com uma terra só capinada (Nº 11 - Povoado de Ramal).

[...] porque quando você deixa de tá recebendo as certas águas que não é de qualidade e até comprando, como tinha algumas famílias que comprava carro de água, então nessa renda aí ela entrou de qualquer maneira ela também entrou como básico e como renda, porque isso rendeu no bolso do

produtor quando ele deixou de comprar carro d'água (Nº 9 - Várzea Dantas/Alagadiço).

Quem construiu as cisternas foram pedreiros das mesmas comunidades, até porque quando a CAR sentou com o produtor aí ela deixou esse espaço e que a associação visse se tinha alguém capaz, porque já entrava também uma rendinha no bolso dele, agora se não tivesse vinha de outra região, mas “(in)felizmente” a gente encontramos pessoas que necessitava desse trabalho e que também executava esse trabalho (Nº 9 - Várzea Dantas/Alagadiço).

No que tange à saúde observa-se que o Programa contribui para a melhoria da qualidade de vida do seu público alvo, na medida em que financia projetos para atendimento das necessidades básicas como: sistemas de água, poços, cisternas, barragens, sanitários e energia. Embora as áreas urbanas tenham mais acesso a esses serviços básicos, considerados como um direito da cidadania, nas áreas rurais esses serviços ainda são escassos e por vezes inexistentes.

A questão da água é um déficit que a sociedade tem com o nordestino, porque não existe a pessoa produzir e ter uma vida saudável sem água ou com água de péssima qualidade como era o caso que acontecia aqui, muito açude ou então as aguadas comunitárias sem o menor cuidado e essas famílias tinham que sobreviver daí (Nº 5 - Povoado de Jaboticaba).

[...] para se ter água aqui era um horror apanhava de carroça em outra comunidade, ou com água de barreiro também [...] (Nº 1 - Alto do Capim).

[...] cisterna foi muito bom, porque livrou a gente de comprar um carro pipa. Às vezes na hora da necessidade ela tando cheinha aí a gente não se bate pela água; a água boa de qualidade nós sabe que é de qualidade que é da nossa região, água caída do céu então tá boa de água, tá cheinha (Nº 10 - Várzea Dantas).

[...] a questão da necessidade básica na hora da seca, porque na hora da chuva nós todos tem água, eu inclusive, tenho água encanada mais não é água boa pra consumo; às vezes é água boa pra o gasto, mas pra o consumo não é. Então tendo ela é água doce é água de qualidade e a gente pode beber, cozinhar, tomar o banho com ela; é uma água de qualidade. Atendeu a necessidade básica (Nº 10 - Várzea Dantas).

Qual o benefício? Muito bom o projeto de cisternas, porque é uma comunidade que não tem água tratada, não tem água potável. A água que se tem aqui é da barragem e a água não é de boa qualidade para consumo humano. Então a partir das cisternas é possível que fossem beneficiadas essas famílias tenham uma qualidade de vida melhor na questão do tratamento da água (Nº 8 - Povoado de Jaboticaba).

Com relação à educação o Produzir não tem nenhuma ação dessa natureza em Quixabeira, todavia, alguns depoimentos revelam que a associação proporcionou algum tipo de conhecimento.

A associação surgiu da necessidade dos agricultores adquirir conhecimento para se manter no semiárido (Nº 6 - Povoado de Jaboticaba).

[...] hoje a gente tem um conhecimento maior, e uma convivência melhor com as pessoas, faz muitas amizades, muito conhecimento que a gente não tinha da sociedade, hoje a gente tem através dos nossos movimentos da associação. Então é um grupo coletivo que está sempre transmitindo uns para os outros (Nº 7 - Povoado de Jaboticaba).

A dinâmica das comunidades

As ações do Produzir no município alteraram a dinâmica das comunidades beneficiadas, sobretudo aquelas onde foram implantados projetos de acesso à água e energia, que representam o atendimento de serviços essenciais ao ser humano, conforme relataram os seus beneficiários.

[...] a APPJ foi uma dessas entidades beneficiadas que conseguiu cem cisternas para a comunidade de Jaboticaba e com certeza essas cisternas vem trazer para a família um sossego, de ter dentro do seu quintal uma água de qualidade para o consumo humano e para as atividades em geral (Nº 5 – Povoado de Jaboticaba).

No tocante a água o município apresenta uma situação atípica, posto que na maioria das comunidades pesquisadas a água é encanada. No entanto, é apenas utilizada para atividades domésticas, em razão do alto teor de salinidade, conforme demonstrado nos diversos depoimentos dos moradores.

Tem água encanada, não serve pra beber; a água da cisterna é pra beber e pra cozinhar, e a encanada é para o banho para lavar roupa (Nº 6 - Povoado de Jaboticaba).

[...] antes a gente ficava se batendo pra arrumar água doce pra o uso, consumo, que às vezes ia buscar em fonte, na cabeça, então pedir a algum vizinho que já tinha, então hoje tem um grande melhoramento pra cozinhar, para beber, porque a água daqui do uso da torneira é salobra, então com a cisterna todo mundo tem facilidade com a água doce (Nº 7 - Povoado de Jaboticaba).

Na comunidade de Várzea Dantas / Alagadiço esse quadro é agravado pelo fato de não existir nenhuma possibilidade de acesso à água que não seja a cisterna.

Anteriormente os moradores tinham que caminhar até 2 km para pegar água em um barreiro, ou comprar água no carro pipa.

Durante entrevista em Várzea Dantas uma moradora contou um fato que aconteceu antes da construção das cisternas do Produzir, quando a Prefeitura selecionou alguns beneficiários utilizando como critério a opção “política partidária”. Desse modo, a moradora se viu obrigada a retirar água, às escondidas, da cisterna do vizinho durante a madrugada para suprir a necessidade de sua casa e dos animais. O trauma foi tão grande que atualmente a referida moradora dispõe de cinco cisternas em sua propriedade.

De modo geral o acesso à água modificou a rotina de toda a comunidade, mas esse foi mais intenso no caso das mulheres, por serem as responsáveis por essa atividade no domicílio.

A questão da água na divisão das atividades domésticas, ou nas atividades de uma propriedade, sempre fica na responsabilidade da mulher. A água veio para beneficiar toda a família, mas a mulher em termos de facilitar a sua vida; com certeza a mulher foi mais beneficiada com a água, porque aí ela não vai precisar ir indo tão longe buscá-la, e já tem no seu próprio quintal para seus afazeres (Nº 5 - Povoado de Jaboticaba).

Com certeza as mulheres, porque os homens pouco botavam balde na cabeça, poucos ajudavam as mulheres carregar água. Então as mulheres saíram mais beneficiadas (Nº 7 - Povoado de Jaboticaba).

[...] a dona de casa, porque ela era uma pessoa que sempre tinha que estar preocupada pelas águas, e nesse momento ela foi beneficiada, porque ali ela já tinha água pra ela chegar de uma viagem, do trabalho, da roça e ali ela já tinha aquela água para ela se beneficiar, e fazer a limpeza, e até beber, apesar de que ela é mais pra a gente beber, mas só nisso dela chegar, e saber que tinha água pra ela fazer a comida, fazer o café como teve vez da gente chegar e ter que tomar água emprestada na casa do vizinho para fazer o café, enquanto chega a sua de lá de longe que pegava, então foi beneficiada todas as famílias (Nº 9 - Várzea Dantas).

Além de reduzir o percurso e o trabalho para buscar água essas mulheres reduziram também o tempo para a realização dessa atividade. Com o tempo disponível as mulheres estão se dedicando mais as atividades na roça, no domicílio, artesanato, beiju, etc.

Muita gente hoje já faz outros tipos de trabalho, trabalha fora, em roça; a vida é mais aliviada. No dizer da gente aqui, mais tranquila; Melhorei, porque eu fico mais em casa, não saio para lavar roupa fora, não saio para

buscar água; uso a água doce. Então é muito bom (Nº 7 - Povoado de Jaboticaba).

Com a chegada da cisterna nós da família se beneficiou, mas quem beneficiou mais pode ser a esposa, porque livrou de pegar a água no tanque de beber. No ano de chuva apanha água dentro de casa mesmo (Nº 10 - Várzea Dantas/Alagadiço).

A dinâmica da comunidade também foi alterada com a chegada dos projetos produtivos. Com o trator, por exemplo, modificou-se a forma de arar a terra, aumentou a área plantada e reduziu o tempo gasto com esse serviço, beneficiando, principalmente, as mulheres que trabalham na roça, inclusive, favorecendo o retorno de outras para essa atividade.

Antes do trator arava com animal, com burro, cavalo, com boi no caso, antes do trator a gente só arava assim. Eu arava às vezes assim, de cada vez uma tarefa uma tarefa e meia. Depois do trator às vezes eu aro duas tarefas, aro duas tarefas e meia (Nº 14 - Povoado de Ramal).

[...] mudou sim, porque as pessoas que não têm condições de capinar suas terras ara; e acho que a terra fica mais beneficiada para plantar (Nº 11 - Povoado de Ramal).

Na família só mudou o jeito de trabalhar, que trabalhava pouco por causa da aração de terra. Hoje melhorou um pouco. Trabalha na agricultura eu e minha esposa. Beneficiou os dois, a gente trabalha junto, não tem divisão. (Nº 13 - Povoado de Ramal)

Com a chegada do trator se beneficiou... eu mesma porque eu que sou a chefe de família (Nº 14 - Povoado de Ramal).

[...] depois da chegada do trator melhorou; ficou melhor pra gente.....por causa da dificuldade que a gente tinha com o trabalho, aí o trabalho aumenta e a renda também entra né. Com a chegada do trator quem mais se beneficiou...Aqui quem mais se beneficia eu e uma filha minha, a gente mesmo (Nº 15 - Povoado de Ramal).

Eu quando comecei esse projeto CONAB tem dez anos, então fiquei dez anos afastada da roça agora esse ano eu retornei à roça então eu vi que eu perdi muitas coisas durante esses dez anos, a lavoura a gente não tinha, não tinha nada, a gente só comia uma coisa da roça se alguém desse. Então esse ano eu entrei com minha roça de melancia, feijão de corda; agora já tenho milho plantado. Deus ajude que não perca a colheita (Nº 12 - Povoado de Ramal).

Aumentou a área plantada [...] de certa forma avaliando geral, porque ficou mais fácil, ficou mais barato se ara mais terra, se está mais barato ara uma maior área de terra e com isso planta mais (Nº 17 - Baixa Grande).

Estes relatos revelam a forma rudimentar de trabalho utilizada pela agricultura familiar o que vem contribuindo para a consolidação do estereótipo nordestino de uma agricultura familiar de subsistência. A simples introdução de um trator modifica sobremaneira a dinâmica da comunidade não só na agricultura, porque além de beneficiar a terra o trator é utilizado também para outras finalidades, Embora seja orientado para o uso exclusivo na terra. Isto fica claro quando perguntado a uma moradora quem mais tinha se beneficiado com o trator na casa.

Nós todos, porque nós reformamos essa casa então nós precisou do trator para colocar areia, aí se é para arar terra e pra mim e nós tudo da casa, então acaba sendo todo mundo beneficiado. (Nº 12 - Povoado de Ramal)

Assim como o trator, os equipamentos financiados para a expansão da casa de mel no Povoado de Jaboticaba também modificaram a rotina das pessoas, quer seja facilitando a comercialização ou incentivando a inserção de outras pessoas na atividade, haja vista que para a prática dessa atividade não é necessário ter muita terra, conforme ressalta um de seus beneficiários:

Com o equipamento melhorou, porque antes a gente só vendia o mel em quilo ou quantidade maior. Com os equipamentos veio à possibilidade de fazer o sachê, e então esse aí a gente já pode levar diretamente no posto onde processa o mel, fazer o sachê e a gente entrega para a merenda escolar, através da CONAB. Então foi bastante importante (Nº 8 - Povoado de Jaboticaba).

[...] mudou a vida dos produtores de mel, principalmente, porque são pessoas que não tem propriedades então essas pessoas estavam como a gente acostuma dizer aqui, estava à margem dos projetos sociais, porque quando você não tem uma propriedade boa, grande assim, fica inviável alguns projetos, então o mel se tornou muito bom pela questão de não precisar de muita terra para se criar abelha (Nº 8 - Povoado de Jaboticaba)

Emergem destes relatos duas questões subjacentes: a dificuldade de comercialização dos produtos da agricultura familiar e a exclusão do agricultor familiar de alguns projetos sociais pela ausência de terra. No primeiro caso o agricultor familiar impossibilitado de comercializar a produção pelo “preço justo” se vê obrigado a entregar sua produção na mão de atravessadores ou então fomentar o clientelismo político, sutilmente imposto, pelas Prefeituras Municipais para absorver a produção e distribuir na merenda escolar via CONAB. No segundo o pequeno produtor se vê obrigado a vender sua força de trabalho para os grandes proprietários

de terra ou então se tornar um meeiro. A entrevistada nº 14 ratifica a relação proprietário-agricultor quando diz: “A diária hoje é R\$ 20,00; era menos de vinte, um dia era R\$15,00 é porque as coisas também caristiu pra a sobrevivência; caristiu também o custo de tudo na vida que a gente come que a gente se alimenta”.

A agricultura familiar no Município

Em que pese o estudo não está centrado na agricultura familiar esse elemento emergiu durante as entrevistas nas comunidades pesquisadas. A agricultura tem um peso enorme na vida dessas pessoas, em razão de ser a atividade principal do pequeno produtor rural. Nesse contexto, se insere o depoimento de uma moradora da Comunidade Várzea Dantas/Alagadiço sobre as dificuldades de acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Eu queria retomar o que falei que ainda via a zona rural como uma coisa assim muito devagar em termos da agricultura familiar até porque agente sempre tá assistindo jornais e agente vê muitas coisas boas, muitos dinheiros que está sendo investido pelos nossos governos para agricultura familiar agora quando para agente pegar mesmo; a agricultura familiar pegar nesses projetos se torna numa coisa muito difícil “uma comparação daquele livro de Jô, que o irmão só comia as migalhas que caia debaixo da mesa. Isso no bom sentido não agravando nossos governos e nem nossos técnicos e nossas secretarias que nos atende é um meio que ainda cria tanta coisa que agente chama de burocracia com respeito a documentação exige tanto” e que acaba deixando a agricultura familiar ainda a desejar agente vê que já tem muita coisa, mas precisa melhorar nessa área então aquilo cai tão franco na agricultura familiar e que vence o ano ligeiro e esses projetos nem todos nós da zona rural acessa por causa ainda dessas dificuldades encontradas que tem dos pequenos, do saber, porque ele não teve os conhecimentos dos bancos de estudo, tudo são pessoas mais velho, mais vivido, que os estudos não chegou até eles. Então não sabe como buscar um projeto, não sabe tomar o conhecimento, daqui que ele venha entender os meios e o que é que precisa para ele chegar até o projeto (Nº 9 - Várzea Dantas/Alagadiço).

A referida moradora demonstra em sua fala a sabedoria que traz consigo do censo comum construída ao longo de sua existência apesar de não possuir o conhecimento formal. Faz uma observação sobre a dissonância entre o urbano e o rural que em certo trecho toma o formato de apelo ao governo.

[...] ainda eu fiz essa comparação das migalhas que caia debaixo da mesa, então precisamos muito de nossos governos olhar tomar um bom conhecimento desse povo pobre que vive na zona rural, sem acesso aos empregos que chegam primeiro na cidade, a água chega primeiro na cidade, hoje não é mais o caso, a luz que hoje também não é mais o caso, mas são pouco assim na minha fala de tão vivida que eu sou a 40 e tantos

anos, 60 anos, nasci e me criei na zona rural eu tenho essa experiência ainda e eu chamo isso como conhecimento que eu tenho dessa realidade da nossa vivencia de produtor rural e que precisamos ainda muito mais de um conhecimento, porque somos todos daquele tempo que não é ignorado dizer que somos analfabetos [...] (Nº 9 - Várzea Dantas/Alagadiço).

Nestas falas evidenciam-se os entraves e constrangimentos a que são expostos os moradores da zona rural, na grande maioria, analfabetos ou analfabetos funcionais. Vitimados pela pobreza para além da renda, a pobreza que afeta a dignidade impondo-lhes um sentimento de inferioridade em relação à população urbana. E, não obstante, essas políticas públicas sejam destinadas à agricultura familiar o tramite e as exigências impostas ao pequeno agricultor transformam em problema o que deveria ser uma solução.

Além do entrave burocrático tem-se também a inabilidade dos técnicos de algumas instituições na condução do processo de implementação de políticas públicas, por desconhecer e/ou desconsiderar o conhecimento do homem simples do campo que, não obstante, a ausência do conhecimento formal, possui outros saberes adquiridos nas relações de sociabilidade. Conforme relata a entrevistada de nº 9 a respeito do técnico do BNB.

[...] ele trouxe uma coisa insistindo que ele é quem dizia o que dava certo o que a gente via que não dava certo ele convertia, que era nós não sabia, porque as vezes o produtor não tinha aquele conhecimento, mais eu sei que nós produtor não temos certos conhecimentos, eu concordo com isso, pelos nossos estudos que nós não tivemos, mas na nossa área nós precisa do ensinamento técnico até um certo sentido, mais precisa também que o técnico veja que o lavrador também conhece, porque ele vive e convive ali, então ele também tira muita lição [...] é uma aprendizagem, então não é possível que um produtor que conviva 30, 40 anos numa terra com qualquer ensinamento técnico ele não tenha também um pouco dessa tecnologia [...] ele não mudava um centímetro pra entrar pra nossa metodologia [...] e que tudo ia da certo daquele jeito e que tudo ia ser só rendendo, sendo que nós estava pagando um juro [...] pra tirar em cima de um pouco dos animal; das coisa que ia dar renda só era os animal e não tinha como a gente chegar até a assumir esse compromisso, e foi isso que se deu com os lavrador, [...] ficou endividado não foi porque comeu, não foi porque fez errado [...] tudo para tirar daquele dinheiro, Do modulo 1, módulo 2 e do módulo 3. Então a gente produtor, fez a nossa reflexão, nós vimos que a gente só não paguemos o projeto, porque empregou em muitas coisas morta, que era conserto de casa , banheiro, essas coisa que não ia nos dar retorno pra nós dar retorno ao projeto (Nº 9 - Várzea Dantas/ Fazenda Alagadiço).

O Produzir e o associativismo rural

As associações comunitárias do Município de Quixabeira apresentam uma constituição interna pautada em relações de reciprocidade e de dependência. As relações de reciprocidade são oriundas das redes de família, de vizinhança e de religião. Já as relações de dependência tem sua origem nas tutelas da Igreja Católica a partir das comunidades eclesiais de base, das ONG's, dos serviços de extensão rural. Com a institucionalização das associações essa tutela passou a ser exercida pelo governo (estadual e municipal) culminando em um tipo de associação cartorial, constituídas meramente para o aporte de recursos públicos.

Em Quixabeira existem atualmente cerca de 18 associações comunitárias rurais, das quais 06 compõem a amostra desta pesquisa. Do universo pesquisado três associações revelaram-se cartoriais com um saldo negativo de uma associação dissolvida, outra em vias de ser extinta e a última adequando a documentação para ser reconhecida como remanescente de quilombos, conforme depoimentos a seguir:

Nasceu assim, entenda, porque reuniu os pessoal no interesse da energia solar. Depois a associação acabou. Uns dois anos depois ou três. Tinha reunião; na época ficou justamente um dos motivos de ter acabado, por isso, porque a partir daí não foram buscando mais projeto, discutindo mais assunto sobre isso, aí acabou encerrando, um dos motivos acabou o interesse (Nº 19 - Fazenda Capitão).

Começou assim...Isaura [...] aí depois ela saiu foi mudando de presidente cada um ficando mais ruim, quando o povo tirou o projeto aí foi afastando, foi afastando e hoje se encontra [...] (Nº 3 - Povoado Alto do Capim).

A associação está aí pendengando também; não está andando muito bem direitinho não, está faltando muita organização na associação. [...] para discutir as coisas da comunidade. Se for para receber algum benefício a comunidade se reúne, por exemplo agora na questão dos quilombolas, a gente quer ver se transforma essa comunidade em uma comunidade quilombola só tem negro aqui, só tem preto que gosta de sambar... e já tem gente aqui descendente de escravos mesmo e aí a gente quer ver se coloca aí como quilombola porque é uma forma de receber uns certos projetos mais fácil (Nº 1 - Povoado Alto do Capim).

De acordo com Sabourin (2008) a associação é o formato de organização mais utilizado por agricultores e políticos, em razão das facilidades encontradas para registro em cartório, a ausência de controle, fiscalização e sanção. Essa conjugação de fatores corrobora para a proliferação de organizações dessa natureza. Ademais,

mesmo quando acionadas judicialmente, as sanções não são aplicadas, porque em geral essas associações não dispõem de patrimônio para tal. No Alto do Capim esses fatores foram evidenciados nos depoimento dos seus moradores.

Os sócios da Associação de Pequenos Produtores de Alto do Capim pagam uma taxa de R\$ 2,00, uns paga outros não paga; não sabe quanto arrecada por mês, só o tesoureiro para dar essa informação; também não sabe quantos sócios tem atualmente (Nº 1 - Povoado Alto do Capim).

Esse trator era bom que uma hora o vento tombasse, carregasse. Para lhe falar a verdade ninguém sabe o que faz com o dinheiro; o trator hoje é deles, não é mais da associação, nem de ninguém. Ai pronto, você sabe que o trator produz, trabalhou ninguém sabe do dinheiro, ninguém sabe ninguém viu, não presta conta, e tá desse jeito ai, praticamente nas mãos; o trator hoje é de três cabras, um que não é sócio é o tratorista que não era sócio, e dois que era sócio, eles é quem manda é o dono [...] (Nº 3 – Povoado Alto do Capim).

Por outro lado, a pesquisa revelou a presença de instituições com estrutura de compartilhamento, compatível com as descritas por Chabal apud Sabourin (2003), ou seja, instituições que aprenderam a realizar suas atividades em conjunto, em torno de projetos ou de problemas coletivos. Essa forma de compartilhamento gera no grupo sentimentos de pertencimento e valores como confiança e união.

Um exemplo desse tipo de instituição é a Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba, que já existia antes da sua formalização, tendo começado a partir da iniciativa de três moradores que resolveram fazer a leitura da Bíblia, nesse exercício começaram a discutir assuntos pertinentes ao cotidiano da comunidade e buscar soluções conjuntas, conforme relata os moradores da comunidade.

Antes eles se organizavam em orações fazendo um círculo bíblico e desse círculo bíblico se juntava e tomava as decisões do que iria fazer, então a gente fazia roças comunitárias, plantava roças, juntos, para daquele lucro da roça, a gente investir em alguma coisa em benefício de criar a própria associação (Nº 7 – Povoado de Jaboticaba).

O que eu sei sobre o surgimento é pelo que o povo conta, eu não sou da época que surgiu a associação, mais quando cheguei já estava encaminhada, mas é um trabalho de luta comunitária, de famílias que almejavam uma vida melhor para a comunidade e, assim, aconteceu começaram a se reunir [...] (Nº 8 – Povoado de Jaboticaba).

As demais associações são um misto das relações de reciprocidade e de dependência, posto que apesar de surgirem tuteladas pela Igreja Católica ou pelo

Sindicato dos Trabalhadores Rurais, conservam na sua essência valores e crenças compatíveis com as relações de reciprocidade de que trata Sabourin.

A associação surgiu assim de uma reflexão e uma necessidade da gente se organizar e estar mais próximo um dos outros, porque antes a gente fazia parte da Associação de Lavradores de Quixabeira fomos sócios fundadores daquela associação. Mas depois a CAR com os encontros de formação pegou a passar que a gente ia ter um limite, aproximadamente de tantos quilômetros pra tá dentro dos padrão de uma associação [...] tinha que ser local. Então a gente pegou a estudar nos curso que eles passava pra gente [...] e aí veio à necessidade da gente criar uma aqui na nossa localidade para que a gente também pudesse abranger outros produtores e que às vezes tinha dificuldade de se enquadrar nessa de Quixabeira (Nº 9 – Várzea Dantas/Alagadiço).

Quando alguém precisa de ajuda, eles pedem e todo mudo da comunidade ajuda, se for em alimento, se for em dinheiro aí ninguém faz cara feia nem diz que não todo mundo leva sua oferta (Nº 12 - Povoado de Ramal).

Quem construiu a garagem do trator foi a própria associação, fez mutirão, tinha algum dinheiro em caixa das contribuições dos sócios e a gente construiu e fez mutirão, aí era mulher, era homem todo mundo trabalhava e construiu (Nº 11 - Povoado de Ramal).

Eu acho que a gente criou essa associação, porque é uma coisa que a gente tem que precisa viver em associativismo. A gente querer viver isolado não consegue as coisas e quando a gente participa de associação, de comunidade eu acho que a gente consegue as coisas mais fácil como a gente conseguiu esse trator, se fosse uma pessoa só não tinha conseguido (Nº 11 - Povoado de Ramal).

Não obstante Sabourin (2009) chamar atenção para as novas tutelas de políticos, igrejas, ONG's ou serviços técnicos públicos, classificando-as de “sutis ou insidiosas” por na maioria das vezes ter a finalidade de manipular as comunidades rurais, no caso de Quixabeira cujas associações foram apoiadas pela Igreja Católica, essa tutela corroborou para a organização dessas comunidades, a exemplo das comunidades de Várzea Dantas/Alagadiço e Ramal.

A gente tem o conviver, aliás, começou até antes um pouco dos projetos que a gente hoje graças a Deus participa do governo, a gente já tinha criado uma alternativa a nível de região junto com o Padre Xavier e que criamos assim o Projeto Conviver foi uma grande alternativa pra gente. Então a gente já tinha um início, e que só teve mais que reforçar e melhorar muito, melhorar muito mais, porque são uma alternativa nossa e que vinha da gente [...] (Nº 9 - Várzea Dantas / Alagadiço)

Na comunidade nós discute... a associação nós faz a reunião de dois em dos meses, e também nós se reúne também para o grupo de liturgia que

nos participara também nos domingos se reúne, as pessoas da associação se reúne lá também, porque a gente não tem salão ainda da associação (na igreja) tanto para a assembleia, quanto para a contabilidade e tudo, a pastoral da criança tudo isso é discutido na comunidade tudo isso é discutido na comunidade mesmo, na igreja, porque a gente ainda não tem o salão (Nº 14 - Povoado de Ramal).

Quando perguntados sobre o associativismo os moradores demonstraram maturidade com relação ao tema como se observa nos fragmentos de texto a seguir:

O associativismo é a forma de inserir o pequeno produtor, o agricultor em programas que venham a beneficiar e melhorar a qualidade de vida do produtor e de sua família e assim também crescendo dando impulso na agricultura familiar (Nº 8 - Povoado de Jaboticaba).

O associativismo é bom desde que o pessoal tenha interesse, todo mundo tenha reunido para aquilo, agora se tiver no caso como começaram e o pessoal foram saindo, saindo, se desligaram.....acaba ficando nada (Nº 19 - Fazenda Capitão).

A gente viver em união em comunidade é uma coisa muito boa, porque a gente sempre aprende a conviver mais e a escolher melhor quem a gente quer que represente a nossa sociedade, o nosso município, a nossa comunidade. A gente acaba tendo uns valores de conhecimento, além da gente ser um povo ainda um pouco analfabeto, mas acaba tendo uns conhecimentos melhores através de nossos encontros de comunidade (Nº 7 - Pov. Jaboticaba).

Evidencia-se o olhar multifacetado sobre o associativismo, despertando os mais diversos sentimentos, tais como: acesso a recursos públicos; meio de melhorar as condições de vida; manter a união; melhorar a convivência; forma de adquirir conhecimento e como forma de escolher melhor seus representantes.

Tensões e conflitos no processo de realização do Produzir

O processo de realização do Produzir no Município de Quixabeira foi marcado por tensões que vão desde a escolha do projeto até a sua chegada à comunidade. A fase considerada mais tensa é a que antecede a assinatura do convênio, ou seja, nesta fase são estabelecidos os acordos entre os grupos de interesses. Esse processo é semelhante ao de formulação de políticas públicas descrito por Souza (2006) como sendo a fase em que a demanda da comunidade é alvo de conflitos de interesses e influências de toda natureza, considerados determinantes, para

transformar demandas da sociedade em políticas públicas, as quais produzirão mudanças no mundo real.

Depois que fez o pedido demorou um pouco do trator vir; o motivo lá com eles lá mesmo; seguraram por lá e demoraram de trazer (Nº 15 - Povoado de Ramal).

O projeto chegou com muito trabalho, com muita dificuldade. A gente na época, o gestor público não dava apoio, a gente foi muito criticado, mas eu como presidente lutei muito, o vice-presidente que era Azevedo, deu três viagens em Salvador, deu doze em Juazeiro da Bahia. Então tivemos essa dificuldade, mas com esforços da gente e a ajuda dos sócios a gente chegamos a conquistar (Nº 18 - Povoado de Baixa Grande).

O momento seguinte à assinatura do convênio se constitui em um problema para essas Instituições, haja vista o despreparo dos beneficiários para compreender os instrumentos e os trâmites legais requeridos na fase de execução do projeto.

O trator veio, foi muito difícil assim, porque tinha muita coisa assim para preencher papéis, veio para Jacobina, veio também para outras região que tinha associação e aí chegou até aqui (Nº11 - Povoado de Ramal).

Além do despreparo para lidar com questões burocráticas a comunidade também experimenta momentos de tensão relacionados à operação de equipamentos e gestão de projetos.

No início, teve muita dificuldade, porque a gente não tinha pessoas que soubesse trabalhar no trator da associação e a gente sabe que pegar qualquer pessoa para trabalhar no trator é meio complicado, e aí veio uma pessoa que não era sócio, mas aí depois a gente tentou organizar outras pessoas da associação para trabalhar, uns não queriam, mais aí eu sei que por fim até hoje tem só um tratorista, mais é sócio aí não corre mais aquele perigo de querer colocar a associação em aperto (Nº11 - Povoado de Ramal).

A associação tem mais de 20 anos, parece que foi em 1985, se não me engano. O sistema de água da associação começou a funcionar depois de fundada. Começou em 1987, mas só que logo pifou, não funcionou nem dois anos. Parou. Aí a gente ficou sem água era um terror aqui. Depois que o poço secou a CAR não veio mais; desativou, tirou o motor da casa porque foi uma época que havia muito roubo desses motor e a gente tirou e aí pronto ficou lá desativado e a CAR também não tomou mais conhecimento. E a prefeitura não se importou com isso, mas depois a gente se organizou, e reuniu um grupo de homens e conseguiu quebrar os tubos da Embasa foi aí que se sensibilizaram e acabaram colocando água. Isso já tem mais de cinco anos (2005) que a gente fez isso (Nº 1 - Alto do Capim).

Existe outra associação na comunidade que recebeu uma casa de farinha (fechada) e um trator; no momento a única coisa que funciona mesmo é o trator, mas os caras não se reúnem não fala nada, somente botou o trator para funcionar, mas essa também está terrível, está pior do que a nossa, porque o trator não prestaram conta; a casa de farinha, o lugar onde foi vendido, a pessoa que vendeu veio dizer que não tinha dado o documento, queria o terreno novamente, foi uma confusão danada, e os caras tinham deixado tudo pra lá (Nº 1 - Alto do Capim).

Subjaz destes fragmentos à dependência das comunidades em relação às instâncias de poder tanto estadual como local ao mesmo tempo em que se percebe a ausência do sentimento de pertencimento e o descaso com o bem adquirido. No depoimento do entrevistado nº 11 “a gente tentou organizar outras pessoas da associação para trabalhar, uns não queriam, mais aí eu sei que por fim até hoje tem só um tratorista” fica claro a falta de interesse local com as alternativas de trabalho criadas a partir dos projetos produtivos, em contradição ao que diz o entrevistado nº 13 quando perguntado sobre as alternativas de trabalho na comunidade.

[...] no povoado não, sempre sai pra fora, pra cidade, quando a cidade é perto às vezes vai trabalhar na cidade quando é a noite volta. Quixabeira? Não é mais Capim Grosso, cidade maior (Nº13 - Povoado de Ramal).

Essa contradição aparece novamente quando questionado sobre a quantidade de sócios da associação.

Tem alguns que já saiu; uns porque trabalha fora, outros não tem terra para arar e a melhoria é mais através de arar a terra ou colocar alguma viagem com reboque aí eles acham que não tem futuro e saem (Nº 13 - Povoado de Ramal).

Essa migração campo-cidade reforça os números revelados no CENSO/2010 indicando um decréscimo na população rural pela migração intra ou inter-regional, principalmente para as grandes capitais como é o caso dos filhos do entrevistado nº 15.

Nessa comunidade hoje acho que existe umas 30 e pouco porque tem uns que vai saindo; os filhos trabalham mais fora: Salvador, tem uns em São Paulo. Dentro da minha casa hoje só tem três: eu, a mulher e um neto. Cinco filhos trabalham fora e três mulheres que trabalham na própria roça (Nº15 – Povoado de Ramal).

Nota-se em Quixabeira certa tendência à substituição da força de trabalho masculina pela feminina em razão desta migração, conforme acrescenta a entrevistada nº 14

“Quem trabalha assim na agricultura familiar que nem eu jogo o biscoito no caso e também quem tem sua profissão; mas minha profissão mesmo é a roça”.

Rede Social

A formação de rede social³⁸ no Município se construiu em torno das associações comunitárias. A Igreja Católica na figura do Padre Xavier; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); a Secretaria de Agricultura do Município; o Banco do Nordeste do Brasil (BNB); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Projeto de Convivência com o Semiárido (Projeto Conviver); a Escola de Família Agrícola (EFA) e a Cooperativa de Produção e Comercialização do Piemonte da Diamantina (COOPES). Essas Instituições têm corroborado para a formação do capital social das comunidades rurais do Município, de diversas formas, conforme sinalizado pelo público entrevistado.

O MPA que é o Movimento dos Pequenos Agricultores e por meio deles já conseguiu fazer duas casas aqui no povoado para pessoas que não tinha casa e estão tentando aí para ver se consegue mais e é isso aí. [...] como eu já falei, o MPA é um grupo de pequenos agricultores que está sempre ajudando, ensinando a gente fazer as coisas na comunidade. O MPA é o mais forte que a gente tem (Nº 11 - Povoado de Ramal).

Eu acho que a APPJ, através do seu trabalho, mesmo que em sua direção tenha pequenos produtores, talvez não com tanto nível de escolaridade, a APPJ é uma entidade modelo em toda a região, porque ela conseguiu desenvolver dois projetos muito importantes que é a Escola Família Agrícola de Jaboticaba que atende a filhos de pequenos produtores e o Projeto de Convivência com o Semiárido que busca através de órgãos públicos e também de organizações internacionais e não governamentais várias ações que venha ajudar o povo aqui da nossa região que de certa forma tem um déficit político muito grande no sentido de investimento, porque todo mundo sabe que só precisa você ver a visão do sul em relação ao nordeste é de fome e miséria e a gente através do Projeto Conviver da Associação e da EFA a gente está conseguindo mostrar pra nossa região que aqui realmente é um lugar semiárido, mas que é possível sim, produzir e buscar várias potencialidades que antes aqui a gente via como nada, e agora está conseguindo mostrar que é possível produzir em nossa região (Nº 5 - Povoado de Jaboticaba).

A gente tem recursos muito pequenos, mas os recursos sempre vinham também através de projeto da Itália, da Bélgica que o nosso padre é italiano

³⁸ As redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação.

e ele traz muitos projetos que ajuda as pessoas nas comunidades a “sair da miséria” que nem diz ele (Nº 4 – Povoado de Jaboticaba).

No decorrer da pesquisa de campo emergiram outras questões, no entanto não serão abordadas nesse estudo, não que sejam de menor relevância, porém não são determinantes para a elucidação do objeto de estudo. A questão subjacente é a organização da comunidade, haja vista ser o alicerce para quaisquer ação de natureza coletiva. Quando a comunidade é mais organizada, consegue externar com mais facilidade os sentimentos e ter clareza dos processos políticos que os envolve. O Povoado de Jaboticaba aqui representado pela APPJ é um exemplo de organização social. Embora sua diretoria seja composta por pessoas com pouca escolaridade eles conseguiram criar projetos sustentáveis local e regionalmente. Obviamente, esse grupo contou com o apoio de diversas Instituições, mas a organização é anterior à intervenção desses organismos. Conforme, diz uma moradora:

[...] não é necessário apenas todo mundo partir para as grandes cidades, porque aqui a gente vive muito bem da produção de leite de cabra, da produção de leite de gado, da apicultura, da agricultura familiar, da horticultura e assim por diante. Então o Projeto Conviver, a EFA e a APPJ, para mim em especial, é um modelo, que a organização social ainda é viável em nosso país (Nº 5 - Povoado de Jaboticaba).

Ao analisar o Programa de Combate a Pobreza Rural (PRODUZIR) a partir do Município de Quixabeira constata-se que este tipo de política pública focalizada em clientelas específicas tem sido inconsistentes para alcançar o seu objetivo principal que é a redução da pobreza rural. Para esta constatação levou-se em consideração o caráter multidimensional da pobreza e a área de abrangência do Programa - 407 municípios do Estado da Bahia - a relação montante de recursos versus público-alvo é inversamente proporcional e, portanto, insuficiente para resolver um problema dessa natureza. Confirmando-se, então, à primeira hipótese elaborada para este estudo.

Por outro lado, em se tratando de alívio a pobreza as ações do Programa tem conseguido minimizar os efeitos da pobreza. Esse fato pode ser observado no Município de Quixabeira cujos investimentos em infraestrutura para suprir deficiências de serviços públicos essenciais como: acesso à água, energia e saneamento básico foram extremamente importantes para a melhoria da qualidade

de vida da população rural. Com essas ações o Programa conseguiu minimizar os efeitos nocivos da pobreza nas localidades pesquisadas, permitindo a inserção dessas famílias em um novo patamar de existência, na medida em que os recursos que seriam destinados ao atendimento dessas carências puderam ser direcionados para novas demandas de consumo. Confirmando-se assim a segunda hipótese desta pesquisa. É importante enfatizar que para o Programa alcançar efeitos mais contundentes seriam necessários investimentos em ações estruturantes de médio e longo prazo.

No que se refere ao insucesso dos subprojetos implementados pelo Programa, no caso específico de Quixabeira, de um total de 33 subprojetos implantados 03 estão desativados ou indevidamente utilizados. Nesse ambiente constatou-se também a presença de associações do tipo cartorial com um saldo negativo de uma associação fechada, uma em vias de fechar e outra está readequando seu estatuto como forma de acesso a investimentos destinados a comunidades remanescentes de quilombos. Conforme Sabourin (2008) este modelo de organização tem sido o preferido por agricultores e políticos, sobretudo pela facilidade com que se cria e formaliza estas instituições. Desse modo, confirma-se a terceira e última hipótese deste estudo de que a proliferação dessas organizações como passaporte para o acesso a Programa compromete o sucesso dos subprojetos implementados.

Cabe aqui um adendo com relação ao processo de realização do Produzir, trata-se do desencontro do tempo utilizado para a ação do Estado e o tempo do público-alvo do Programa Produzir para apropriação do Programa. Neste contexto, o governo com objetivos e metas a serem cumpridas e a busca desses resultados encontram-se em oposição aos objetivos, sentimentos, valores e dificuldades das associações comunitárias para imprimir na sua base a velocidade imposta pelo Governo que tem pressa.

É preciso trabalhar a base das comunidades antes de iniciar qualquer ação. O amadurecimento da comunidade acontece gradativamente e na maioria das vezes com o apoio externo, a exemplo, da CAR. Entretanto, há que se ter cuidado para esse apoio não se transformar em uma relação de dependência, conforme chama atenção Sabourin (2008) quando trata das tutelas “sutis e insidiosas”. Enquanto houver a indução técnica ou política no processo de escolha de subprojetos

comunitários ou a aplicação de métodos construídos sem a participação da comunidade esses programas estarão fadados ao fracasso, como uma repetição dos programas que antecederam o Produzir: POLONORDESTE, Projeto Nordeste e PAPP. Para o novo Produzir os “agentes de mudança” precisam investir verdadeiramente no foco que são as associações comunitárias.

Ademais, as ações voltadas para a agricultura familiar precisam ser repensadas de modo que o agricultor familiar possa produzir não só para o autoconsumo, mas para garantir um patamar de renda que proporcione uma vida digna. A proposição que se coloca é fortalecer a agricultura familiar, fortalecendo os sentimentos de cidadania, pertencimento e de propriedade dos empreendimentos construídos pelo Programa.

É imprescindível também incentivar a formação de redes sociais de modo a garantir o alcance de um dos objetivos do Produzir que é o fortalecimento do capital social. A formação de redes possibilitará a preservação dos empreendimentos comunitários após a saída da CAR.

Outro aspecto considerado relevante é o desconhecimento dos associados sobre o Programa Produzir, demonstrando no máximo conhecer o trabalho da CAR. Por outro lado, em quase todas as entrevistas, surgiram o nome do Projeto Conviver como referência de solução para os problemas do município e dos municípios do seu entorno.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida na perspectiva de conhecer o processo de realização do Programa de Combate a Pobreza Rural (PRODUZIR), para o que concorre, ao mesmo tempo, o Estado, que é o seu produtor oficial, e as comunidades beneficiárias, que se apropriam do Programa e o assimilam à sua vida cotidiana.

Para orientar as argumentações construiu-se o arcabouço teórico que sustenta esta pesquisa estruturado em três conceitos: pobreza, políticas públicas para o enfrentamento da pobreza e associativismo. Após exame da literatura especializada constata-se que, não obstante o reconhecimento de diversos segmentos da sociedade sobre o caráter multidimensional da pobreza, na prática, para efeito de

políticas públicas, considera-se a abordagem unidimensional, ou seja, a renda per capita, principalmente quando se quer quantificar quantos da população são pobres. Para essa finalidade, no Brasil, utiliza-se como parâmetro a linha da pobreza situada entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

De igual modo, as produções acadêmicas têm-se defrontado com a dificuldade de mensurar a pobreza pelo viés multidimensional, na maioria das vezes os estudos perpassam pela renda ou pelo cruzamento da renda com a abordagem das necessidades básicas – que consiste em estabelecer um conjunto de bens interpretados como indispensáveis àquele público.

Quanto à política de enfrentamento da pobreza, adotada no país desde o final dos anos 1970, observa-se uma descontinuidade no fluxo dessas ações, quer seja pela mudança de orientação política ou pelo fracasso de programas e projetos, não se vislumbrando uma política pública sustentável capaz de retirar esse contingente populacional dos limites da pobreza e da miséria. Isto é ratificado pelos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2010) que revelou, no Brasil, a existência de cerca de 5,7 milhões de miseráveis e na Bahia 4,3 milhões de pessoas vivendo nos limites da pobreza apesar das ações do Programa Bolsa Família, do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC), dentre outros.

Recentemente, a Presidenta Dilma Rousseff declarou que a pobreza é um problema de renda e para solucioná-lo criou o Programa Brasil sem Miséria com recorte para indivíduos que sobrevivem com até R\$70,00/mês. Esta seleção deverá retirar 16,2 milhões de pessoas da faixa de pobreza extrema, contudo vislumbram-se aí dois problemas, o primeiro com relação à sustentabilidade da ação, uma vez que não há garantia de continuidade quando da mudança de governo. Segundo, ainda que haja continuidade, essa ação coloca cada vez mais esses indivíduos na condição de dependentes do Estado Nação, alimentando a relação clientelista existente na medida em que condiciona a manutenção desses programas a eleição e/ou reeleição de determinado grupo político.

Na esfera estadual isso não é diferente, verificando-se um aumento significativo da prática clientelista, principalmente, na condução de programas de enfrentamento da

pobreza, justificada pela formação de um governo de coalizão onde a troca de favores se constitui em um elemento estruturador da política local.

Ademais, está comprovado que políticas públicas dessa natureza têm um caráter de alívio da pobreza, uma vez que não cria mecanismos capazes de retirar a posteriori essa parcela da população da condição de pobreza em que vive. Obviamente que, a dimensão renda é importante para a redução da pobreza, entretanto, relativizar tais questões é negar a essas pessoas o direito a uma vida com um mínimo de dignidade.

Há que se pensar em políticas públicas estruturantes que possibilitem colocar esses indivíduos em outro patamar de existência no médio e longo prazo, de forma definitiva. Principalmente, a população rural que carece não só de renda, mas de terra, água, energia, saúde, educação entre outros.

De modo análogo, deve-se pensar em um novo formato para o PRODUZIR IV com mais investimentos na agricultura familiar e em subprojetos sustentáveis, que possibilitem a permanência do homem no campo, criando-se estratégias para o fortalecimento do capital social, mas respeitando, sobretudo, o tempo e as sociabilidades das famílias beneficiárias do Programa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 15287**: Informação e documentação – Projeto de Pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **14724**: Informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **6028**: Informação e documentação – Resumo – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **6027**: Informação e documentação – Sumário – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **6024**: Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **6023**: Informação e documentação – Referência – Elaboração. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **10520**: Informação e documentação – Citações em Documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BANCO MUNDIAL. Aide-Memoire Reunião Governo Federal, Governadores do Nordeste, proposta de reformulação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP). Recife, Março/1993.

ALBUQUERQUE. Roberto Cavalcanti. **Estratégia de Desenvolvimento e Combate à Pobreza**. In: Seminário Desenvolvimento Social e Pobreza. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, julho, 1994.

ARAÚJO, Carlos Augusto Moraes. **Caracterização da Associação dos Pequenos Agricultores no contexto do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira**, SP. (Dissertação) Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2005.

ARAÚJO, Thiago Carvalho Alves de, GODRIM, Mariluzia Dias; SOUZA, Vanderley Soares. A organização social da agricultura familiar do Projeto Jaíba – MG, como desafio para o desenvolvimento local sustentável. In: **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural** – 22 a 25 de julho de 2007, UEL – Londrina – PR.

ARNS, Paulo César et. al. **Desenvolvimento Institucional e Articulação de Parcerias para o Desenvolvimento Local**. Série Cadernos Técnicos, Projeto BNDES - Desenvolvimento Local, Cooperação Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em <http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Desenvolvimento%20Local%20e%20Articulacao%20de%20Parcerias.pdf> Acesso em 10/06/2011. Pernambuco.

ARRETCHE, Marta. Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 18 nº. 51, fevereiro/2003.

AVENA, Armando. **Nordeste e Bahia**: Os caminhos do desenvolvimento, Salvador, UCSAL, 1986, p. 196.

AZEVEDO, Aldemir Inácio de. **O arranjo institucional do uso comunitário do pequi** (Caryocar brasiliense) no município de Japonvar. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais, 2008.

BARROS, Ricardo Paes; CARVALHO, Mirela de e FRANCO, Samuel. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro, 2006. Texto para Discussão n. 1227.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável**: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, 2006.

BEDUSCHI, Luiz Carlos e outros. Projeto Jeju. In: **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo:

BREMAEKER, François E. J. de. **A Pobreza em Nível Municipal** (Estudo Técnico nº 99). Salvador, fev/2010 disponível em http://www.oim.tmmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/F597E448-92A3-E540-C16935B3135811B522022010091237.pdf&i=970 acesso em 12/05/2011.

Caixa Econômica Federal (CEF). Lista de beneficiários do Programa Bolsa Família. Disponível em https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp. acessado em 18.09.2011.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão Conceitual. Dados vol. 40 nº 2, Rio de Janeiro, 1997.

CERQUEIRA, Nelson, MENESES, Alexandre e FAVERO, Celso. Redução da Pobreza Rural: revisão crítica da situação e desafios para o próximo século. In: **Pobreza Rural no Nordeste do Brasil: um estudo participativo**. Salvador: Winrock Internacional, FIB – Faculdade Integrada da Bahia, 2000.

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o Caminho das Águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), 2007, 354 p. (Série BNB Teses e Dissertações n. 8).

CHALOULT. Ives. **Uma das contradições da Nova República: O Projeto Nordeste**, Brasília, Cad. DIF. Tecnol., Brasília, 2(2):271-304, maio/ago.1985

CHAMY, Paula e MALDONATO, Wanda. **Sustentabilidade Social, Econômica e Ambiental de Pequenos Negócios: o caso da Cooperostra**. São Paulo. Disponível em http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v_en/Mesa2/7.pdf acessado em 22/10/2010.

CODES, Ana Luiza Machado. **A trajetória do Pensamento Científico sobre Pobreza: em direção a uma visão complexa**. Texto para discussão IPEA n. 1332, Brasília: abr/2008 29 p.

COHN, Amélia. Políticas Sociais e Pobreza no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas** n. 12 Jun/Dez, 1995 (IPEA).

COIROLO, Luiz e BARBOSA Túlio. **Desenvolvimento rural e alívio da pobreza no Nordeste do Brasil**. Recife, outubro, 2002, nº 11. 4p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR (BA).(1995). **Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural**.Salvador.p.40

_____. (1993) AIDE-MEMOIRE, **Reunião Governo Federal, Governadores do Nordeste, Banco Mundial**, Recife, março,1993.

_____. (1987) **Contrato de Empréstimo Nº. 2761-BR, Projeto de Desenvolvimento Rural do Nordeste** - Bahia, República Federativa do Brasil e Banco Mundial, Recife, julho,1987.

_____. (1995) **Contrato de Empréstimo Nº 3917- BR, Projeto para Minorar a Pobreza Rural – Bahia**, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Estado da Bahia, julho,1995.

_____. (2001) **Contrato de Empréstimo N° 4623- BR, Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR)**, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Estado da Bahia, outubro, 2001.

_____. (2005) **Contrato de Empréstimo N° 7327- BR, Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural – Projeto de Combate à Pobreza Rural no Interior da Bahia “PRODUZIR II”**, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Estado da Bahia, dezembro, 2005.

_____. (2010) **Contrato de Empréstimo N° 7732- BR, Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural – Projeto de Combate à Pobreza Rural no Interior da Bahia**, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Estado da Bahia, dezembro, 2010.

_____. (1993) **Manual de Coordenação, Administração e Controle (MC)**, Salvador, maio, 1993.

_____. (1993) **Manual de Orientação do PAC/FUMAC**, Salvador, maio, 1993.

_____. (2003) **Manual de Operações: Acordo de Empréstimo nº 4623 –BR. Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR-BA. Produzir II**, Salvador, setembro, 2003.

_____. (2005) **Manual de Operações: Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural. Projeto de Combate à Pobreza Rural no Interior da Bahia – Produzir II – 2ª etapa**, Salvador, julho, 2003.

_____. (1995) **Projeto para Minorar a pobreza Rural – Bahia**. Acordo de Garantia Empréstimo N° 3917-BR desempenho. Salvador, Julho, 1995.

_____. (1996) **Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP): relatório de desempenho**. Salvador, maio, 1996.

_____. (1999) **Relatório de desempenho dos subprojetos implantados pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) Reformulado e Programa de Apoio a Comunidades Rurais**; Salvador, 2001.

_____. (1999) **Relatório de Revisão de Meio Termo**. Projetos de Combate à Pobreza Rural. (Versão 12, set/1999)

_____. (2001) **Relatório de revisão de meio termo: Projetos de Combate a Pobreza Rural**. Salvador, setembro, 2001.

_____.(2001) **Relatório de Desempenho: Projeto de Combate a Pobreza Rural**. Salvador. setembro, 2001.

CRESPO, Antonio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. Administração Pública - A Pobreza como um fenômeno Multidimensional. **RAE- eletrônica** - vol. 1 · nº 1 · jul-dez/2002. Disponível em <www.rae.com.br/eletronica> acessado em 21.01.2010.

D'AVILA FILHO, Paulo M. O clientelismo e o exercício do poder no Brasil. Instituto Brasileiro de Análises Sociais Econômicas (IBASE), Rio de Janeiro, 2008.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. São Paulo: Papirus, 1996, 2 ed. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

DIAS, Rosana de Queiroz. **Empresa Pública**: objetivos inconsistentes , resultados inconseqüentes. Um Estudo de Caso sobre Empresa Pública Gestora de Programas Governamentais. Salvador, 1989,p.145.

DRAIBE, Sônia M. **As Políticas de Combate à Pobreza na América Latina**. São Paulo em Perspectiva, 4 (2) : 18-24, Abr/Jun, 1990.

_____. **A política social período FHC e o sistema de proteção social**. Tempo Social – USP, Vol. 15 nº 2, São Paulo, Nov. 2003.

DUARTE, Renato. Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil. In: **Pobreza, desigualdad social y ciudadanía**. 425-440 p.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 18 nº. 51, fevereiro/2003.

Fundo de Apoio Social (FAS). **Relatório de Visita ao Projecto de Desenvolvimento Rural e Alívio da Pobreza no Nordeste do Brasil**. Dezembro, 2002, 9 p.

FAVERO, Celso Antônio. Os Programas Bolsa Família e Territórios de Identidade e a Produção de Redes de Sociabilidade. In: **13º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica – BIEN 2010**, Renda Básica como Instrumento de Justiça e Paz, São Paulo – 30/06 a 02/07/2010.

_____. Sociabilidade, Trajetos e Desencaixes: Bolsa Família e agricultores familiares no semi-árido baiano. In: **XXXIII Encontro Anual da ANPOCS**, GT35 – Ruralidade, Território e Meio Ambiente. Caxambu – 26-30/10/2009.

FAVERO et.al. (In) **Segurança Alimentar e Nutricional no Semi-árido do Nordeste Território de Identidade Bacia do Jacuípe** (BA). Salvador: março/2008.

FAVERO, Celso Antonio; SANTOS, Stella Rodrigues. **Semi-árido: fome, esperança, vida digna**. Salvador: UNEB, 2002.

MIRANDA, Flávia da Silva; BROCHADO, Marina Marinho de Melo. Rede Participativa de Elaboração de Projetos Comunitários. In: **III Congresso Consad de Gestão Pública**. Brasília: 2010.

MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Orgs). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável, v. 14).

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas n. 21** – Jun, 2000. (IPEA).

FREY, Klaus. Análise de Políticas Públicas: algumas reflexões conceituais e suas Implicações para a situação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n. 18, setembro 1999.

FREY, Klaus. Desenvolvimento Sustentável Local na Sociedade em Rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, nº 21, p. 165-185, nov. 2003.

Fundação Economia de Campinas (FECAMP). **Projeto Produzir: Funcionamento e Resultados Imediatos**, relatório de consultoria técnica, Campinas, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROSSI. Mauro Eduardo Del. **Evolução da pobreza no Brasil**, Campinas, nov. 2001.

HÖFLING, Eloisa De Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

HOFFMANN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: **desigualdade da pobreza no Brasil**. Capítulo 03 - p. 81 – 107 Disponível em <<http://desafios.ipea.gov.br> > acessado em Out/2010.

IVO, Anete B.L. **Viver por um Fio: pobreza e política social.** Salvador: Annablume, Coleção Trabalho e Contemporaneidade, 2008, 256 p.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional.** Economia e Sociedade, Campinas.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre.** 2. ed. rev. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

LENARDÃO, E. . Gênese do clientelismo na organização política brasileira. Lutas Sociais (PUCSP), PUC-SP, n. 11/12, p. 109-120, 2004. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v11_12_elsio.pdf acesso em dezembro/2011.

LOPES, Roberto Paulo M. **Instituições e Desenvolvimento no Semi-Árido Baiano: a qualidade das instituições como variável determinante dos desequilíbrios regionais.** Disponível em <<http://semiaridobahia.wordpress.com/2008/10/15/descricao-do-territorio/> > acessado em 05/11/2010.

LOPES, Helger Marra; MACEDO, Paulo Brígido Rocha; MACHADO, Ana Flávia. **Indicador de Pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso Brasileiro.** Texto para Discussão n. 223, out., 2003.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves e GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.** São Paulo: 1999, Thomson, 2. ed. 203 p.

MENDONÇA, Herundina Mota Neto de. **Pobreza e subemprego Urbano no Nordeste do Brasil.** Série Brasil. SUDENE. População e Emprego nº.26, Recife: 1991, 84 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.). **Pesquisa social : teoria, método e criatividade.** 11.ed. São Paulo: Vozes, 1999. 80p.

_____, Maria Cecília de Souza et. Al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 27 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Ministério da Integração Nacional de Desenvolvimento Regional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido**. Documento de Base 1 – IICA. Versão para discussão.

MOCELIN, Cassia Engres. O Programa Bolsa Família enquanto principal estratégia de enfrentamento à pobreza rural no contexto brasileiro atual. In: **Seminário Interinstitucional do Ensino, Pesquisa e Extensão**. XIII Mostra de Iniciativa Científica. Unicruz. Disponível em <http://www.unicruz.edu.br> Acessado em 13.12.2010.

MORAES, Ênio G. e CURADO, Fernando Fleury. Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá, MS. In: **IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal**. Corumbá (MS) – 23 a 26/11/2004.

Municípios do Estado da Bahia. **Projeto Nordeste do Brasil**. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Quixabeira_\(Bahia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Quixabeira_(Bahia)) acesso em 06.01.2011.

NASCIMENTO, Humberto Miranda. Semiárido Brasileiro e Baiano: dimensão territorial e estratégia de desenvolvimento. In: **48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Campinas, 25 a 28/07/2010.

PASSOS, Berta Veloso. **Produzir: uma história de aprendizado**. Salvador. dezembro, 1998, 28p.

PEDRÃO, Fernando. **As raízes da pobreza na Bahia** – a condição econômica da questão social – Salvador, fev, 2005, 36p.

PEREIRA JR., José de Sena. **Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro**. Brasília: 2007, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca Disponível em <http://bd.camara.gov.br> acesso em 28.04.2011.

PEREIRA, Jordeana; SILVA, Sheyla; PATRIOTA, Lúcia. Políticas Sociais no Contexto Neoliberal: focalização e desmonte dos direitos. Qualit@as – Revista Eletrônica – ISSN 1677-4280 – Edição Especial.

PIMENTA, Ely de Oliveira Rosa. **A intervenção do Estado no desenvolvimento rural**: estudo do Projeto Integrado de Desenvolvimento da Bacia do Rio Paraguaçu – Salvador, 2001, 194p.

PINHEIRO, Vinicius, C. Modelos de Desenvolvimento e Políticas Sociais na América Latina em uma Perspectiva Histórica. In: **Planejamento e Políticas Públicas** n. 12 Jun/Dez, 1995 (IPEA).

PIZZIO, Alex. O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza. **Revista Ágora**-ISSN1984 -185x. Salgueiro, v. 5, n. 1, p. 96-117, Ago, 2010.

POCHMANN, Marcio. Nova Política de Inclusão Socioeconômica. In: **Pobreza e Desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para a inclusão social. Organizado por Marlova Jovchelovitch Noletto e Jorge Werthein. Brasília: UNESCO, 2004. (75-85).

PORTES, Alejandro. **Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea**. *Sociologia*. [online]. set. 2000, no.33 [citado 15 Setembro 2011], p.133-158. Acesso em 03/09/2011, Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200007&lng=pt&nrm=iso>.

QUESADA, Charo. **Amartya Sen e as Mil Facetas da Pobreza**. Revista Bidamérica. Web 2001, p.1 a 2.

ROCHA, Sônia. Governabilidade e Pobreza: o desafio dos números. In: **Governabilidade e Pobreza no Brasil**. VALLADARES, Lícia e COELHO Magda P. (organizadoras). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, (221-265).

_____. Pobreza e Transferência de Renda. In: **Pobreza e Desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2004. (69-73).

_____. Crescimento econômico e renda: como ficam os pobres. In: **Construindo Sociedade Ativa e Moderna e Consolidando o Crescimento com Inclusão Social**. Coordenador Velloso, João Paulo dos Reis. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 2010. (321-346).

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas**: conceitos básicos. Agosto, 2007.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade; traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, 2001, pág.268-277.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. **In. Geografia**. Ano I - Nº. 1 - Jan. - Jun. 1999. p. 8.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: RECORD, 2009, 18 ed.

SANTOS, Carlos Aurélio Marque dos. Proposta didática com textos na alfabetização de jovens e adultos. Monografia de Especialização em Didática pela UECE.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco A. Verardi. **Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul**. Teoria e Evidência Econômica. Rio Grande do Sul, v.8, n. 15, p.117-149, 2000.

SEN, Amartya. **Sobre Conceptos y medidas de Pobreza**. Revista Comércio Exterior. México, v. 42, n.4, 1992, 22 p.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras 2000, 391 p.

Secretaria do Planejamento (SEPLAN); Superintendência de Estatística e Informações (SEI) disponível em <http://www.sigbahia.ba.gov.br> acessado em 29/11/2010.

SEIBEL, Erni J. ; OLIVEIRA, Heloisa M. J. de. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, nº 39, p. 135-145, Abril de 2006.

SILVA, Jackson Ronie Sá, ALMEIDA, Cristóvão Domingos de, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I - Número I - Julho de 2009.

SILVA, Maisa Miralva. **Condições de vida e estratégias de sobrevivência de famílias em situação de pobreza absoluta**. (Dissertação) Mestrado em Política Social - Universidade de Brasília, 2000.

SOARES, Ricardo Pereira. **Planejamento e Políticas Públicas: avaliação do financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP)**. São Paulo, janeiro, 1997.n.15,p.131-161.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Jessé. A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, n. 54, p. 80-97.

Teoria dos Jogos. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_dos_jogos acessado em 20/10/2010.

TEÓFILO et al. **Pobreza Rural, Distribuição da Riqueza e Crescimento**: a experiência brasileira. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Estudos, Nead n. 2, 2000, 200 p.

UGÁ, Vivian Dominguez. A Categoria da Pobreza nas Formulações de Política Social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política** n. 23: 55-62 nov. 2004.

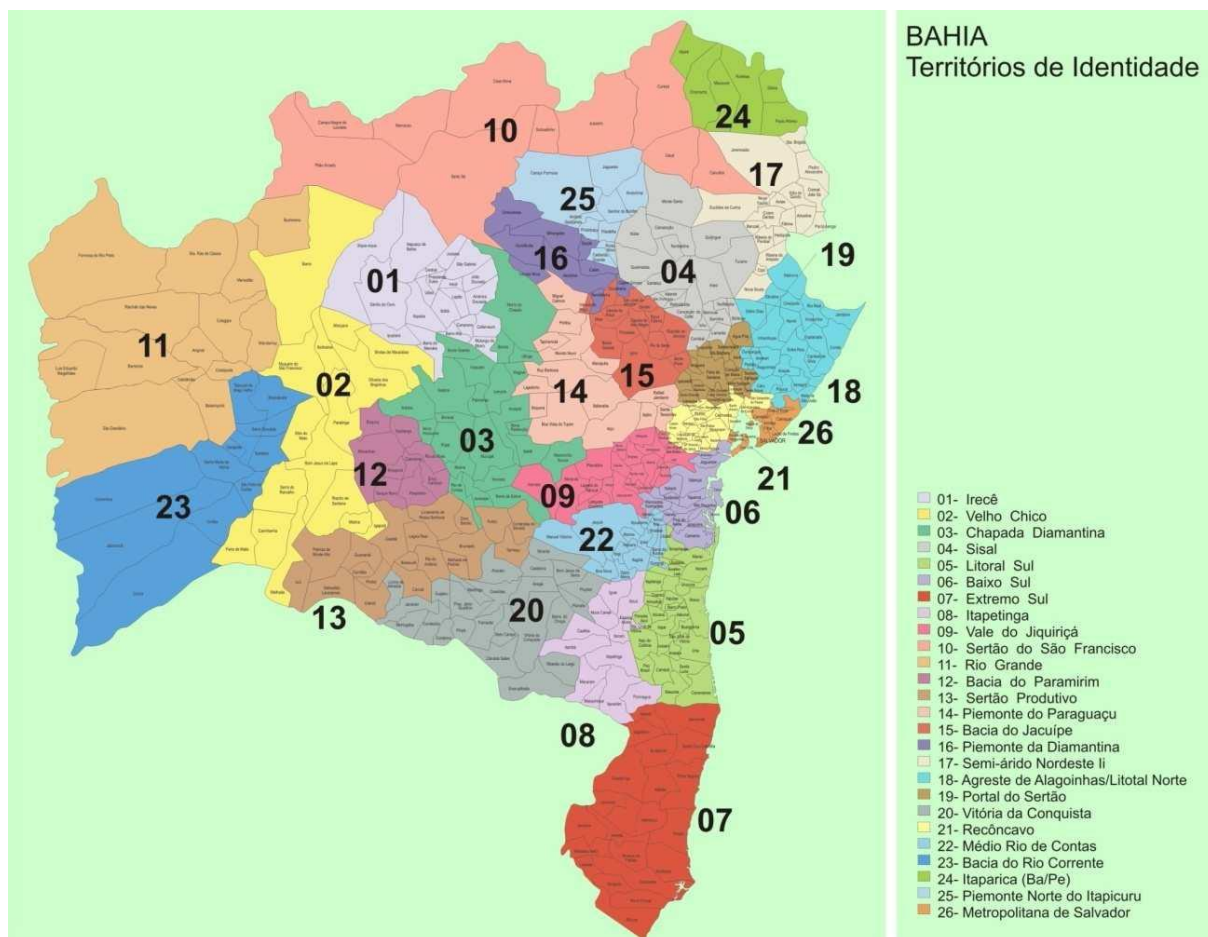
UFRGS; PUC Minas; IDHS; PNUD. **Pobreza e Fome. Objetivo 1**: erradicar a extrema pobreza e a fome. Belo Horizonte: PUC Minas/IDHS, 2004, 96 p.

VIDAL, FRANCISCO CARLOS BAQUEIRO. **A problemática do semi-árido nordestino à luz de Celso Furtado**: permanência da pobreza estrutural. 2001.

WILLIAMS, Ava Renarda. **O caráter multifacetado da pobreza**: a relação entre concepção e intervenção (Dissertação) Mestrado em Política Social Mestrado em Política Social Universidade Federal do Espírito Santo Vitória (ES), Nov. 2007.

ANEXO A - Mapa 1 - Divisão Territorial da Bahia

MAPA 01 – Divisão Territorial do Estado Da Bahia



FONTE: SEPLAN 2008

APENDICE A – Formulário Características da Comunidade

FORMULÁRIO – CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE**NOME DA COMUNIDADE:** _____**LOCALIZAÇÃO:** _____**DISTÂNCIA DA SEDE:** _____ **Km DATA PESQUISA:** _____**CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE:****Nº DE FAMÍLIAS:** _____**TIPO DE CASAS:** _____**SANITÁRIO:** _____**ORIGEM DA ÁGUA:****ENCANADA:** _____ **SSAA:** _____ **Nº CASAS ATENDIDAS:** _____**POÇO:** _____ **CISTERNA:** _____ **CARRO PIPA:** _____**RIO:** _____ **BARREIRO:** _____**TIPO DE ESCOLA:** _____ **(SÉRIE)****MUNICIPAL:** _____**ESTADUAL** _____**POSTO DE SAÚDE:** _____**AGENTE COMUNITÁRIO:** _____

DESTINO LIXO: _____

TIPO DE TRANSPORTE: _____

ÁREA PLANTADA: _____

TIPO DE CULTURA: _____

PRODUÇÃO: _____

CRIAÇÃO DE ANIMAIS: _____

LAZER: _____

PORJETOS EXISTENTES (ORIGEM/SITUAÇÃO): _____

OUTRAS INFORMAÇÕES: _____

APÊNDICE B – Formulário Perfil da Associação

FORMULÁRIO – PERFIL DA ASSOCIAÇÃO

NOME DA ASSOCIAÇÃO: _____

LOCALIZAÇÃO: _____

NOME DO PRESIDENTE: _____

MANDATO: _____ **DATA PESQUISA:** _____

CARACTERÍSTICAS DA ASSOCIAÇÃO:

POSSUI SEDE: _____ **LOCAL DAS REUNIÕES:** _____

Nº DE SÓCIOS: _____ **TODOS DA MESMA COMUNIDADE:** _____

QUAIS COMUNIDADES/DISTÂNCIA: _____

Nº DE REUNIÕES: _____ **FREQUÊNCIA DOS SÓCIOS:** _____

DATA DA ÚLTIMA REUNIÃO: _____ **TAXA:** _____

QUANTOS PAGAM: _____ **COMO UTILIZA:** _____

QUANTOS PRESIDENTES A ASSOCIAÇÃO JÁ TEVE: _____

DOCUMENTAÇÃO: _____

DATA DE FUNDAÇÃO: _____ **POSSUI BENS:** _____

QUAIS: _____

HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO:

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

POR QUE SE REUNEM?

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista

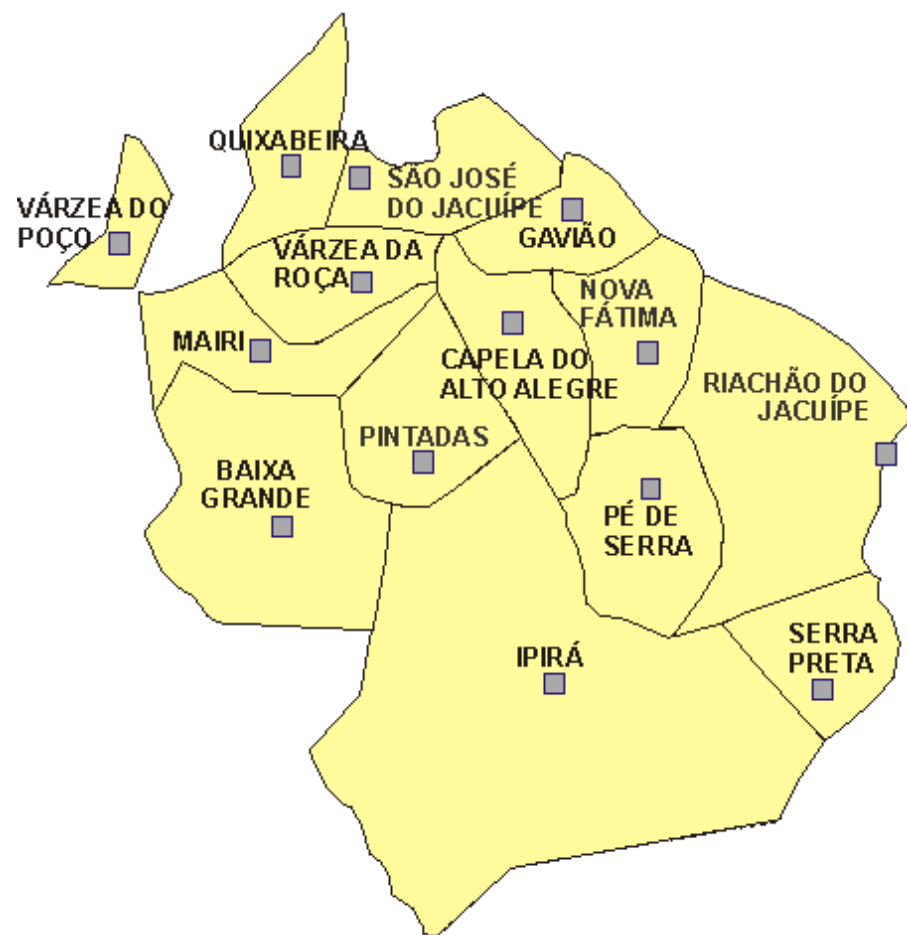
ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESQUISA DE CAMPO

1. Como começou o projeto?
2. Quantas reuniões foram necessárias para decidir?
3. Quem participou da reunião?
4. Houve reunião com a CAR? Quantas?
5. Quem toma mais iniciativa na comunidade?
6. Quem propôs primeiro o tipo de projeto?
7. Houve outra demanda da comunidade?
8. Houve acordo com relação à escolha do projeto? Quantas pessoas participaram desse processo. Quantos discordaram?
9. Como foi resolvido o impasse? Houve votação?
10. Após a escolha do projeto quanto tempo levou para a sua implantação na comunidade?
11. Como ocorreu a implementação?
12. Quem elaborou o projeto? Por quê?
13. Quem construiu? A comunidade ou Empresa?
14. Quem escolheu a empresa?
15. Onde compraram o material?
16. Vocês receberam alguma orientação sobre o projeto?
17. Houve dificuldades? Quais?
18. Os problemas foram solucionados? De que forma?

- 19.O que esse projeto representa para a comunidade? o atendimento de necessidades básicas? geração de renda? Era algo que faltava?
- 20.Em termos de renda houve entrada de recursos? (em caso de projeto produtivo)
- 21.Houve redução do trabalho? (projeto de água)
- 22.Quem mais se beneficiou na casa com a chegada do projeto?
- 23.Que tipo de benefício?
- 24.O que mudou na rotina das famílias beneficiárias?
- 25.Quem é mais beneficiado com o projeto os homens ou as mulheres?
- 26.Quem é o responsável pela manutenção dos equipamentos?
- 27.A chegada da energia mudou a dinâmica da comunidade? E na unidade familiar o que mudou?
- 28.Como a comunidade/associação tomou conhecimento do Produzir?
- 29.Tem alguma outra Instituição trabalhando com a comunidade? Qual? De que forma?
- 30.Como os projetos, benefícios de modo geral, informações chegam na comunidade?
- 31.Como é o jogo político dentro da comunidade.

**APENDICE D - MAPA 02 - Território de Identidade Bacia do Jacuípe –
Ações do Produzir no Município de Quixabeira**

MAPA 02 - Território de Identidade Bacia do Jacuípe
Ações do Programa Produzir no Município de Quixabeira
Período 1996-2010



Fonte: Mapa de Territórios de Identidade - Estado da Bahia. SEI, 2009 –Adaptado pelo autor

**APENDICE E - TABELA 02 - Investimentos Realizados pelo Programa
Produzir - Estado da Bahia – 1996 A 2010**

**Tabela 6 - Investimentos Realizados Pelo Programa Produzir
Estado da Bahia -1996 a 2010**

Subprojetos Comunitários	Nº de Subprojetos	Nº Famílias Atendidas	Valor (R\$)
Aguada	6	464	59.998,00
Artesanato Comunitário	17	578	908.423,25
Assistência Técnica para Operação e Gestão de Subprojetos	247	1.535	3.065.035,92
Atracadouro	8	1.150	766.998,50
Avicultura	6	832	319.167,89
Barragem	1.544	137.145	56.021.804,75
Batedeira de Cereais	75	8.211	1.400.663,65
Beneficiamento de Algodão	2	461	332.343,66
Beneficiamento de Arroz	11	855	159.212,94
Beneficiamento de Café	54	5.777	1.757.209,52
Beneficiamento de Cana	17	1.214	855.926,28
Beneficiamento de Castanha de Caju	10	19.428	253.737,04
Beneficiamento de Forragem e Milho	25	2.285	331.100,07
Beneficiamento de Leite	29	2.253	2.627.851,01
Beneficiamento de Ouricuri	3	305	153.273,00
Beneficiamento de Pedras	3	156	152.767,94
Beneficiamento de Sisal	3	180	190.491,02
Bueiros	23	1.926	512.835,85
Cais de proteção	3	501	325.585,77
Câmara Frigorífica	4	676	146.382,03
Casas de farinha	580	47.099	18.527.548,72
Centro Comercial de Animais	7	1.590	436.483,59
Centro de Abastecimento	39	11.622	1.347.728,57
Cisterna domiciliar	814	47.122	90.046.146,20
Depósito	21	3.641	440.244,07
Energia elétrica	671	29.325	25.059.425,69
Energia solar	551	26.463	49.851.815,94
Energização de projetos produtivos	189	10.724	1.748.742,71
Equipamentos para pesca	10	912	1.018.226,82
Escola	30	4.181	3.371.806,51
Fábricas diversas	92	9.977	6.441.813,54
Fossa	7	928	339.759,54
Galpão para usos diversos	51	3.138	952.868,25
Implementos Agrícolas	23	3.717	334.173,22
Lavanderia comunitária	15	2.880	231.012,68
Marcenaria	8	874	266.891,11
Mecanização agrícola	1.216	172.692	80.328.594,00
Melhoria de Trechos de Estrada	26	1.516	1.724.744,31
Melhoria habitacional	152	3.923	13.937.424,12
Melhoria Sanitária	9	442	1.535.320,00
Mercado Municipal	8	1.210	819.968,83
Módulo de Feira/Multiuso	166	90.725	15.287.169,37

Subprojetos Comunitários	Nº de Subprojetos	Nº Famílias Atendidas	Valor (R\$)
Moinho de Milho	27	5.459	753.707,24
Núcleos de Caprino-Ovinocultura	35	1.749	1.430.073,73
Oficina de Corte e Costura	44	3.339	1.360.736,15
Olaria	25	3.904	1.316.950,32
Ovinocultura Comunitária	4	445	665.144,62
Padaria	71	21.565	2.520.904,02
Passagem Molhada	41	10.394	1.136.635,92
Pavimentação de Ruas	13	1.927	862.809,47
Piscicultura	38	11.348	1.762.408,68
Poço	905	74.636	15.793.531,03
Ponte e outras melhorias viárias	776	203.719	35.166.438,36
Posto Telefônico	378	71.217	9.357.651,71
Reservatório Individual - Implantação	8	386	252.640,89
Sanitário residencial	1.049	58.873	126.709.497,45
Secador de grãos	8	273	1.077.571,15
Sistema de abastecimento de água	1.087	99.898	77.403.906,22
Sistema de Irrigação	97	4.840	4.582.874,27
Tanque de Resfriamento	15	1.126	1.203.508,50
Tração Animal	46	2.027	833.395,02
Unidade de Beneficiamento de Mel	76	8.290	4.383.101,94
Outros subprojetos	71	8.568	4.468.314,97
Total de Investimento	11.589	1.254.616	677.430.517,54

Fonte: CAR/SACC

APENDICE F - Fotografias das Comunidades Visitadas no Município de Quixabeira



FOTO 1 – Igreja Povoado de Jaboticaba



FOTO 2 – PSF do Povoado de Jaboticaba



FOTO 3 – Colégio do Povoado de Jaboticaba



FOTO 4 – Creche criada pela APPJ



FOTO 5 – Escola Família Agrícola – Povoado de Jaboticaba



FOTO 6 – Escola Família Agrícola – Povoado de Jaboticaba



FOTO 7 – Escola Família Agrícola –Povoado de Jaboticaba



FOTO 8 – Escola Família Agrícola – Povoado de Jaboticaba



FOTO 9 – Cisterna – Várzea Dantas/Alagadiço



FOTO 10 – Cisterna – Várzea Dantas/Alagadiço



FOTO 11 – Energia Solar – Fazenda Capitão



FOTO 12 – Energia Solar – Fazenda Capitão



FOTO 13 – Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Baixa Grande



FOTO 14 – Povoado de Ramal



FOTO 15 – Escola do Povoado de Ramal



FOTO 16 – Garagem do Trator do Povoado de Ramal



FOTO 17 – Povoado Alto do Capim



FOTO 18 – Galpão Povoado Alto do Capim



FOTO 19 – Galpão abandonado - Povoado Alto do Capim



FOTO 20 – Galpão abandonado - Povoado Alto do Capim

APENDICE G – Autorização das Associações

AUTORIZAÇÃO

Eu Antônio Ferreira da Silva, presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado de Baixa Grande, autorizo a aluna Edjanice Costa Almeida da UNEB – a utilizar o conteúdo das entrevistas realizadas nesta associação (sócios e diretores) em sua pesquisa do mestrado de Políticas Públicas – Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional intitulada Políticas Públicas: Uma análise do Programa PRODUIR no município de Quixabeira – Bahia.

Antônio Ferreira da Silva

Presidente

AUTORIZAÇÃO

Eu Davino Severin dos Santos, presidente da Associação Comunitária Trabalhadores Rurais Fazenda Capitão, autorizo a aluna Edjanice Costa Almeida da UNEB – a utilizar o conteúdo das entrevistas realizadas nesta associação (sócios e diretores) em sua pesquisa do mestrado de Políticas Públicas – Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional intitulada Políticas Públicas: Uma análise do Programa PRODUZIR no município de Quixabeira – Bahia.

João Dilton Silva dos Santos

♣ | Presidente

AUTORIZAÇÃO

Eu Fidélina Francisca da Cruz, presidente da Associação Comunitária Pequenos Lavradores de Várzea Dantas, autorizo a aluna Edjanice Costa Almeida da UNEB – a utilizar o conteúdo das entrevistas realizadas nesta associação (sócios e diretores) em sua pesquisa do mestrado de Políticas Públicas – Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional intitulada Políticas Públicas: Uma análise do Programa PRODUZIR no município de Quixabeira – Bahia.

Fidélina Francisca da Cruz

Presidente

AUTORIZAÇÃO

Eu Carlos Rodrigues dos Santos, presidente da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba – APPJ autorizo a aluna Edjanice Costa Almeida da UNEB – a utilizar o conteúdo das entrevistas realizadas nesta associação (sócios e diretores) em sua pesquisa do mestrado de Políticas Públicas – Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional intitulada Políticas Públicas: Uma análise do Programa PRODUIR no município de Quixabeira – Bahia.

Carlos Rodrigues dos Santos

Carlos Rodrigues dos Santos

AUTORIZAÇÃO

Eu Elaine Carvalho Fagundes, presidente da Associação Comunitária Beneficente do Povoado de Ramal, autorizo a aluna Edjanice Costa Almeida da UNEB – a utilizar o conteúdo das entrevistas realizadas nesta associação (sócios e diretores) em sua pesquisa do mestrado de Políticas Públicas – Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional intitulada Políticas Públicas: Uma análise do Programa PRODUZIR no município de Quixabeira – Bahia.

Edilza Carvalho Fagundes de Souza

\$/Presidente